

ISSN 1808678-0



COORDENAÇÃO DE PUBLICAÇÕES
RUA ROCHA, 233 - 11º ANDAR
01330-000 SÃO PAULO SP
www.fgv.br/direitogv
publicacoes.direitogv@fgv.br

v.7 n.1 : janeiro 2010

Cadernos DIREITO GV

PESQUISA EM DEBATE:
A APLICAÇÃO DA LEI DE CRIMES CONTRA O SISTEMA
FINANCEIRO PELOS TRIBUNAIS BRASILEIROS
Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena
DIREITO GV

DEBATE 
v.7 n.1 : janeiro 2010



CADERNOS DIREITO GV

v.7 n.1 : janeiro 2010

PUBLICAÇÃO DA **DIREITO GV**
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO
DA FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

ISSN 1808-6780

OS CADERNOS DIREITO GV TÊM COMO OBJETIVO PUBLICAR RELATÓRIOS DE PESQUISA E TEXTOS DEBATIDOS NA ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO. A SELEÇÃO DOS TEXTOS É DE RESPONSABILIDADE DA COORDENADORIA DE PUBLICAÇÕES DA DIREITO GV.

EDITOR

DESDE 2004, **JOSÉ RODRIGO RODRIGUEZ**

DIREITO – PERIÓDICOS. I. São Paulo. DIREITO GV
Todos os direitos desta edição são reservados à DIREITO GV

DISTRIBUIÇÃO
COMUNIDADE CIENTÍFICA

ASSISTENTE EDITORIAL
FABIO LUIZ LUCAS DE CARVALHO

PROJETO GRÁFICO
ULTRAVIOLETA DESIGN

TRANSCRIÇÃO DE ÁUDIO
TECNOTEXTO – TRANSCRIÇÕES EDITORIAIS

PREPARAÇÃO DE TEXTO
AUGUSTO IRIARTE

IMPRESSÃO E ACABAMENTO
IMAGEM DIGITAL

DATA DA IMPRESSÃO **JANEIRO/2010**

TIRAGEM **500**

PERIODICIDADE **BIMESTRAL**

CORRESPONDÊNCIA

PUBLICAÇÕES DIREITO GV

RUA ROCHA, 233 - 11º ANDAR

01330-000 SÃO PAULO SP

WWW.FGV.BR/DIREITOGV

PUBLICACOES.DIREITOGV@FGV.BR

CADERNOS DIREITO GV

v.7 n.1 : janeiro 2010

PESQUISA EM DEBATE:

A APLICAÇÃO DA LEI DE CRIMES CONTRA O SISTEMA
FINANCEIRO PELOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena
DIREITO GV



DIREITO GV
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO

DEBATE

v.7 n.1 : janeiro 2010



APRESENTAÇÃO

Em 19 de junho de 2008, o Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena da DIREITO GV organizou mesa redonda destinada a debater os resultados quantitativos e qualitativos da pesquisa sobre a aplicação da lei 7.492/86 pelos Tribunais Regionais Federais e pelo Superior Tribunal de Justiça. Participaram do evento professores, pesquisadores, advogados e representantes do Ministério Público e da Magistratura Federal, do Conselho de Controle das Atividades Financeiras e do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro, além de representantes do Ministério da Justiça, apoiador da pesquisa.

Com vistas a registrar e difundir essa experiência acadêmica, esta edição dos *Cadernos DIREITO GV* reúne (1) a transcrição da fala dos palestrantes; (2) textos complementares e comentários aos resultados obtidos; e, enfim, (3) a íntegra do relatório de pesquisa.

A realização dessa mesa-redonda com os operadores da área teve duplo objetivo. De um lado, enriquecer as interpretações e verificar as limitações dos resultados obtidos na pesquisa. De outro, funcionar como um exercício coletivo de imaginação institucional para refletir sobre a regulação dos crimes financeiros. Em função desses objetivos, dividimos o seminário em duas partes.

Na primeira, as coordenadoras da pesquisa fizeram uma breve apresentação dos principais resultados com vistas, sobretudo, a indicar as limitações já identificadas pela equipe de pesquisa e a questionar os participantes sobre a existência de outras não visíveis para nós. Dessa forma, expusemos na ocasião, os três grandes conjuntos de informações não contemplados pela pesquisa: (i) os casos que não sobem aos Tribunais Regionais Federais e ao Superior Tribunal de Justiça; (ii) a comparação com outras áreas do direito penal e com a atividade geral do poder judiciário; e, por fim, (iii) os crimes da Lei 7492/86 que não apareceram em nossa amostra¹.

Inicialmente, indicamos as cinco situações que considerávamos escapar do recorte proposto na pesquisa, isto é, os casos que em princípio resolver-se-iam em primeira instância sem alcançar os tribunais. Em primeiro lugar estariam os casos de reconhecimento da prescrição em abstrato, havendo apenas recurso à segunda instância em casos de “prescrição em perspectiva” e se houvesse discussão sobre o momento da consumação do crime. Aqui estariam também

os pedidos de arquivamento do Inquérito Policial pelo Ministério Público Federal, as decisões não recorridas de não recebimento da denúncia e as remessa dos autos para a justiça estadual sem suscitar conflito de competência.

Em seguida, solicitamos aos participantes que confrontassem os resultados da pesquisa com a experiência que cada um deles detém no campo dos crimes financeiros. Dessa forma, buscamos saber se os números que apresentávamos ali coincidiam com a prática cotidiana. E, nesse sentido, interessava-nos saber, especificamente, se aqueles resultados eram representativos da atividade geral dos tribunais em relação aos crimes ditos comuns ou se eram característicos dos crimes financeiros.

Por fim, convidamos os participantes a contribuir à interpretação dos resultados quantitativos obtidos na pesquisa. Perguntamos, por exemplo, como os participantes viam a atuação dos tribunais no que diz respeito à obtenção da unanimidade das votações. Eles percebiam um esforço dos desembargadores nesse sentido? Identificavam diferenças entre os TRFs e o STJ? Indagamos também se os palestrantes consideravam que o alto índice de interposição de recursos/ações no decorrer da persecução penal poderia indicar dificuldades na formulação da denúncia em caso de crimes financeiros. E, em caso positivo, quais seriam elas.

Nesse ponto, buscamos coletar também informações sobre a atuação da esfera administrativa. Para que pudéssemos compreender a distribuição no tempo das decisões analisadas na pesquisa, solicitamos aos participantes que falassem sobre a remessa de comunicações do Banco Central e da Comissão de Valores Mobiliários ao Judiciário. Interessava-nos saber se, na experiência dos participantes, era possível identificar fluxos mais intensos de remessas relacionadas a determinados crimes. Além disso, buscamos explorar também o valor concedido ao procedimento administrativo. Os documentos encaminhados pelo Banco Central são suficientes para a formação da *opinio delicti*? O que falta? O que sobra? A individualização da conduta é (ou precisa ser) objeto da apuração administrativa? E, por fim, as provas produzidas na esfera administrativa devem ser repetidas em juízo?

Para debater todos esses temas, participaram do primeiro bloco do seminário o **Dr. Daniel Borges da Costa**, Presidente do

Conselho de Recurso do Sistema Financeiro Nacional; o **Dr. Rodrigo de Grandis**, membro do Ministério Público Federal e o **Dr. Fausto De Santis**, membro da Magistratura Federal, ambos com atuação específica na área de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e lavagem de dinheiro; e, por fim, a **Dra. Flávia Rahal**, advogada, professora e coordenadora do curso de direito penal econômico do GVlaw. Precedeu à exposição dos palestrantes a fala de abertura da **Dra. Carolina Haber**, representante da Secretaria de Assuntos Legislativos, e do **Dr. Roger Lorenzoni**, representante da Secretaria de Reforma do Judiciário, ambos do Ministério da Justiça².

A segunda parte do seminário debruçou-se sobre os problemas teóricos e práticos que decorrem do modelo atual de divisão de tarefas entre o direito penal e o direito administrativo. Interessava-nos saber aqui o papel desempenhado pela autonomia das áreas do direito na concepção de modelos de regulação que dêem conta dos problemas contemporâneos. Ao contrário dos crimes financeiros, setores como crimes tributários e lavagem de dinheiro dispõem de modelos de regulação pautados na interação entre as esferas penal e administrativa. E, em face disso, indagamos aos participantes em que medida a experiência desses setores poderia contribuir para a formulação de um novo modelo de regulação para os crimes financeiros.

Os expositores do segundo bloco foram **José Rodrigo Rodriguez**, professor de teoria do direito, pesquisador do Cebrap e coordenador de publicações da DIREITO GV; o **Dr. Celso Vilar-di**, advogado, professor e coordenador do curso de direito penal econômico do GVlaw; o **Dr. Francisco Félix**, do Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda; a **Dra. Helena Lobo**, advogada criminalista, mestre e doutora em direito penal pela USP e professora da USP; e o **Dr. Eduardo Reale Ferrari**, advogado criminalista, mestre e doutor em Direito penal da USP, professor da USP e PUC.

As falas dos palestrantes estão reproduzidas a seguir.

Na segunda parte deste *Caderno DIREITO GV*, incluímos três textos de comentários e complementações à pesquisa. O primeiro texto é de autoria do Dr. José Paulo Baltazar Junior, Juiz Federal Titular da 1ª. Vara Criminal de Porto Alegre, especializada em

crimes financeiros, lavagem de dinheiro e crime organizado, além de mestre e doutorando em Direito (UFRGS). Em seguida, estão os textos de Vivian Cristina Schorscher e Ana Carolina Alfinito Vieira, ambas pesquisadoras do Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena da DIREITO GV à época da realização do seminário.

ÍNDICE

1ª PARTE	11
1 TRANSCRIÇÃO DO SEMINÁRIO	11
1.1 BLOCO 1	11
CAROLINA HABER	11
ROGER LORENZONI	13
DANIEL BORGES DA COSTA	15
RODRIGO DE GRANDIS	21
FAUSTO DE SANCTIS	27
FLÁVIA RAHAL	33
1.2 BLOCO 2	41
JOSÉ RODRIGO RODRIGUEZ	41
CELSO VILARDI	45
FRANCISCO FÉLIX	51
HELENA LOBO DA COSTA	55
EDUARDO REALE FERRARI	61
2 TEXTOS COMPLEMENTARES E COMENTÁRIOS AO RELATÓRIO DE PESQUISA	67
2.1 COMENTÁRIOS AOS RESULTADOS DA PESQUISA	
JOSÉ PAULO BALTAZAR JUNIOR	67
2.2 COMENTÁRIOS AOS RESULTADOS DA PESQUISA: A QUESTÃO DA PUNIÇÃO	
VIVIAN CRISTINA SCHORSCHER	77
2.3 AS PENAS ALTERNATIVAS E A LEI 7492/86: UM ESTUDO SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA PENA DE PRISÃO EM CONDENAÇÕES POR CRIMES FINANCEIROS	
ANA CAROLINA ALFINITO VIEIRA	85
NOTAS 1ª PARTE	93
2ª PARTE	
ÍNTEGRA DO RELATÓRIO DE PESQUISA	97
1 APRESENTAÇÃO	99
2 INFORMAÇÕES METODOLÓGICAS	101
3 RESULTADOS QUANTITATIVOS	103
3.1 DISTRIBUIÇÃO PELO ESTADO DE ORIGEM DO RECURSO/AÇÃO	103
3.2 UNANIMIDADE DAS DECISÕES	103
3.3 ESPÉCIE DE RECURSO OU AÇÃO	103
3.4 LEGITIMIDADE ATIVA DOS RECURSOS E DAS AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO	104
3.5 MOMENTO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO OU DA AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO	104
3.6 TIPO DE CRIME	104
3.7 OBJETO DAS DECISÕES	106
3.8 EVOLUÇÃO DAS DECISÕES	107
3.8.1 SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	107
(I) GRUPO A: MÉRITO	107

(II) GRUPO B: PROSSEGUIMENTO	108
(III) GRUPO C: CAUTELARES	109
(IV) GRUPO D: COMPETÊNCIA	109
3.8.2 TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS	109
(I) GRUPO A: MÉRITO	110
(II) GRUPO B: PROSSEGUIMENTO	110
4 RESULTADOS QUALITATIVOS: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA	113
4.1 MÉRITO	113
4.1.1 CONDENAÇÕES	113
A) CRIMES MAIS FREQUENTES	114
B) PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	115
C) SUBSTITUIÇÃO POR PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	115
4.1.2 ABSOLVIÇÃO	116
4.2 PROSSEGUIMENTO	116
4.2.1 PEDIDOS FORMULADOS PELA DEFESA	117
A) FALTA DE JUSTA CAUSA POR ATIPICIDADE	117
B) FALTA DE JUSTA CAUSA E/OU INÉPCIA DA DENÚNCIA	119
C) INÉPCIA E FALTA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA	119
D) PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA	120
E) RELAÇÃO COM A ESFERA ADMINISTRATIVA	121
F) LITISPENDÊNCIA	121
G) OUTROS	121
4.2.2 PEDIDOS FORMULADOS PELA ACUSAÇÃO	123
A) AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO	123
B) FUNDAMENTAÇÃO PRESENTE	124
4.3 CAUTELAR	125
4.3.1 LIBERDADE	126
4.3.2 PATRIMÔNIO	126
4.3.3 SIGILO BANCÁRIO	126
4.4 COMPETÊNCIA	127
4.4.1 CONFLITOS DE COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA NATUREZA DA INFRAÇÃO	127
4.4.2 CONFLITOS DE COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LOCAL DA INFRAÇÃO	129
4.4.3 SITUAÇÃO ISOLADA: CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA	130
4.4.4 COMPETÊNCIA FIXADA POR OUTROS FEITOS	131
5 RESULTADOS QUALITATIVOS: TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS	133
5.1 MÉRITO	133
5.1.1 CONDENAÇÕES	135
A) MODIFICAÇÕES NA PENA IMPOSTA	135
B) CRIMES MAIS FREQUENTES E HIPÓTESES DE CONCURSO	136
C) APLICAÇÃO DAS PENAS:	138
(i) POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	138
(ii) IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	139

5.1.2 ABSOLVIÇÃO	139
A) O FATO NÃO CONSTITUI INFRAÇÃO PENAL	140
(i) ELEMENTOS OBJETIVOS DO TIPO	140
(ii) AUSÊNCIA DE DOLO	141
(iii) ILEGITIMIDADE ATIVA DO RÉU	143
B) AUSÊNCIA DE PROVA DA EXISTÊNCIA DO FATO	144
C) AUSÊNCIA DE PROVAS SUFICIENTES PARA A CONDENAÇÃO	145
D) CIRCUNSTÂNCIA QUE EXCLUI O CRIME OU ISENTA O RÉU DE PENA	146
5.1.3 EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE	147
5.2 PROSSEGUIMENTO	149
5.2.1 PEDIDOS FORMULADOS PELA DEFESA	150
A) PEDIDOS DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL	151
(i) FALTA DE JUSTA CAUSA POR ATIPICIDADE	151
(ii) FALTA DE JUSTA CAUSA E/OU INÉPCIA DA DENÚNCIA	153
(iii) FALTA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA E ILEGITIMIDADE PASSIVA	153
(iv) PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA	154
(v) OUTROS	155
B) PEDIDOS DE TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL	155
5.2.2 PEDIDOS FORMULADOS PELA ACUSAÇÃO	156
A) PEDIDOS DE RECEBIMENTO DA DENÚNCIA	157
5.3 CAUTELAR	159
5.3.1 LIBERDADE	160
A) PEDIDOS DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA	160
B) PEDIDOS PARA A CONCESSÃO DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE	162
C) PEDIDOS DE LIBERDADE PROVISÓRIA	163
5.3.2 PATRIMÔNIO	164
5.3.3 SIGILO FISCAL	166
5.4 COMPETÊNCIA	167
5.4.1 FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA NATUREZA DA INFRAÇÃO	167

ANEXO 1 171

ANEXO 2 181

NOTAS 2ª PARTE 193

PESQUISA EM DEBATE:

A APLICAÇÃO DA LEI DE CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO PELOS TRIBUNAIS BRASILEIROS

Núcleo de Estudos sobre o Crime e a Pena
DIREITO GV

1ª PARTE

I TRANSCRIÇÃO DO SEMINÁRIO

I.1 BLOCO I

CAROLINA HABER

Bom dia a todos. Quando a Escola de Direito da FGV-SP, representada pela professora Máira [Rocha] Machado, apresentou a proposta de pesquisa ao Ministério da Justiça, a idéia inicial tinha sido de pensar num mecanismo de avaliação da legislação penal econômica brasileira pareceu muito interessante, tendo em vista a competência institucional da Secretaria de Assuntos Legislativos, de acompanhamento da tramitação de projetos de interesse do Ministério no Congresso Nacional, sendo que a maioria deles dispõe sobre direito penal e processual penal.

Na elaboração dos pareceres sobre esses projetos de lei, a Secretaria de Assuntos Legislativos encontra, muitas vezes, dificuldades, em razão do grande volume de trabalho, para fazer uma avaliação mais detalhada dos temas em pauta e consoante com as discussões jurídicas desenvolvidas no meio acadêmico.

De fato, a qualificação do trabalho de elaboração e reforma legislativa, é importante na medida em que viabiliza a contestação ou afirmação de várias “verdades” propagadas no Congresso Nacional para justificar a apresentação de propostas de alteração legislativa.

Nesse sentido, é comum ouvirmos que é preciso acabar com a prescrição dos crimes porque ela inviabiliza a punição dos criminosos ou que o aumento das penas é capaz de conter o avanço da

criminalidade, dentre outras afirmações que justificam o recrudescimento da legislação penal.

Sendo assim, uma pesquisa de avaliação de uma lei específica seria um instrumento hábil a dar embasamento teórico para qualquer proposta de regulamentação ou alteração do tema no ordenamento jurídico brasileiro.

De fato, em razão de seu caráter inovador, a pesquisa apresentada pela Escola de Direito da FGV-SP, que contou com o apoio do Ministério da Justiça, foi o embrião para o desenvolvimento de outros projetos com Universidades e Centros de Pesquisa, que vem servindo para embasar o trabalho da Secretaria de Assuntos Legislativos na elaboração técnica de seus pareceres e propostas de elaboração normativa.

O projeto denominado “Pensando o Direito”, desenvolvido em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD, já está na terceira edição, sendo que a própria Fundação Getúlio Vargas foi selecionada para pesquisar três temas diferentes, sendo que uma pesquisa já está encerrada e outras duas estão em andamento.

A experiência das três edições do projeto “Pensando o Direito”, ao lado do apoio à pesquisa realizada sobre a Lei de Crimes Financeiros, vem demonstrando a importância da ampliação do diálogo entre o Congresso Nacional e a sociedade para o fortalecimento da democracia.

Nesse sentido, é uma honra poder participar essa mesa, pois sua composição reflete a integração entre o Poder Executivo, o Poder Judiciário, o Ministério Público, advogados e a academia em torno de um tema de interesse de todos. Muito obrigada.

ROGER LORENZONI

Bom dia a todos, aos professores, aos acadêmicos, aos profissionais da área de Direito, ao Doutor Cláudio Tusco, nosso colega de secretaria, um cumprimento especial à professora Máira Rocha Machado, pesquisadora que contribuiu com a Secretaria de Reforma do Judiciário e com a Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério de Justiça com a sua pesquisa. Nós da Secretaria de Reforma temos a grata satisfação de participar desse evento, tendo em vista que a nossa função institucional é trabalhar na articulação entre as instituições do sistema de Justiça e também instituições do mundo acadêmico, da área de profissionais que atuam sempre no ramo do estudo e da aplicação do Direito. Temos dois focos principais na nossa secretaria, o primeiro é a produção e acompanhamento normativo, isto é a produção de normas com o objetivo de aperfeiçoamento e modernização do Poder Judiciário e nosso segundo vetor é a democratização do acesso à justiça. Para nós, essa pesquisa que traz contribuições para a reforma da legislação penal e econômica é absolutamente importante, tanto no eixo da produção normativa, tanto no eixo da democratização do acesso à justiça. Esses trabalhos acadêmicos, aparentemente, mesmo que foquem numa legislação única ou um aspecto só da legislação penal, na verdade eles trazem informações e contribuições que nos permitem fazer uma reflexão para toda a legislação, aí às vezes o Poder Executivo é acionado e nos dizem: “mas a legislação penal só é aplicada para os pobres no Brasil” e aí a gente tem que explicar: “Não, há uma rede de estudos também para analisar legislação a penal e econômica. Isto nos permite ver qual é o grau de eficácia e de aplicabilidade das normas. A Secretaria estabelece vínculos com profissionais de alto nível acadêmico, absolutamente reconhecidos pela sua própria experiência em pesquisa, bem como pela excelência das suas instituições, os quais nos servem de subsídios”. Então nós temos a imensa satisfação de participar desses trabalhos, entendemos que foi uma contribuição muito grande. Essa pesquisa será aceita e aprovada na Secretaria de Reforma do Judiciário no âmbito da relação que temos com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e pretendemos, a partir desse trabalho, fazer uma síntese e trabalhar com outros atores, com outras pessoas que

vão avaliar também essa pesquisa e continuar fornecendo subsídios para as reformas do Poder Judiciário. Eu já posso anunciar a todos que, mesmo que não participem às vezes efetivamente de alguns tipos de atividades, a nossa secretaria já está dialogando e programando reuniões com o Congresso Nacional, com o Supremo Tribunal Federal, o Conselho Nacional de Justiça e a Secretaria de Assuntos Legislativos para a edição do Segundo Pacto de Estado Republicano pela Reforma do Judiciário ou do Sistema de Justiça (nome ainda está por definir), o que significa então que vamos retornar com força na reforma do Poder Judiciário e do Sistema de Justiça. E, nesse tema da legislação penal e processual penal essa contribuição certamente será um subsídio importante. Obrigado pela atenção.

DANIEL BORGES DA COSTA

Bom dia a todos. Antes de mais nada eu gostaria de agradecer à Dra. Máira [Rocha Machado] pelo convite, além de parabenizá-la pela ótima pesquisa, a qual serve, inclusive, como referência para utilização no âmbito do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Num primeiro momento eu quero desde já destacar, na qualidade de Presidente do Conselho, que o Conselho de Recursos não se utiliza dessa legislação, pois o foco, basicamente, é na Lei 4.595/64, que trata do sistema financeiro, e na 6.385/76, que trata do mercado de capitais. Então, acho que seria bom contextualizar, para que todos se situem quanto ao âmbito de atribuições e competências que o Conselho tem, para, vamos dizer, auxiliar o MP e o Judiciário a que se chegue a uma efetiva condenação criminal pela utilização da lei 7.492 – porque como a Dra. Máira [Rocha Machado] falou “nós gostaríamos de pegar essa experiência de vocês (Conselho) no dia-a-dia” –, e já que não é diretamente a experiência com o foco nessa lei, mas pelo menos para poder fazer uma discussão, eu acho que seria bom contextualizar, então, o Conselho. Vou fazer, assim, um levantamento ou uma amostra para vocês do que é o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. O Conselho de Recursos, que é conhecido por muitos como Conselhinho –, chamam de Conselhinho porque foi um desmembramento do Conselho Monetário Nacional, feito lá nos idos de 1985, pelo Decreto 91.152. As funções do Conselho, quero dizer, as competências do Conselho basicamente são: julgar em segunda e última instância os recursos daquelas penalidades aplicadas pelo Banco Central e pela CVM, pela infração à Lei 4595 e à Lei 6385, e normativos infra-legais, além de outros textos legais que são menos utilizados pelo Conselho e pelas instâncias de primeiro grau. Então, basicamente, as competências do Conselho tratam de quê? De julgar, em segunda e última instância, as decisões do Banco Central e da CVM, que imputam penalidades pelas irregularidades praticadas pelos agentes de mercado, com base nos referidos normativos e outros textos legais, dentre os quais cito: infração da legislação cambial, infração à legislação de consórcio, além das que não têm uma natureza de sanção, como desclassificação ou descaracterização de crédito rural em empréstimos concedidos a

título de crédito rural e industrial. No tocante à composição do Conselho, hoje, ou melhor, desde a sua criação, somos oito conselheiros, 04 (quatro) indicados pelo setor público e 04 (quatro) indicados pelo setor privado, sendo, os do setor público: Banco Central, CVM, Secretaria de Comércio Exterior e Ministério da Fazenda, e que o representante do Ministério da Fazenda é quem preside o Conselho, que é um órgão integrante da estrutura do Ministério da Fazenda, sendo a estrutura administrativa, incluindo sua Secretaria-Executiva, fornecida pelo Banco Central. Ademais, a estrutura que temos é um pouco deficitária, até porque desde a sua criação, até hoje, não temos uma estrutura própria no âmbito do próprio Ministério da Fazenda. Ressalto, já que alguns têm essa dúvida, que as sessões do Conselho são abertas ao público, e quem quiser, quem tiver interesse de assistir alguma sessão, elas ocorrem, em regra, em Brasília, conforme estabelece o nosso regimento interno. Continuando a tratar da pesquisa, ela serve como referência, no âmbito do Conselho, pois não temos um estudo de tendências e percentual de manutenção das decisões de primeiro grau feito com tal profundidade; a única referência quanto a tendências é o nosso relatório anual, que inclusive é feito com bastante dificuldade. E até a Dra. Máira [Rocha Machado] perguntou: “já foi feita alguma consolidação destes relatórios de atividades que o Conselho tem?” Infelizmente, não, realmente só temos os relatórios anuais, mas sem qualquer consolidação. Mas, apesar da incipiente experiência no Conselho, a percepção que eu tenho é que a pesquisa em discussão se aproxima, pela análise destes relatórios de atividades do Conselho, em muitos casos, a esse levantamento que foi feito na pesquisa, tais como alegações pela defesa. Assim, pela experiência do “dia-a-dia” do Conselho, você vê que as alegações feitas pela defesa no âmbito Judiciário são, em regra, as mesmas feitas em primeira instância, como também quando o processo chega ao Conselho. São elas: questão de prescrição; justa causa - falta de justa causa por atipicidade - falta de individualização da conduta. Portanto, realmente o âmbito desta pesquisa se assemelha bastante à esfera administrativa. Pelo que eu pude extrair desses dados que foram levantados aqui nessa pesquisa, a manutenção das decisões em segundo grau na esfera judiciária se assemelha um pouco à administrativa, e eu acho que

ela é um pouco menor que a administrativa, pois, como foi bem frisado pela Dra. Marta e pela Dra. Vivian [Cristina Schorscher] – o problema na manutenção das decisões ocorre por ausência de suficiente documentação comprobatória para que se chegue ao apenamento daquele infrator à legislação 7.492, e é diferente no âmbito da administração – no chamado Direito Administrativo Sancionador – vigora, pelo menos é assim o que o Conselho tem entendido, e entendido por maioria, ter-se um rigor um pouco menor. Quanto à questão de unanimidade das decisões em segundo grau administrativo, dificilmente nós temos uma unanimidade nas decisões, até porque essa dificuldade é decorrente da própria composição do Conselho. Os representantes indicados pelo setor privado, em regra, eles têm, vamos dizer, eles têm uma visão dos fatos sob uma perspectiva diferente dos Conselheiros indicados pelo setor público, isso por atuarem no mercado na outra ponta, ou seja, eles têm uma experiência diversa, vivência mesmo de mercado, o que faz se ter, muitas vezes, formas distintas de enxergar os fatos. E eu acho que é por isso que o Conselho também é respeitado, já que você não tem exclusivamente uma visão do setor público. E destaco que muitas vezes se discute de forma até exaustiva as questões submetidas ao Conselho. Eu mesmo quando eu cheguei no Conselho, que eu vi como que era, me perguntei como é que se pode discutir tanto tempo aqui para se chegar a uma conclusão?... Lembro que já houve um recurso que foi julgado na última sessão, ele entrou três vezes em pauta e se juntar todas as horas de discussão desse único recurso, daria aproximadamente perto de dezoito horas de julgamento em segunda instância –, onde não precisa juntar mais prova nem nada, é simplesmente sustentação oral por advogados, sustentação oral por parte da procuradoria, discussão entre os conselheiros [...] então, vemos que, no âmbito do Conselho, essa unanimidade, não há realmente essa unanimidade, e até em razão disso que falei, da experiência diversa que os Conselheiros têm, em outras áreas, outra esfera, seus conhecimentos [...], e apesar da divergência, eu acho que tudo isso é muito enriquecedor. Voltando à questão da manutenção da decisão, manutenção das condenações pelas instâncias inferiores de primeiro grau, Banco Central e CVM, aproximadamente poderia dizer que nos processos oriundos do

Banco Central, a manutenção giraria em torno de 70%, ou 75%, enquanto que na CVM giraria em torno de 85% a 90%, pelo levantamento de relatórios anuais, e isso sem ser feito um levantamento consolidado. Se for feito no consolidado, talvez aí poderia se ver uma tendência... Agora, olhando a questão da produção da prova na CVM, a fase de instrução do processo, ela respeita os preceitos da Constituição e da lei 9.784 em que trata a questão de contraditório e ampla defesa de forma muito mais exaustiva, observando muito mais esses princípios do que a questão no próprio Banco Central, em que, a forma como é feita a instrução, é um pouco diferente. Na CVM eles ouvem a defesa, você tem testemunha etc. No Banco Central, em regra, a oitiva de testemunha não acontece. Assim, para o Conselho, o que é que acontece? Por que no âmbito do Conselho a manutenção das decisões da CVM ocorre num percentual maior do que as do Banco Central? Acho que, talvez, se fizéssemos um comparativo entre as decisões judiciais e administrativas - pegando essas decisões a que se refere a Lei 7.492, e pegando também as decorrentes de infração à Lei 6.385 e à Lei 4.595 - teríamos como ver se decorrente daquela supervisão feita pelos órgãos aí referidos, se teríamos uma proximidade na manutenção, então, das referidas decisões. Agora, o que é que acontece no âmbito do Conselho e o que poderia ou deveria acontecer no âmbito do Judiciário para se manter as suas decisões? Seria, talvez, rever toda essa sistemática de instrução do processo, que como eu disse é diferente no Banco Central, e esse é um dos principais pontos. Para o Conselho, então, o que é que chega em termos de prova? Outra questão é a instrução do processo que ocorre dentro do Banco Central. O processo vem ao Conselho em grau de recurso, e dentro do processo, nós não vemos ou sabemos se foi feita comunicação ao MPF. Já nos processos que vêm da CVM, sempre há a notícia de comunicação ao Ministério Público Federal, quando é o caso. E quando é que a CVM informa, ou faz essa comunicação ao Ministério Público Federal de uma possível ocorrência de crime também? Pelo que eu consigo ver ocorre em três as situações, seriam três fases: às vezes são nas hipóteses chamadas, assim, “marco zero”, quero dizer, naquela fase inicial, como nos casos de *insider trading*. Então, para proteger o mercado desde o primeiro

momento a CVM já encaminha a documentação ao Ministério Público, e a partir daí eles já vão atuando, neste primeiro momento, em conjunto; num segundo momento, que não sei se aproximadamente poderia dizer, pois não tenho um percentual, mas acho que em 90% dos casos, quando termina a fase de instrução do processo, mas antes do colegiado da CVM decidir, ou seja, quando da apresentação do relatório e a aprovação pelo colegiado do relatório da Comissão de Inquérito; e num terceiro momento, que é quando da decisão do colegiado, que eles fazem essa informação ao MPF. No caso do Banco Central, a regra é, pelo que eu consegui perceber, num primeiro momento eles estão de posse de todos aqueles dados, encaminham desde já num primeiro momento para o Ministério Público Federal. E o problema é que o Conselho não tem acesso, vamos dizer, ao material que foi encaminhado, ou também, à concretização dessa comunicação ao Ministério Público. Hoje, no Conselho, cerca de 80% dos recursos que lá tramitam são de origem do Banco Central; e cerca 20%, oriundos da CVM. Daqueles 80% aproximadamente, em 90% dos casos, o que é que a gente vê? Que a comunicação ao Ministério Público, que porventura será feita, será tratada em procedimento apartado. Então, realmente, isso atrapalha um pouco a atuação do Conselho. Ademais, quando não há nos autos informação ao Conselho de comunicação ao MPF, hoje não entendemos que essa competência seria do Conselho, substituindo as atribuições dos órgãos recorridos. Não que dessa comunicação ou não, daí decorra um meio de prova para o Conselho manter ou não aquela decisão. Não. O Conselho, pelo menos aquilo serve até como fundamento para argumentação, e às vezes nos utilizamos dela, mas de maneira ponderada. Seria interessante, também, termos a informação concreta de que houve comunicação ao Ministério Público, até porque daí o Conselho poderia passar a acompanhar o processo no âmbito do Judiciário, até para se ver se: “Opa, foi oferecida realmente denúncia? Se foi, então vamos voltar lá para a questão da prescrição da pretensão punitiva administrativa. Isto porque o artigo 2º da lei 9.873 que trata da prescrição, ou seria artigo 1º, parágrafo segundo, que trata da prescrição no âmbito da administração, ele diz: “em regra a prescrição é o quê? De cinco anos”. Agora, se for também, ou

melhor, se houver o indício de que isso é crime você não se utiliza do prazo prescricional de cinco anos, mas poderá sim se utilizar do prazo prescricional da legislação penal. Então, para o Conselho seria interessante acompanhar a comunicação ao MPF? Seria. Assim, essa interação que foi citada seria exatamente um dos meios de se ter a Lei 7.492 mais aplicada e de forma mais adequada. Eu acho que fico aqui aguardando, porventura, algum questionamento. Obrigado!

RODRIGO DE GRANDIS

Bom dia a todos. Em primeiro lugar eu gostaria de cumprimentar a Dra. Máira [Rocha Machado] pela iniciativa, cumprimentar também aqueles que participaram da pesquisa e agradecer o convite e a oportunidade de conversar com vocês sobre esses dados aqui que impressionam. Eu, como membro do Ministério Público Federal, com uma atuação específica na área de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e lavagem de dinheiro fiquei impressionado, primeiro pela profundidade da pesquisa, pelo grau de detalhamento, e em segundo lugar pelos resultados, porque, de fato, se tem uma idéia, uma concepção às vezes infundada de que esse tipo de criminalidade gera impunidade em face da natureza do sujeito ativo, do criminoso de colarinho-branco aí, segundo o clássico conceito de *Sutherland*. Mas acredito que o convite que me foi dirigido tem por finalidade tentar conferir a estes dados uma visão mais realista, pelo menos do ponto de vista do nosso dia-a-dia na Justiça Federal e acredito que o Dr. Fausto De Sanctis fará o mesmo. Então, a minha intervenção nesse primeiro momento vai se dirigir às perguntas formuladas no programa e, em segundo momento, pretendo responder àquelas formuladas no decorrer da apresentação da pesquisa no início do evento. Muito bem. A primeira pergunta que foi formulada é se os números coincidem com a nossa prática cotidiana. Bom, do ponto de vista do Ministério Público Federal, mais precisamente do meu ponto de vista, de procurador da República, eu diria que sim, ressalvada a questão do número de condenações que a mim impressionou, porque eu imaginava que o número de condenações seria inferior àquele que foi apresentado, principalmente no que tange à manutenção de condenações, vale dizer condenações que foram prolatadas em primeira instância, foram mantidas no Tribunal Regional Federal e, ao final, no Superior Tribunal de Justiça foram confirmadas. Mas, enfim, os números coincidem com a prática cotidiana? A meu ver sim, principalmente no que tange ao tipo de figuras penais, infrações penais. Eu fiz um levantamento aqui rápido que pela pesquisa a maior incidência de crimes gira em torno dos delitos do artigo 16, instituição financeira sem autorização legal, o artigo 5º da Lei 7492, apropriação de valores, o artigo 22, evasão de divisas e aí nas suas três figuras praticamente, e, finalmente, a gestão

fraudulenta da instituição financeira delito estampado no artigo 4º, “caput” da Lei 7492, e me parece também, numa análise de cotidiano forense, que esses crimes são os mais comuns. Diria eu até porque a forma de fiscalização ou de demonstração de tais delitos é mais simples do que dos outros que não foram considerados. Os delitos do artigo 3º, por exemplo, do artigo 13 e do artigo 14 da Lei 7492 eu posso lhe assegurar que jamais passaram pelas minhas mãos, eu nunca tive oportunidade de denunciar ou mesmo arquivar procedimento que dizia respeito a tais delitos. Agora, o artigo 17 é curioso, porque nós temos casos de artigo 17, empréstimo vedado, nos termos da lei 7492, mas são casos, diria eu, antigos. Eu fiz uma denúncia nesse ano de artigo 17 da lei 7492, mas os casos que me vêm às mãos são mais antigos, remontam três, quatro anos. Parece-me que isso ocorre porque houve uma atuação mais veemente, do ponto de vista fiscalizatório, por parte do Banco Central. Especialmente o artigo 17 a demonstração se dá no âmbito de um processo administrativo fiscalizatório e aí o Bacen tem que comunicar, na ausência de comunicação raramente o Ministério Público Federal tem ciência da prática desse delito em face de sua própria natureza. Na ausência da comunicação, o fato especificamente não vai convolar em ação penal. Bom, o que ficou de fora? Os acórdãos do Supremo Tribunal Federal, não sei porque, não sei se é possível fazer análise da jurisprudência do STF, acho importante, importantíssimo, até porque, pelo que se publica às vezes em alguns sites jurídicos, o Supremo Tribunal Federal tranca diversas ações penais do Ministério Público Federal no âmbito da lei 7492 e isso não se mostrou verdadeiro na pesquisa, pelo menos do ponto de vista majoritário. Eu acho que seria interessante uma análise dos julgados de acordo com a Câmara ou turma dos Tribunais, porque, por mais incrível que possa parecer, mas eu acho que isso é um fenômeno tradicional do Direito, nós, hoje, pelo menos analisando a jurisprudência dos Tribunais Superiores, uma Câmara do STJ julga de um modo, e a outra julga de outro completamente diferente, e pela composição é possível saber de antemão, e eu acredito que os colegas que são advogados aqui tenham possibilidade de dizer isso de forma até mais concreta do que eu pois a minha atuação é na primeira instância. Mas eu analiso a jurisprudência

e converso com os colegas que têm atuação perante o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal e, a depender do Ministro, do relator, já se pode deduzir de antemão o resultado, os advogados torcem para cair de um lado, nós torcemos para que caia do outro. Mas o fato é que eu acho importante uma análise tendo por base a composição das turmas, das câmaras, etc.. Outro dado que seria interessante e aqui puxando para o lado do Ministério Público Federal, diz respeito à impetração dos Mandados de Segurança pelo Ministério Público Federal e eu digo isso porque, pela análise, e é natural que assim seja, é comum que a defesa se valha, pela natureza célere do instrumento, do habeas corpus, expedido aí para obtenção de decisões favoráveis à defesa, só que o Ministério Público Federal não tem um instrumento semelhante. O ordenamento jurídico infelizmente não confere ao Ministério Público Federal, no âmbito do processo penal, um instrumento comparável ao habeas corpus e, por conta disso, o Ministério Público Federal se vale do Mandado de Segurança. A despeito disso alguns acórdãos não admitem o Mandado de Segurança no âmbito do Direito Processual Penal, posição que eu acho absolutamente, enfim, equivocada, *data vênia* os entendimentos contrários. Mas seria interessante dentro dessa perspectiva, e aí justamente do ponto de vista do Ministério Público Federal os dados relacionados aos Mandados de Segurança impetrados pelo Ministério Público, por exemplo, na concessão de uma liberdade provisória é um meio que nós nos valem para conferir efeito suspensivo a recurso em sentido estrito, na concessão de liberdade provisória. Outro aspecto ainda no que tange à pesquisa, talvez também seria interessante ver os arquivamentos do Ministério Público Federal que são recusados pelas autoridades judiciárias na primeira instância, no âmbito da lei 7.492, quais os motivos da recusa e, em segundo momento, se a nossa Câmara de coordenação e revisão, que é o órgão com atribuição para julgar o 28 do CPP, como ela decide, se ela confirma a decisão do magistrado de primeira instância ou não. Seriam, portanto, essas as considerações em relação à segunda indagação, o que ficou de fora, pelo menos, numa análise preliminar. Há casos que dificilmente chegam à segunda instância? Eu creio que no âmbito da lei 7.492 não, na maioria dos casos eu não percebo isso na análise de processos,

principalmente por conta da natureza dos crimes previstos na lei 7.492, pois os advogados, sempre excelentes advogados, valem-se dos recursos existentes no ordenamento jurídico para encaminharem os casos aos tribunais. Mesmo nos casos que eu diria mais simples, que são aqueles do artigo 16, isoladamente considerados, operar instituição financeira sem autorização legal, muitos destes casos nos chegam às mãos através de uma comunicação, de uma declinação de competência do âmbito estadual. Nas varas criminais especializadas aqui de São Paulo, tanto a 2ª como a 6ª Vara, da qual é titular o Dr. Fausto [de Santis], essas Varas têm competência no estado inteiro, com exceção de Campinas e Ribeirão Preto, se não me engano. Agora, os crimes do artigo 16 que são praticados no interior, em Jaboticabal, por exemplo, ou em Presidente Prudente, que são apurados preliminarmente no âmbito da Delegacia de Polícia Civil e, portanto, pelo Ministério Público Estadual, enfim, esses são comunicados ao Ministério Público Federal depois, e mesmo nesses casos a defesa vai se valer do recurso, eu desconheço, portanto, hipótese de que não tenha havido tal utilização de meio recursal. Além disso, a impressão que eu tenho também é que a despeito das penas que são aplicadas aos crimes previstos na lei 7.492, é comum, e essa é uma impressão que não tem por base evidentemente dados estatísticos, a incidência da prescrição, notadamente a prescrição retroativa nos crimes da Lei 7.492 ou qualquer outro delito da Justiça Federal. Até o crime do artigo 168 A, que não se trata aqui, pelo menos, mas cuja pena é pequena, em face da data da prática do crime, da respectiva comunicação, no caso, pelo Instituto Nacional de Seguro Social ao Ministério Público é comum a incidência da prescrição retroativa entre a data da consumação do crime e o recebimento da denúncia. Isso me parece, repito, numa análise extremamente particular, que é nesse período que incide a prescrição retroativa. Eu sei que existem Projetos de Lei tendentes a acabar com a prescrição retroativa, eu sou absolutamente favorável, participei de projetos dentro do ENCLA, e a prescrição retroativa foi objeto de discussão, então eu acredito que esse aqui é um instituto que contribui enormemente para a impunidade notadamente nos crimes da lei 7.492, por quê? Porque a comunicação de tais crimes, a notícia crime de tais delitos se faz por intermédio, no mais

das vezes, dos órgãos administrativos. Aqui, já entrando na segunda etapa da nossa análise, o Banco Central demora muito para representar. Entre a data do fato, entre a data da consumação e representação decorrem períodos enormes, quatro, cinco, seis anos, e se o juiz aplicar a pena no patamar mínimo isso já vai dar ensejo à prescrição retroativa certamente. Hoje, muito embora o BACEN seja o órgão que mais comunica ao Ministério Público, ou mais comunicava, se percebe um novo fenômeno decorrente da implementação de vários instrumentos normativos. Notadamente a partir da lei 9.613/98, outros órgãos administrativos têm comunicado ao Ministério Público Federal a prática de delitos da Lei 7492, e eu aqui indico alguns apenas a título de exemplo: a própria Comissão de Valores Mobiliários, o COAF, a polícia federal que especializou algumas delegacias (aqui em São Paulo nós temos a delegacia especializada em crimes contra o sistema financeiro), e a existência de forças tarefas. Cito aqui como exemplo a força tarefa do Banestado, que foi criada no âmbito da Procuradoria da República de Curitiba e que gerou diversas comunicações relacionadas aos crimes de evasão de divisas, então houve uma pluralização aí de órgãos que comunicam ao MPF a prática de tais delitos. E, respondendo a uma pergunta específica que foi colocada no início do debate sobre a obrigação, o dever ou a prerrogativa dos órgãos administrativos de individualizar condutas no âmbito de um processo administrativo sancionador. Eu diria que sim, principalmente aqueles órgãos que vão motivar ou podem dar ensejo a ações penais ou investigações criminais. Hoje, a partir de um conceito amplo de *enforcement*, a CVM, por exemplo, tem reformado sua estrutura no sentido de contribuir à persecução administrativa e, notadamente, à que vai gerar persecução penal. E aqui eu me refiro em especial a CVM por conta dos crimes do artigo 27 “d”, “e” e “f”, da Lei 6.385/76, notadamente o crime de *insider trading* que foi mencionado aqui pelo Daniel [Borges da Costa]. Bom, seriam essas as considerações preliminares e eu reforço mais uma vez o meu agradecimento e a oportunidade de conversar com vocês, muito obrigado.

FAUSTO DE SANCTIS

Bom, gostaria de agradecer também o convite, eu acho interessante debater num local que é reconhecido como um local de excelência para debate da questão. Tenho um pouco de dificuldade com números, eu acho que os números por vezes levam a certos entendimentos que não permitem formular certas conclusões. Como foi dito aqui há pouco, dizer que o STJ de certa forma aplica a legislação ou tem entendimento de rigor com relação a 7492, causa-me efetivamente estranheza. Eu sou totalmente contrário a esse tipo de posicionamento, aplicação da lei não é rigor, é apenas aplicação da lei, a expressão do povo, a vontade popular.

A questão, para mim, é: a lei está sendo efetivamente aplicada? O trabalho que foi feito aqui é importante, mas apenas um pontapé inicial a partir do trabalho que foi feito há anos atrás pela Ela Wiecko de Carvalho. Não adianta a gente discutir as decisões, se elas são condenatórias, se elas são absolutórias ou se há prosseguimento ou não. Então a pesquisa para mim foi boa porque ela deu um pontapé inicial, mas ela tem que avançar muito mais, para ir para onde? Ir para a primeira instância. É ali que tem que ser feito o foco de análise do resultado final de aplicação disso tudo, porque é na primeira instância que a questão volta a título de execução de pena. Na primeira instância, invariavelmente, há prescrição e a prescrição não é retroativa não, é a prescrição intercorrente ou superveniente. Então há especificamente a não aplicação da Lei 7492/86. Esta lei não existe, existe formalmente, mas em termos de eficácia ela é nula, ela é nada, por quê? Ora porque o processamento é extremamente longo, tumultuado e não se chega a lugar nenhum. Então eu acho que a discussão tem que avançar por esse caminho e não tem outro caminho. Eu acho que aqui não se discute sobre a lei, se a lei realmente é importante, se é um crime importante. O Código Penal não deveria começar com crimes contra a vida, mas sim com crimes que atentam a dignidade humana. O que atenta à dignidade humana não é a vida em si, mas o crime econômico, aquilo que ofende o respeito alheio, o respeito ao ser humano e às práticas usuais e normais do mercado. Então a gravidade de certas questões a gente tem que olhar com cautela, porque nós vamos ver penas diversas com pena mínima de um ano, quando nós temos um furto, um roubo, cuja pena

é muito mais elevada e atende a um patrimônio individual, e nós temos casos de gestão fraudulenta, falar três anos é uma pena alta, gestão fraudulenta atingindo milhares de pessoas. Entre os casos que tenho lá na Vara, há um caso que não repercutiu na imprensa, que eu julguei em 1999, um fundo de pensão extremamente conhecido em que diversas pessoas lançaram mão desse fundo para o seu próprio benefício, o que aconteceu até hoje? Nada. Houve recurso, o TRF abaixou a pena, tudo bem, é o seu direito, foi para o STJ, baixou a pena, está no seu direito, e o pior é isso, abaixa a pena, retira um monte de crimes, desclassifica o delito e aí não individualiza, como vocês bem concluíram, não individualiza e quando vem para a primeira instância para iniciar a execução, o que acontece? Impetra-se habeas corpus para interromper o procedimento de execução de pena. Então, a análise desse tema tem que bater na ferida, que é efetivamente a prescrição e a pena. As penas têm que ser aumentadas. As penas do jeito que estão equivalem ao nada, à não aplicação, é o que está acontecendo, é essa a prática que eu tenho que trazer para vocês, a não aplicação de pena. Só para dar um exemplo, é possível dizer que, nos últimos anos, a lei passa a ser, na verdade, um instrumento de encenação popular. Aqui na minha Vara, tivemos em 2006, 64 decisões e em 2007, 114 decisões. Tudo bem, o que vale isso na prática? De 2005 para cá nós tivemos apenas três guias de execução que vieram para ser cumpridas, dessas três guias duas foram beneficiadas com o habeas corpus, suspendendo execução de pena depois do trânsito em julgado. Então, a crítica que eu faço não é ao Bacen, não é à CVM, não são os outros órgãos, é ao próprio Judiciário. Há deficiências de fiscalização no Bacen? Há, mas isso não inviabiliza a persecução penal. O que se pega nada acontece, por conta do nosso processamento, sistema que é inócuo... é um teatro. Então, essa legislação está sendo eficiente? Na minha percepção, não, por conta da pena, porque a pena leva invariavelmente à prescrição. Ah, vamos mudar o sistema! Enquanto o sistema não muda, temos que aumentar a pena se queremos aplicá-la. Não digo aplicar a pena privativa de liberdade, não sou a favor não, eu acho que tem que substituir por prestação de serviços à comunidade quando for o caso. E a maioria dos casos justifica isso, são pessoas que estão na sociedade. E os juízes têm

certa dificuldade porque são pessoas que normalmente frequentaram os mesmos colégios, participaram das mesmas reuniões de cunho religioso, partilham da mesma vizinhança, isso acarreta certa forma de identidade, de homogeneidade entre o juiz e aquele acusado que ali está. Por vezes o acusado tem mais respeito social do que o próprio magistrado, tem certo respeito e admiração social, isso traz certa dificuldade para o Judiciário sim, que se vê na posição do acusado, enfim, tudo isso leva a uma crença, isso não sou eu que estou falando, há estudos na Europa, a gente sabe, que há uma certa distinção sim de tratamento entre os crimes dos poderosos e os demais. Só que no Brasil eu acho que a diferença chega ao cúmulo da ineficácia total. Então eu gostaria que aqui fosse um pontapé, essa pesquisa é importante, vocês deram o primeiro passo, mas tem que ir além, tem que ir além e ver onde está o problema, porque a pesquisa por si só, qual é o propósito dela? Mostrar o quê? Mostrar que há condenações? Agora, a gente tem que ver a eficácia. Então, eu gostei, achei interessante, tem dados aqui que eu mesmo desconhecia, a questão do STJ por vezes confirmar ou não, enfim, eu estou aqui mais colocando um problema maior para vocês. Então, de certa forma respondendo a algumas indagações, a questão do Bacen e da CVM, realmente há um procedimento lento que acaba influenciando na prescrição do Judiciário, refletindo, mas não é esse o dado mais grave, porque se nós temos um MPF atuando ou MP em geral, ele pode muito bem solicitar informações ao Bacen antes que estas informações venham espontaneamente por esse órgão, como aconteceu em certos casos lá na Justiça, são esporádicos, mas, enfim, essa falha de certa forma pode ter alguma solução que ainda não passa pela aceleração dos procedimentos do Bacen e CVM. Tem a questão dos arquivamentos na primeira instância, existem sim arquivamentos por conta da prescrição. Nós temos também casos chegando da força tarefa do Paraná que foi citada, são milhares de casos. Nós fizemos uma reunião na Vara e dissemos “vamos cortar! Não dá! Ocorrerá a prescrição”. Não adianta nós estarmos aqui também para participar de uma encenação jurídica que não vai levar a nada, vai levar efetivamente à prescrição. Então o que se fez lá? Fizemos um corte e tudo o que era de 2000 para trás foi cortado e mesmo de 2000 em diante houve um corte

por valor: 500 mil de movimentação em dólar. Olha o absurdo a que chegamos, corte de 500 mil de movimentação de dólares para apuração dos casos, isso porque tinha um universo de 2400 casos só de início de procedimento. Banestado. Temos outro exemplo, o caso Banespa. No caso Banespa os fatos são de 1990, 1992, eu fui o primeiro a dar sentença, em 1996. E essa sentença até hoje não transitou em julgado. Tenho vários casos Banespa correndo, por quê? Porque chegaram os casos nas varas especializadas. Há conflito de competência, julgamento disso, daquilo, HC, e chegaram agora com denúncias feitas pelo Ministério Público, e o que eu estou fazendo? Rejeitando, não vou querer processar isso, não quero. Aplico a prescrição ou seja o argumento que for. Não vou começar um procedimento que eu sei que não vai dar em nada. Então nós não estamos aqui para brincar, creio eu. Casos que não sobem e não constam da pesquisa? Sim, casos de tentativa de crime financeiro que por vezes permitem a transação ou suspensão condicional, como ocorreu na Vara. As delações premiadas que estão acontecendo na Vara também não vão subir aos Tribunais. As delações estão ocorrendo no Paraná, em São Paulo, com cada vez mais frequência. Enfim, eu gostaria de dizer o seguinte: é muito importante isso que vocês trouxeram, nós precisamos repensar isso tudo, até porque isso tudo às vezes fica escondido, ninguém sabe o que está se passando e vocês dão a oportunidade de retomar esse assunto. Porque as conclusões da Ela Wiecko de Carvalho a gente pode trazer exatamente para hoje: a ineficácia do sistema. Ora porque o Bacen é lento. A CVM me causa estranheza, pois da CVM pouca coisa vem. Há um caso na minha Vara, apenas um, o resto está em vias de investigação, talvez por um procedimento, eu não conheço o procedimento, nada contra, mas um procedimento excessivamente longo que faz com que não se chegue ao Judiciário. O maior mercado do país não tem casos de delitos financeiros na área de mercado de valores, isso me causa muita estranheza. O que vem por vezes é do BACEN. No que diz respeito à indagação de vocês sobre necessidade de Inquérito Policial, considero que não há necessidade de Inquérito Policial, também não acho que seja relevante que o BACEN realize a individualização da conduta, porque a legislação é outra, é a responsabilidade objetiva que está em curso. Essa análise deve

ser feita pelo juiz no recebimento da denúncia, é a denúncia que deve realizar a individualização da conduta conforme a 7492, essa não deve ser a preocupação do Bacen. Eu achei interessante o Rodrigo [de Grandis] falar da ausência do STF na apreciação da questão. Enfim, eu queria dizer que eu agradeço o convite, peço desculpas pela veemência, eu sou um eterno indignado, eu sou mesmo, eu acho que nós todos, operadores de Direito, sejamos advogados, juízes, todos nós perseguimos o mesmo fim, a aplicação da lei, seja para condenar ou absolver, o Judiciário não está para condenar, o Judiciário está para aplicar a tutela, mas esta tutela uma vez aplicada tem que ser efetiva, senão a gente perde a razão de existir, a lei é a expressão do povo e o povo quer a lei desse jeito, não é o Judiciário e não é nenhum deputado.

FLÁVIA RAHAL

Bom dia a todos. Maíra [Rocha Machado], obrigado pelo convite, parabéns a você, Marta [Rodriguez de Assis Machado], Marta [Cristina Cury] Saad [Gimenes] e Vivian [Cristina Schorscher] pela pesquisa. Como disse o doutor Fausto [de Santis], eu acho extremamente interessante que essa conversa esteja sendo feita aqui na GV, em um ambiente acadêmico e que tem por objetivo pensarmos juntos a questão da aplicação da Lei 7.492, voltados a uma reflexão de um bem maior que é sua efetiva eficácia para o bem da sociedade. Então eu acho que a reflexão decorrente das diferentes vivências relativas a essa Lei – a minha vivência como advogada, doutor Rodrigo [de Grandis] como procurador, doutor Fausto [De Santis] como juiz, por exemplo –, podem trazer resultados e argumentos interessantes para começar uma discussão. Eu queria inicialmente mencionar que, na pesquisa, senti falta da análise de decisões do Supremo Tribunal Federal. Já que a pesquisa está focada na questão do duplo grau de jurisdição, na aplicação pelos tribunais dos dispositivos legais constantes da lei 7.492, acho que seria muito enriquecedor analisar como se essas decisões se mantiveram se submetidas e quando submetidas ao Supremo. Até para que se pudesse ter uma noção de quais delas são submetidas ao Supremo e, conseqüentemente, qual é a diferença de posicionamento de um tribunal em relação ao outro. Concordo quando o doutor [de Santis] fala que seria muito importante analisar a aplicação da lei em primeira instância, mas eu acho que é muito, muito importante que se tenha claro se o duplo grau, na forma como ele está se concretizando hoje, é um duplo grau efetivo ou não. Eu acho que a pesquisa está trazendo dados extremamente interessantes na demonstração de como ele se realizando. Fiquei muito impressionada com a quantidade de aspectos abordados por vocês na pesquisa, acho que ela tem uma lógica, uma coerência indiscutível até porque trouxe elementos que confirmaram uma série de percepções que como advogada eu tinha, de como está se realizando o direito em relação à aplicação da lei 7492. Eu anotei os pontos que mais me surpreenderam seja naquilo que me pareceu ausente, seja naquilo que por estar presente chamou minha atenção. Assim como o Dr. Rodrigo [de Grandis], eu também tinha como proposição a de incluir na pesquisa a delação

premiada. Entendo que esse assunto – que agora está ganhando mais força – deveria ser analisado em uma pesquisa futura ou, eventualmente, vir a ser objeto de um aditivo a essa pesquisa. Acho que seria muito enriquecedor que a pesquisa incluísse em suas conclusões uma linha do tempo com a demonstração da evolução temporal de certas questões mais paradigmáticas. Sugiro a elaboração de uma linha do tempo voltada apenas para determinadas teses mais significativas, para indicar como elas caminharam no tempo. Cito como exemplo especificamente a questão de reconhecimento ou não de inépcia da denúncia em crimes societários, de que muito se falou na pesquisa. Segundo os dados levantados pelos pesquisadores, o Superior Tribunal de Justiça em especial e também o Tribunal Regional Federal continuam a afirmar que nos crimes societários não é indispensável à individualização de conduta. Eu tenho uma percepção de que no Superior Tribunal de Justiça isso mudou nos últimos dois anos. A pesquisa vai até 2005, nós estamos em 2008, e eu entendo que tenha havido um avanço em relação a esse entendimento. Eu trouxe para nossa discussão alguns exemplos de decisões recentes do STJ reconhecendo a necessidade de a individualização acontecer mesmo nos crimes societários. Acho, assim, que se colocássemos essas decisões em uma linha de tempo seria possível notar um aumento de decisões recentes que reconhecem a necessidade de individualização, em detrimento de um número grande de decisões antigas em sentido contrário. No meu modo de ver esse enquadramento no tempo seria uma forma bastante interessante de a gente analisar o caminho que determinados temas estão tendo. Outro exemplo que me parece interessante tem a ver com algo mencionado pelo doutor Rodrigo [de Grandis]: É a aplicação que se vem fazendo, por exemplo, do artigo 17 (empréstimo vedado). Eu me lembro de ter advogado em uma fase na qual o artigo 17 era bastante “popular”, entre aspas. Em virtude de uma série de movimentos, talvez do próprio Banco Central, foram várias as ações penais baseadas na violação ao artigo 17. Com o passar do tempo, o tipo do empréstimo vedado acabou sendo menos aplicado, sendo sua aplicação hoje mais rara do que já foi. Entendo que a pesquisa poderia ter trazido também dados relacionados à prisão temporária. Considero esse um fenômeno muito atual, que

ganhou força com as operações da Polícia Federal, e seria muito importante que se tivesse uma visão de como ela está sendo aplicada, de como os tribunais estão analisando as prisões decretadas, quantas acabam por gerar a propositura de ações penais e, ao final, quantas geram também uma condenação criminal. Essas informações, no meu modo de ver, agregariam um valor importante à pesquisa. Há também a questão da indicação de como as turmas dos Tribunais vêm decidindo, observação já feita pelo doutor Rodrigo [de Grandis]. De fato, para quem atua é muito claro que há uma divisão, uma tendência forte dentro das turmas em um ou outro sentido. As 5ª e 6ª turmas do Superior Tribunal de Justiça, como mencionado aqui pelo meu colega Renato Silveira, têm posicionamentos bastante distintos e a demonstração disso poderia aprimorar a pesquisa. Senti falta também de outros dados que me parecem importantes para a melhora da pesquisa, mas que eu não sei se seriam viáveis de serem levantados: à concessão de liminares em habeas corpus e a aplicação da súmula 691. No meu modo de ver, as duas têm suscitado muitas discussões nos últimos tempos e refletem um pouco a forma como a Lei 7492 tem sido aplicada. Feitas essas considerações sobre o que eu entendi ausente da pesquisa, passarei a indicar alguns dados trazidos por ela e que chamaram muito a minha atenção. A principal delas é relacionada à “unanimidade das votações”. Nós até conversamos um pouco sobre isso eu e a Maíra [Rocha Machado], tendo eu revelado que os dados coletados me surpreenderam como advogada. Eu diria o seguinte: eu até tinha uma idéia de que houvesse muitas decisões unânimes, mas não tantas quanto aquelas demonstradas. Nós temos, afinal, 94,6% das votações no Superior Tribunal de Justiça tomadas em unanimidade. Eu acho que seria muito importante tentar entender o que está por trás dessa unanimidade. O que será? Uma inexistência de discussão? Uma existência de discussão prévia? Ou será que em relação a muitos temas os julgadores já têm a sua convicção formada e, portanto, acham desnecessária a discussão no caso concreto? Eu me lembro de uma sessão de julgamento que eu presenciei no Superior Tribunal de Justiça na qual houve muitos julgamentos de *habeas corpus* com resultados unânimes. Naquele dia ficou claro para mim que a quantidade de processos que estavam sendo julgados levavam a

uma certa pressa na realização do ato, o que acabava por acarretar também, vamos dizer assim, a uma tendência à unanimidade como forma mais rápida de se terminar o julgamento, mas isso eu afirmo em relação a uma sessão específica. Eu acho que seria interessante entrar-se nessa questão. Também acho que seria muito enriquecedor levantar se nos casos em que houve divergência, se há um fator comum a explicá-la. Entre os advogados, por exemplo, há uma percepção de que nos casos em que é possível sustentar oralmente, muitas vezes se consegue a divergência, quer dizer, na medida em que a Defesa consegue expor os seus argumentos, isso suscita também que o Ministério Público exponha os deles oralmente, sendo mais provável suscitar a divergência na realização do julgamento. Será que esse seria um fator indicativo de que em todos os casos em que há sustentação há divergência? Acho que não, acho que não em todos, mas talvez na maioria deles. Isso leva a uma outra conclusão. Muitos dos acusados não têm advogados que consigam ou que podem, que têm condições de ir ao Tribunal Superior, como é o Superior Tribunal de Justiça para fazer uma sustentação oral. Será que estamos diante de uma situação onde há uma distinção, uma forma diferente de realização de justiça para quem pode ter seu advogado em Brasília e para quem não pode? Ou essa divergência não tem nenhuma relação com a sustentação oral da defesa, mas tem algum outro fator que justifique sua ocorrência? Eu achei muito assustadores os dados apresentados relativamente à questão da unanimidade. No meu modo de ver esse dado indica uma falha em nossa Justiça, porque acho que o colegiado e o duplo grau existem exatamente para que se possam rever as decisões; o colegiado para que aquela decisão seja analisada e julgada por mais de um julgador e não é o que está acontecendo. Também achei extremamente assustadoras as indicações de índices de condenação. Embora na minha vivência como advogada a minha percepção fosse de fato de uma tendência mais condenatória, especialmente dos Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça, achei os índices mais alarmantes do que eu imaginava. E eu digo alarmantes especialmente em relação à quantidade de decisões condenatórias mantidas em Segundo Grau, em relação as quais não há qualquer questionamento, as condenações sendo quase que automaticamente mantidas pelos tribunais.

Eu anotei alguns dados impressionantes relacionados à manutenção das condenações diametralmente opostos aos dados que indicavam a reversão de condenação por absolvição, que, segundo a pesquisa, não ocorreu no Superior Tribunal de Justiça, houve apenas uma confirmação de absolvição feita em primeira instância. Por que isso? Enquanto a Marta fazia a exposição dos dados estatísticos, eu fiz algumas anotações. Vocês levantaram, por exemplo, que a maior porcentagem nos tribunais, 44,2%, era de habeas corpus e recursos de habeas corpus que são da defesa. Quando houve a indicação da questão da legitimidade ativa, também houve a afirmação de que a defesa era mais atuante nos Tribunais: Superior Tribunal de Justiça 50,4%, Tribunal Regional Federal 67,4%. Em contrapartida, quando surgem os dados que indicam as decisões por tribunal confirma-se que a grandíssima maioria delas é condenatória. Então porque isso? É uma defesa menos eficiente? Uma acusação mais eficiente? Quer dizer, porque o pleito da acusação é melhor recebido, entre aspas, do que o da defesa? Quer dizer, nós temos mais habeas corpus, mais atuação da defesa e 9,3% apenas de decisões trancando uma ação penal ou inquérito policial contra não sei quantos que decidem por seu prosseguimento. Tem-se 94,4% de condenações contra 5,6% de absolvições nos Tribunais Superiores e ao mesmo tempo há a prova de que a defesa atua mais nesses Tribunais Superiores, apresentando seus argumentos. Quer dizer, o que justifica esse descompasso dos dados que foram apresentados? Quer dizer, a defesa não está se fazendo presente efetivamente? Será isso? Ou há talvez, em alguns casos, uma pré-disposição em dar mais razão ao lado da acusação? Como disse o doutor Rodrigo [de Grandis], a defesa tem o habeas corpus, o Ministério Público não tem uma ação ou recurso tão ágil e eficiente ao seu lado. Isso talvez explique a presença maior da defesa nos Tribunais superiores. Mas porque tão menos acolhida pelas teses de defesa? Acho que isso é um reflexo importante da aplicação da Lei 7.492 que deveria ser analisado. Chamou também a minha atenção na pesquisa quantitativa, no item 6, a indicação da existência de muitas denúncias pelo artigo 20 (desvio na aplicação de investimento) da Lei 7.492. Eu pessoalmente não conheço nenhuma ação penal que tenha por base esse artigo, mas acho que o doutor Rodrigo [Grandis] e doutor [De Santis]

têm muito mais condições de falar sobre isso. Em relação à questão das pesquisas qualitativas acho, um pouco na linha do que falou a Vivian [Cristina Schorscher] e pouco diferente da colocação que fez o doutor Fausto [De Santis], que essa pesquisa traz essa outra visão de que há sim condenações por crime financeiro, apesar de as pessoas terem a percepção de que não há punição em relação a tais crimes. Sempre levando em consideração a minha vivência como advogada de defesa, eu acho que a pesquisa está mostrando que há sim condenação, quer dizer, há a aplicação da lei 7492. Se ela é suficientemente eficiente ou não é, considero sem dúvida uma questão que se precisa analisar, mas ela está sendo aplicada, não é? E é a percepção que eu tenho também no dia a dia do meu escritório. A questão do tempo, a questão da prescrição, da demora na investigação, da demora na persecução penal, é um dos maiores problemas que se tem e eu entendo que precisamos repensar isso, acho que todos os lados sentem o mesmo. Porque da mesma forma que a investigação demorada acaba por gerar a ocorrência da prescrição, ela traz para a pessoa que está sendo investigada uma circunstância absolutamente incômoda, para dizer o mínimo, porque é uma espada na cabeça de um cidadão que muitas vezes fica anos a aguardar a definição de sua situação. Então acho que por qualquer ângulo que se veja a questão da demora da investigação, da demora na prestação jurisdicional, ela é prejudicial e está sendo sem dúvida nenhuma, um obstáculo na realização de justiça, também por respeito a quem é investigado ou réu numa ação penal. Então também por esse lado acho que precisaria haver uma agilização. Também me chamou atenção na pesquisa o apontamento no sentido de estar fortemente sacramentada a idéia da independência das instâncias. Eu não tenho dúvida de que as instâncias são independentes, mas muitas vezes na análise das decisões que fundamentam essa posição, o que eu percebo como advogada é uma ausência de lógica jurídica, porque muitas vezes nós estamos falando de uma investigação ou de um processo que se originou por movimentação do Banco Central ou da CVM e tem uma denúncia que é baseada exclusivamente em documentos vindos do Banco Central ou da CVM, e que esse mesmo Banco Central ou a CVM acabam por decidir que não há ilícito administrativo.

Ainda assim continua a haver a movimentação da máquina judiciária para apurar um crime, quando é evidente que se não houve o menos não poderá haver o mais. Então, no meu modo de ver, a questão da independência acaba se tornando uma resposta padrão que ignora uma premissa de lógica jurídica, que pode ser indicada pela teoria dos círculos concêntricos. Entendo que há uma análise que precisaria ser melhor feita, mais aprofundada pelos tribunais em relação a esse tema e não apenas decidir o tema com a resposta muitas vezes já pronta de que as instâncias são independentes. É imperioso que se analise no caso concreto se essa independência está se mostrando verdadeira, se há outras provas na persecução penal que podem levar a uma conclusão diversa daquela que chegou a autoridade administrativa, o que quase nunca acontece, pois foi ela quem comunicou o fato ao Ministério Público e normalmente quem o municia com elementos probatórios. Então eu acho que precisaria haver uma reflexão das decisões e do que elas de fato apresentam como argumentos, além da afirmação de que as instâncias são independentes. Achei também bastante significativa a informação de que, se não me engano, no Superior Tribunal de Justiça foi localizado apenas um caso de concessão de liberdade provisória em relação à prisão preventiva; achei muito espantoso. Também chamou minha atenção a informação de que nos casos em que teria havido sentença absolutória, o Superior Tribunal de Justiça reforma a decisão, condenando pessoas mas sem se preocupar em individualizar suas condutas. Assim como doutor Fausto [De Santis], acho que as esferas administrativas não têm a obrigação, nem devem se preocupar com a individualização de condutas, cabendo ao Ministério Público e ao Judiciário essa preocupação. O que chega de lá, deve ser visto exatamente com esse olhar, de uma instância que está preocupada com a responsabilidade objetiva e da outra que deve necessariamente perquirir a responsabilidade subjetiva. Eu tinha algumas outras considerações, mas enfim, inicialmente era isso que eu queria colocar. Parabenizando mais uma vez as professoras responsáveis pelo trabalho, reitero que achei a pesquisa fantástica e acho que sem dúvida podemos melhorá-la, mas a iniciativa é excelente. Muito obrigada pelo convite.

1.2 BLOCO 2

JOSÉ RODRIGO RODRIGUEZ

Boa tarde a todos. É um prazer estar aqui. Agradeço o convite da Maíra [Rocha Machado] e da Marta [Rodriguez de Assis Machado] para debater a pesquisa e também aos demais colegas presentes. Eu, provavelmente, devo ser a pessoa que menos tem a dizer sobre o assunto que está sendo discutido; só posso oferecer o consolo de que será rápido, falarei pouco e não falarei sobre o assunto para evitar qualquer problema. Falarei, na verdade, das questões que tenho discutido, junto com Marta [Rodriguez de Assis Machado], Maíra [Rocha Machado] e Flavia [Portella] Püschel, em um âmbito mais abstrato do que estamos chamando de teoria do direito.

Esta pesquisa interessa ao nosso grupo por duas razões principais. A primeira, falando de forma provocativa, é a seguinte: a separação de poderes é apenas uma matéria de direito constitucional? Nós estudamos o tema em direito constitucional, está localizada estrategicamente em direito constitucional, mas, como vimos no debate da manhã, quando discutimos a separação entre a esfera administrativa e a esfera judicial, está se travando um debate sobre separação de poderes. Eu diria mais: não se trata apenas de uma questão de separação de poderes, este é um dos *locus* em que a separação de poderes está se definindo a partir da ação dos operadores jurídicos aqui presentes. E isso, para alguém como eu, cujo tema de estudo é o Estado de Direito do ponto de vista da teoria do direito, é extremamente espantoso ver que nós, na área jurídica, continuamos localizando esse tema como uma matéria apartada de questões penais, civis, trabalhistas e de direito econômico. Ainda mais em uma situação como a atual, em que nós temos, de fato, a criação de diversos órgãos que reúnem elementos quase jurisdicionais, legislativos, às vezes, quase executivos. Trata-se de órgãos que não sabemos classificar e que, por vezes, esquecemos e deixamos de lado ao estudar a teoria e o nosso campo dogmático.

Este é o primeiro ponto: nosso grupo de pesquisa está discutindo estas questões civis, penais, eventualmente trabalhistas mais à frente, pensando no desenho do Estado, nas mudanças que ele tem sofrido e como estão sendo definidas nas arenas em que os operadores interagem, porque dali é que saem as decisões que definirão quais os limites entre as diversas esferas. É preciso deixar de olhar

a separação de poderes como se fosse um princípio histórico transcendental cuja verdade vem de Montesquieu ou de quem quer que seja, princípio este que deve ser “executado” como se fosse uma espécie de mandato divino. Na verdade, estamos interessados em investigar como ele foi sendo reelaborado, readaptado em função de mudanças institucionais variadas. Pois o desenho do Estado vai sendo refeito a partir dele mesmo, é isso que nos interessa.

Em segundo lugar, também desse ponto de vista mais abstrato, nos interessa pesquisas como, na separação entre as diversas áreas jurídicas - trabalhista, civil, penal ou administrativa -, nós temos a construção dogmática, categorias que têm uma ligação direta com o tipo de regulação e de política que se faz naquela área. Quando um problema é alocado na esfera penal, há todo um modelo de processo, um modelo de investigação, diversos procedimentos para lidar com a questão característicos da esfera penal.

Isso parece óbvio, mas é preciso lembrar que, quando pensamos somente do ponto de vista das categorias de uma determinada área estamos comprando uma série de pressupostos que resultam em certas opções de política pública (por exemplo, o modelo de processo, o modelo de investigação, o modo de sancionar...) - esta é a provocação - que ficam invisíveis. Nós não conseguimos explicitá-los porque estão embutidos naquelas categorias e, normalmente, um pesquisador dogmático vê o mundo apenas a partir delas.

Se olharmos apenas as categorias penais e pensarmos as políticas públicas apenas desse ponto de vista, teremos idéias somente de novas instituições penais. Se olharmos o mundo só com as categorias do direito privado - autonomia, contrato, etc. - vamos ter apenas idéias de políticas públicas relacionadas a essas diversas categorias do direito privado. A nossa tentativa neste trabalho conjunto aqui na DIREITO GV é focar nos problemas em primeiro lugar e pensar as diversas possibilidades de tutela em função dele. Para isso, estamos fazendo um esforço de abrir mão, de tentar relativizar um pouco a nossa formação e o nosso modo de ver o mundo para tentar colocar questões como: será que este problema que está sendo tratado como se fosse uma questão de direito privado e, portanto, está sujeito a todo um arcabouço institucional, não ficaria mais bem alocado se fosse tratado em outra área do direito ou por outro tipo de regulação? Será que não

poderíamos combinar instrumentos dessas áreas? A idéia é inverter a nossa perspectiva mais usual dos pesquisadores em direito.

Enfim, estas são as questões que nos interessam e que me trouxeram a esta mesa. Em primeiro lugar, a discussão sobre a forma como o desenho do Estado vai sendo feito pelos próprios agentes e sobre a necessidade de olharmos este princípio da separação de poderes rente ao que está acontecendo em nossa realidade institucional. A segunda é *desnaturalizar* as categorias para discutir alternativas para a regulação dos problemas sociais. Evidentemente, essa tem sido uma experiência extremamente rica do ponto de vista pessoal e acadêmico e, para mim, um exercício de humildade. Afinal, sempre achamos que o nosso campo é o mais interessante, é o que tem mais coisas a dizer, o que deve ser eventualmente privilegiado, etc. Quando começamos a discutir questões pontuais, como temos tentado fazer, vemos que pode haver campos em que, eventualmente, o tipo de política e o tipo de alocação na área do direito com o qual trabalhamos não seja o mais adequado. Aceitar os limites de cada campo é importante tanto para a reflexão teórica quanto para a escolha de políticas públicas.

Obrigado.

CELSON VILARDI

Boa tarde a todos, em primeiro lugar eu queria agradecer o convite, elogiar a pesquisa, porque eu acho que ela foi maravilhosa e reflete, pelo menos na minha opinião e de acordo com minha prática na advocacia, exatamente o que eu tenho sentido hoje, principalmente nos TRF's; acho que esta pesquisa espelha exatamente o que os TRFs têm feito hoje em matéria de crimes contra o sistema financeiro nacional. Eu, rapidamente, vou fazer um comentário, como eu não pude vir na parte da manhã, não sei se o comentário está prejudicado, mas eu quero dizer que, analisando a estatística, eu vejo que os TRF's concedem cerca de 17% das ordens de "habeas corpus" pleiteadas. Como se sabe, existe um incrível problema de infra-estrutura e de recursos humanos, quer dizer, o Conselho de recursos do sistema financeiro nacional com poucas pessoas, absolutamente sobrecarregado, como estão sobrecarregados os Tribunais Superiores, e uma das razões de os Tribunais Superiores estarem muito sobrecarregados é em função de os TRF's, principalmente os TRF's, eu não tenho esta sensação nos TJs, estarem desprezando a orientação da Suprema Corte e até do STJ. E isso na pesquisa fica muito claro, na medida em que você verifica que em 17% dos julgamentos, salvo engano meu nos TRF's, tranca-se a ação penal por alguma justificativa, seja por atipicidade da conduta, porque a denúncia não descreve de forma mínima, enfim, vocês acabam dividindo as razões do trancamento de diversas formas, mas de qualquer maneira tem um índice próximo a 20%. O STJ tem um índice de 22,6%, é quase um quarto; um quarto dos casos que chegam ao STJ depois de apreciados pelos TRF's, que já cortou praticamente 20%, nós estamos cortando praticamente um processo a cada cinco, e depois vem o STJ que corta mais de um processo a cada cinco. Em números absolutos, dá impressão que o STJ tem uma postura conservadora, porque está negando 80% dos casos, quando na verdade ele está bloqueando quase 20% dos casos, depois de uma análise do TRF. E se a pesquisa prosseguir e chegar ao Supremo Tribunal Federal, e se eu tiver com uma sensação correta de que o Supremo Tribunal Federal deve ter um índice, na minha opinião, de 30 a 40% de concessão de ordem nesta matéria de crime com o sistema financeiro, nós vamos chegar a um

resultado que mais da metade dos processos por crimes contra o sistema financeiro são trancados antes da decisão de mérito, porque são malfeitos, por deficiência acusatória. Enfim, porque não se obedece nos tribunais regionais os entendimentos fixados nas Cortes superiores; chego a dizer que isso me parece uma discussão institucional porque o nosso problema de acúmulo no Supremo é a falta de seguimento dos preceitos Constitucionais estabelecidos pela Suprema Corte que não que chegam até os TRF's. Então, hoje o pleno do Supremo Tribunal Federal tem entendimento, absolutamente consolidado segundo o qual a denúncia tem que descrever detalhadamente a conduta do acusado, enfim, a discussão da denúncia nos crimes societários que envolve área econômica, que em determinado momento da história recente teve o entendimento flexibilizado, segundo o qual a denúncia em crimes societários não precisava descrever a conduta do acusado de forma detalhada. Mas o Supremo já mudou essa orientação, deixando consolidado a orientação que a descrição da conduta deve ser detalhada e isso não tem se refletido nos demais Tribunais, o que leva ao STF um grande número de casos que deveria ser resolvido em outras instâncias. Estou longe de pedir súmula vinculante em matéria de denúncia na esfera criminal, mas não é possível dizer que o Supremo funciona como uma “quarta instância”, quando na verdade o Supremo é o Tribunal que mais tem garantido as garantias previstas na Constituição Federal. Então, eu estou fazendo este comentário, porque eu, sinceramente, tenho sensação de que efetivamente, se fosse pesquisado, o índice de trancamento no STF deve ser muito maior do que no STJ.

Enfim, feita esta observação, passo a analisar os resultados obtidos na pesquisa em relação à dependência das instâncias penal e administrativa. Eu verifiquei aqui na pesquisa e pelo que eu também intuía, o resultado está absolutamente correto no que tange à questão da separação das instâncias, da esfera administrativa e da esfera penal. O STJ realmente tem uma posição absolutamente contrária à questão da dependência das instâncias, asseverando que a instância penal é independente da esfera administrativa e, portanto, pode prosseguir o processo penal independentemente do final do processo administrativo. No entanto, essas decisões que estão aqui citadas, especificamente uma delas eu verifiquei que foi

reformada pela Suprema Corte, e o Supremo hoje tem uma posição, que é uma posição que eu considero absolutamente ambígua e que causa um problema nesse caso. Porque, na verdade, em três casos que eu tenho conhecimento, o Supremo trancou a ação penal quando a esfera administrativa havia julgado improcedente o processo. E a alegação do Supremo em dois destes casos é que se a denúncia está exclusivamente baseada nos dados constantes do procedimento administrativo e o procedimento administrativo acaba por absolver a conduta do acusado, julgando improcedente o caso, então falta justa causa para a ação penal. Em outro caso, que é um caso mais específico, o Supremo entendeu que, naquele caso de instituição financeira clandestina, previsto na Lei 7.492, se o Banco Central entendeu que a empresa não atua como instituição financeira, por óbvio não pode ser crime, porque se o Banco Central não fornece autorização, então, obviamente não pode haver crime por não ter essa autorização. Eu conheço estes três casos, só que estes três casos, no meu modo de entender, tem uma conotação que transforma o sistema num sistema absolutamente confuso. Porque quando se está reclamando de um procedimento administrativo ainda em andamento como argumento para trancar ação penal e fazer com que o processo penal espere o final do processo administrativo, todos os tribunais, inclusive o próprio Supremo dizem que as instâncias são independentes, como está aqui absolutamente estampado na pesquisa, inclusive em um trecho entre aspas que diz que já ficou pacificado nos tribunais que as instâncias são independentes e o processo penal não pode ficar à esperar a questão do final do processo administrativo. Mas quando o Supremo diz que não há justa causa se a denúncia está exclusivamente baseada no processo administrativo, quem trabalha na área sabe que as denúncias sempre estão baseadas no processo administrativo, principalmente nestes casos que vêm do Banco Central e do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. De modo que nós estamos diante de um Direito penal da sorte, porque no fundo se o sujeito consegue obter o final da instância administrativa e o processo penal estiver baseado no processo administrativo, ele vai conseguir uma ordem do Supremo Tribunal Federal e vai trancar a ação penal. Mas, se pelo contrário, o processo administrativo estiver demorando e o processo penal se antecipar,

ele não vai conseguir, porque as esferas são independentes, quando, na verdade, no meu modo de ver, o que o Supremo julgou é que as esferas são absolutamente dependentes, o que eu acho correto. Porque, inclusive, esta pesquisa mostra que a maioria dos casos são condenatórios, e isso era possível intuir. E também mostra que na maioria dos casos as penas são alternativas. E eu acho correta a utilização de penas alternativas; acho até que esta modalidade de pena deveria ser ampliada em termos de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, com multas, enfim, mais significativas e como alternativa à pena privativa de liberdade. E se é assim, se realmente o sistema caminha para este lado de punir em função de uma pena alternativa, com mais razão o processo penal tem que esperar o processo administrativo terminar, porque vai ter muito mais segurança, vai ter muito mais embasamento e vai evitar um acúmulo de ações. Em relação ao artigo 17, à operação de empréstimo vedado, eu nunca vi um empréstimo vedado no sistema financeiro que tenha causado prejuízo a alguém. Na grande maioria dos casos eram aquelas operações triangulares que foram evidentemente cumpridas e eram, na interpretação dos tribunais, empréstimos vedados, mas que chegam ao Judiciário depois de seis, sete, oito anos, terminam em prescrição, não houve prejuízo ao sistema financeiro nacional, não há nenhuma parte reclamando, e nós temos um percentual relevante do artigo 17 como casos apontados na pesquisa, que está concentrando só nestes casos e nos casos dos consórcios que também geraram inúmeras absolvições. Então, o final do processo administrativo poderia determinar a verdadeira necessidade de utilização do Direito penal porque num país que tem um problema de recursos humanos como nós temos, de estrutura como nós temos, ficar ajuizando processos que não causaram nenhum perigo, como diria o Pitombo, olhando a lei pelo enfoque do bem juridicamente tutelado, nesta estatística aqui, se a gente fizer outra pesquisa, o bem juridicamente tutelado foi atingido num número irrelevante, que poderiam obter soluções no campo administrativo, com processos muito mais céleres, afastando a sensação de impunidade, justamente porque nós discutimos em matéria de crime financeiro nacional, na grande maioria das vezes, evidentemente que não estou falando de gestão fraudulenta que efetivamente

abala o Sistema Financerio. E a lei precisa ser reformulada sob esse enfoque, de dar importância ao bem juridicamente tutelado para ver efetivamente o que nós temos que tutelar no Direito penal, e o que temos que deixar apenas para o Direito Administrativo. E, para finalizar aqui, eu não quero me alongar, o último ponto que eu tenho a observar é que também vejo aqui um número muito relevante processos relacionados ao artigo 22, que trata da evasão de divisas. E acho que esse número daqui dez anos vai mudar, vai dobrar ou triplicar, porque hoje nós temos uma quantidade impressionante de inquéritos tratando do crime de evasão de divisas, e o crime de evasão de divisas, sob essa ótica do bem juridicamente tutelado, no meu modo de ver é um crime que tem que simplesmente desaparecer do sistema, porque ou ele é uma sonegação fiscal sofisticada ou é lavagem de dinheiro. Porque, na verdade, hoje, pela prática, pelo que tenho visto, pelos inquéritos que eu atuo vê é que ou o sujeito estava sonegando e, portanto, mandou dinheiro para fora por conta de um caixa dois ou por conta de um recebimento que fez e manteve no exterior, e é um crime tributário no meu modo de ver, não me convence a hipótese de que o crime tributário não pode absorver o crime de evasão de divisas, porque a pena é mais alta, a falsidade é absorvida pelo artigo segundo 2º, da Lei 8.137 e nunca houve discussão sobre o problema da absorção pelo crime fim –sonegação– do crime meio –falsidade–, e, portanto, não vejo nenhum problema da evasão ser absorvida pelo crime de sonegação fiscal, porque eu acho que é sonegação fiscal, e quando não é sonegação fiscal é lavagem de dinheiro. Tem um problema transitório, porque enquanto a Câmara dos Deputados e o Senado Federal não aprovarem a mudança da lei de lavagem de dinheiro, ainda vai ter uma discussão de quando o sujeito manda dinheiro do roubo para o exterior, que não é lavagem de dinheiro, então seria simples evasão de divisas que não consigo enxergar, porque na verdade ninguém consegue evadir divisas atingindo o sistema financeiro nacional por uma simples razão, quando o crime foi criado saía o dinheiro das reservas do Banco Central, hoje não sai mais reservas do Banco Central, qualquer pessoa pode fazer um contrato de câmbio numa instituição financeira, que isso não coloca em risco o sistema financeiro nacional. Então, tem autores que dizem,

um Procurador da República lá do Rio Grande do Sul diz o seguinte: isso é um sistema transitório, porque ora coloca, ora não coloca o Sistema nacional em risco, o fato é que estamos punindo mesmo quando não há risco para o Sistema Financeiro Nacional; é verdade que já houve risco em 1980, 1986, mas hoje não coloca mais. Então, eu sou da opinião de que nós precisamos parar de discutir o que não é relevante para Direito penal, porque esse é um grande problema do fator de impunidade e do fator de falta de recursos humanos que estamos hoje com juízes acumulados com habeas-corpus demorando para julgar no STJ. Primeiro não que vejo sentido em se julgar sistema financeiro antes do esgotamento da esfera administrativa e, segundo, não vejo mais nenhum cabimento no crime de evasão de divisas, principalmente se passar esta lei, porque aí derruba-se o último argumento, que todos os crimes serão antecedentes, então qualquer pessoa estará praticando aí uma fase de ocultação ou crime de lavagem de dinheiro que, aliás, já é o que se aplica o Ministério Público, que o Ministério Público já aplica isso hoje como ocultação a simples evasão de divisas, quer dizer, um crime, lavagem, um crime mais grave e não tenho visto ninguém optar pela simples evasão. Então, em rápidas palavras é o que eu queria dizer. Muito Obrigado.

FRANCISCO FÉLIX

Bem, nós viemos aqui para falar um pouquinho do modelo de regulação do COAF, o qual realmente inaugurou um desenho de intervenção estatal inovador para aquele momento (1998), porque por circunstâncias e necessidades históricas e operacionais o Estado se viu compelido a criar um modelo multifacetado, isto em função de ter chegado à conclusão de que agindo sozinho estaria fadado ao insucesso na prevenção e combate ao crime de “lavagem” de dinheiro. Então o Estado resolveu chamar a sociedade privada a participar do esforço na busca de eficácia contra esse tipo de criminalidade. Para tanto, o elegeu alguns setores da economia que seriam, em princípio, mais sensíveis ao ataque dos lavadores de dinheiro, impondo algumas obrigações administrativas a tantos quantos atuassem naqueles setores, bem como estabeleceu um regime de persecução penal diferenciado. Como é sabido de todos, modernamente o carro-chefe de propulsão da economia é, inegavelmente, o Sistema Financeiro Nacional, o que impôs a necessidade das instituições desse setor econômico criarem departamentos de conformidade ou estruturas análogas. Logicamente, isto teve um preço, pois essas estruturas são bastante dispendiosas. Em um primeiro momento tivemos que enfrentar algumas resistências, porém o mercado rapidamente enxergou que os encargos a serem suportados se impunham até mesmo para preservar as instituições de um de seus ativos mais preciosos, qual seja, a imagem. Outra forma de resistência decorria e se justificava pelo disposto na própria lei de regência do Sistema Financeiro, no caso a Lei nº 4.595, cujo artigo 38 dispensava ao sigilo bancário um tratamento por demais rígido, o que realmente fazia com que a Unidade de Inteligência Financeira brasileira, o COAF, criado naquele momento, não tivesse chance alguma de sucesso, exceto se houvesse flexibilização no trato do sigilo bancário. Vejam bem o que fazia o Banco Central, por força do artigo 38 da Lei 4.595. Ele comunicava ao COAF a ocorrência de indícios de alguma operação suspeita, declinando quem seria o agente, mas não nos dizia qual o número da conta corrente, em que instituição financeira teria ocorrido a movimentação e nem sequer o montante, porque naquele momento a concepção era de que o sigilo bancário seria algo praticamente intransponível, em

sede administrativa. Na implantação do sistema de prevenção e combate à “lavagem” de dinheiro tivemos, também, alguma resistência à cooperação, porque tudo era inusitado, o que instigava um certo conservadorismo em alguns detentores de informações. Contudo, o que todos deveriam ter presente é que o COAF havia sido criado com a vocação de promover o intercâmbio de informações e cooperação entre órgãos, e mais, que toda e qualquer unidade de inteligência se alimenta quase que exclusivamente de informações. Porém, graças ao bom Deus, com o passar do tempo e muito trabalho os obstáculos foram sendo afastados, sendo hoje satisfatório o nível de cooperação e entrosamento não apenas com o setor público, mas também com a iniciativa privada. Nesse contexto, quando vemos discussões como essa que se trava aqui, onde se busca detectar as eficiências e deficiências na aplicação da Lei nº 7.492, estigmatizada como lei do colarinho branco, nós nos orgulhamos do modo de trabalhar do COAF. Como é que nós trabalhamos? Se temos, por exemplo, que expedir uma norma para o mercado imobiliário nós consultamos o Conselho Federal dos Corretores de Imóveis e os Conselhos Regionais, fazemos audiência pública, colhendo assim a sensibilidade de quem está na vanguarda do setor. E é essa sensibilidade que impulsiona o aperfeiçoamento de nossos normativos. Agora, sem qualquer crítica à magnífica iniciativa de vocês, instigando um debate profícuo sobre a Lei que versa os crimes contra o sistema financeiro nacional, o qual foi antecedido de uma extraordinária pesquisa, eu gostaria de estar vendo sentado conosco um representante do Banco Central, que pudesse externar com autoridade a opinião do ente regulador e fiscalizador do sistema financeiro. Eu gostaria de ver aqui, também, um representante da FEBRABAN, porque eles estando na ponta, talvez até em algumas situações em posições diametralmente opostas à da Autoridade Monetária, poderiam nos dar muitas luzes, trazer grande cooperação. Muitas vezes, na nossa concepção, o problema não é de regulação, o problema é de gestão. Lembro-me que lá nos idos de 2002 o Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal levantou a questão do porque da não imposição de penalidades ao amparo da Lei nº 9.613/98. Foi formada uma comissão que produziu um trabalho denominado “uma análise crítica da lei dos crimes de lavagem de

dinheiro”, no qual se concluiu, em síntese, que os entes obrigados a informar não estavam atuando de forma satisfatória; os inquéritos policiais não mencionavam o crime de “lavagem” de dinheiro; os Ministérios Públicos, tanto o federal quanto os estaduais, no oferecimento das denúncias, não capitulavam as condutas na Lei nº 9.613, o que gerava, em consequência, a não condenação ao amparo desse diploma legal. Resumindo, o problema era de gestão. Da mesma sorte, pensamos, talvez a situação da Lei nº 7.492 esteja sofrendo do mesmo mal – gestão – não havendo grandes necessidades de sua alteração para perseguir sua eficácia. Em nome do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) parabenizamos a toda a equipe pela brilhante pesquisa e iniciativa da realização deste encontro. Muito obrigado.

HELENA LOBO DA COSTA

Em primeiro lugar, eu gostaria de agradecer muito pelo convite que me foi feito gentilmente pela Marta [Rodriguez de Assis Machado], pela Máira [Rocha Machado], cumprimentar a GV e a vocês também pela escolha do tema, que é um tema apaixonante, que é um tema desafiador na parte teórica e fundamental na parte prática, mas, sobretudo, parabenizar pela pesquisa. Zaffaroni já dizia que um dos grandes problemas da América Latina é a ausência de estatística na esfera criminal, me parece que isso vem mudando aos poucos, mas nesta área do Direito penal Econômico e do Direito penal Empresarial parece que ainda falta muita base estatística, base fática para que a gente possa repensar políticas criminais, e até adotando a provocação do Dr. José Rodrigo [Rodriguez], pensar políticas públicas de forma mais geral. Queria dizer também que o formato escolhido merece elogios, porque são poucas as oportunidades de se discutir com colegas tão conhecedores do assunto e de poder refletir em conjunto de um modo mais informal, como a própria Máira [Rocha Machado] falou, sem grandes amarras. Então o que eu vou tentar trazer aqui são algumas reflexões e algumas provocações, algumas idéias para que depois a gente possa discutir esse tema tão importante. Na área do Direito penal Econômico parece que é realmente imprescindível trabalhar com elementos do Direito Administrativo. Seja nesta área dos crimes financeiros, seja na área dos crimes tributários, nos ambientais, não dá para fugir de conceitos, de decisões, de buscar algum auxílio da esfera administrativa. Não só porque o Direito penal vem incidindo sobre matérias que já são reguladas juridicamente, mas também porque as matérias são muito complexas, envolvem parâmetros técnicos e, muitas vezes, como o professor Celso destacou, escolhas políticas. Então, em um determinado momento o Direito penal Econômico reflete uma escolha de política econômica daquela sociedade ou uma escolha de proteção ambiental, depois de um mês se descobre um novo poluente ou então não se controla mais o câmbio, então há interferências diretas de escolhas políticas nesta área do Direito penal Econômico. O tipo penal, pela sua própria estrutura, pela sua taxatividade, é avesso a trabalhar com estas vicissitudes, com essas variações. Então é absolutamente natural que se precise recorrer

ao Direito Administrativo. Agora, se nós não podemos fugir desse recurso ao Direito Administrativo, por mais que ele traga problemas graves na esfera penal, é preciso tentar estabelecer de forma racional um relacionamento entre estes dois sistemas. A meu ver, esse estabelecimento de um relacionamento racional precisa partir de um pressuposto que é a função cumprida no sistema jurídico por estes dois subsistemas, o penal e o administrativo, na sua vertente sancionadora. Quanto ao Direito penal, é relativamente tranqüilo se afirmar atualmente que ele exerce uma função preventiva, mas que é alcançada ou cujo alcance se busca por meio da aplicação de um mal, ou seja, há um aspecto punitivo fundamental ligado ao Direito penal, que é muito evidente, ainda que hoje se entenda, em termos de finalidade da pena, que a função final é a prevenção. Então, trata-se de prevenção por meio da punição. No que tange ao Direito Administrativo, parece que existe um conjunto de funções um pouco mais abrangente; o Direito Administrativo visa principalmente regular condutas, criar situações jurídicas, mas também apresenta uma vertente de imposição de sanção, e me parece que essa imposição de sanção, pelo Direito Administrativo, indubitavelmente traz também essa mesma característica de prevenção por meio da punição. Diferentemente do Direito Civil, no Direito Administrativo nós não lidamos com indenização, ou seja, se tentar voltar a uma situação anterior ou indenizar por um mal causado. Não, aqui quando o Direito Administrativo impõe uma sanção é uma punição para prevenir novos comportamentos, para reforçar no seio da comunidade a importância daquele bem jurídico etc.. Então, existe uma certa funcionalidade semelhante, talvez até mesmo idêntica, entre Direito penal e Direito Administrativo no que tange à esfera sancionadora do Direito Administrativo. Se existe então uma certa equivalência funcional entre esses dois subsistemas, me parece bastante razoável que se tente evitar situações de dupla punição. Para que se evite este tipo de situação, a gente teria que trabalhar com algum modelo de relacionamento entre os dois sistemas. Via de regra existem três modelos de relacionamento entre o sistema penal e o administrativo. A gente poderia verificar um modelo de absoluta independência, que é mais ou menos, conforme a pesquisa mostrou, o que a nossa Jurisprudência vem adotando em

termos de crimes financeiros, não mais com relação a crimes tributários, portanto, o modelo traz uma série de dificuldades teóricas e práticas que já foram largamente sofridas, no caso brasileiro, tanto na área do Direito Tributário que foi um pouco o que fez com que se alterasse a posição do Supremo Tribunal Federal sobre isso, mas que continuam sendo sentidas atualmente com relação a estes outros ramos. Existe uma outra possibilidade de se estabelecer um modelo de dependência absoluta entre os dois sistemas, ou seja, o Direito penal tutelaria a mera desobediência administrativa, quando há desobediência administrativa necessariamente há o crime. Parece que esse modelo também não se adequa à concepção atual de proteção de bens jurídicos por meio do Direito penal, mas por outro lado ele já resolve alguns problemas sistêmicos. Todavia, não é com certeza o ideal. E teria por fim um terceiro modelo de relativa dependência, ou seja, o Direito penal se vale do direito administrativo para o estabelecimento de alguns conceitos, para verificação de alguns dados fáticos, inclusive, mas acrescenta a isso o desvalor da ação e o desvalor do resultado, que são absolutamente necessários para que a gente possa ter um direito penal que tutele bens jurídicos. Esse dado então me parece fundamental a partir desse estudo de modelos teóricos como um ponto de partida, talvez uma provocação, uma reflexão para que a gente possa discutir posteriormente. Eu acredito que é interessante também trazer alguns dados do direito comparado sobre esse tema, porque a situação brasileira hoje é muito atípica. Quando a gente pega, por exemplo, a lei alemã sobre as contra ordenações, que seriam uma espécie de ilícito que o tribunal constitucional alemão não considera administrativo, considera de natureza penal, mas em termos de comparação entre os sistemas seria o que mais se aproximaria ao ilícito administrativo. Essa lei prevê, no artigo 21, que se uma conduta é ao mesmo tempo ilícito penal e ilícito administrativo, se aplica apenas a lei penal. Se a lei penal não for aplicada por algum motivo, aí sim se poderia subsidiariamente aplicar a esfera administrativa, ou seja, não há *bis in idem*, não há aplicação no sistema alemão de duas sanções, a sanção administrativa e a penal em face de uma mesma conduta. Existem algumas regras de processo penal, claro, para poder concretizar esse sistema na prática. Na Itália, por sua vez,

se estabeleceu o princípio da especialidade, então o julgador vai precisar analisar entre ilícito penal e ilícito administrativo que em tese recairiam sobre o mesmo fato, qual é o ilícito mais específico, com maior especialidade, ou seja, que se adequaria melhor àquela situação. Da mesma forma não existe aplicação de duas sanções, administrativa e penal, sobre o mesmo fato. Na Espanha nós temos a mesma situação. Agora, é interessante que a doutrina espanhola e também a Jurisprudência partem de um pressuposto um pouquinho diferente, elas entendem que o poder de punir administrativamente e o poder de punir penalmente são o mesmo *ius puniendi* estatal único, geral, com duas manifestações diferentes. Por isso que é bastante claro para os espanhóis que a aplicação de duas sanções, administrativa e penal, sobre o mesmo fato é um *bis in idem*. Isso já foi reconhecido pelo tribunal constitucional em 1981, e depois em 83 esse mesmo tribunal dá critérios para que se verifique a existência do *bis in idem* e se afaste esse *bis in idem*, que seria análise da identidade de sujeitos, de fato e de fundamento com relação à punição. Em Portugal nós temos também um sistema bastante parecido com o sistema alemão, e o interessante é que nestes quatro sistemas: Itália, Alemanha, Espanha e Portugal, nós temos uma prevalência em termos cronológicos de procedimento do Processo Penal. Então, quando se verifica uma conduta que configura ao mesmo tempo ilícito administrativo e ilícito penal, essa conduta é processada pelo juiz criminal e é o juiz criminal que vai verificar então se houve ou não a prática de um delito. Se houve, se aplica tão-somente a sanção penal, se não houve aí sim os autos são remetidos para a esfera administrativa, e a esfera administrativa não poderá rejulgar os mesmos fatos, ou seja, existe uma certa consolidação da situação probatória naquele contexto. É evidente que essa situação processual também não é a ideal, mas o que me parece fundamental obter como lição do direito comparado é que não se pode mais admitir, não só em termos de problemas práticos, os paradoxos inexplicáveis da imposição de duas sanções: a administrativa e a penal sobre o mesmo fato. E fica então um grande desafio para a doutrina, até por isso que eu disse no começo que eu acho que esse tema é muito apaixonante, desafiador em termos teóricos, sobre como tratar essa relação dentro do Direito penal Brasileiro. E parece que

a primeira conclusão de *lege ferenda* seria a de que é necessário reduzir ao máximo os espaços de sobreposição dos dois sistemas, porque esse espaço de sobreposição é problemático, independentemente da solução que a gente tente dar para ele. Então, é necessário proceder a uma descriminalização daquelas condutas que efetivamente não têm mais dignidade penal ou que não há mais efetividade do direito penal em comparação com uma aplicação do direito administrativo sancionador, abrindo caminho, se adequado, para que só o direito administrativo atue. E, por outro lado, tentar fazer com que aquelas condutas que são consideradas graves o suficiente para receberem o abrigo do direito penal, não sejam ao mesmo tempo tipificadas no âmbito administrativo. Apesar disso sempre vai haver algum espaço de sobreposição. Como trabalhar? Será que a gente precisaria alterar a legislação brasileira? Me parece que não. Eu acho que dentro das categorias do delito, dentro da tipicidade, dentro da antijuridicidade e também se trabalhando com a idéia de unidade do sistema jurídico é possível se resolver estas questões. Mas isso, na verdade, é uma provocação que fica então para nosso debate. Eu agradeço.

EDUARDO REALE FERRARI

Agradeço imensamente a Maíra [Rocha Machado], a Vivian [Cristina Schorscher], as Martas [Rodriguez de Assis Machado e Cristina Cury Saad Gimenes]. Muito obrigado pelo convite. O objetivo aqui é ser provocativo, eu sou provocativo, há 16 anos eu dou aula, a Flávia Rahal estava falando exatamente que eu sou um novo velho professor, desde 91 eu dou aula e a idéia é exatamente ser provocativo. Eu já tenho uma concepção que, infelizmente como eu morei com o professor Reale a vida inteira, ele diz que a partir de certa idade você começa a ter as virtudes da mulher, uma das virtudes é não ter mais papas na língua, fala o que bem pensa, pena que de manhã não estava na mesa, porque eu cheguei a ver bastante coisa, mas deu vontade de fazer algumas indagações e perguntar se leram a pesquisa efetivamente, porque a pesquisa retrata efetivamente a realidade, a pesquisa é algo assustador para nós, como o Celso bem disse, embora nós já tivéssemos essa sensação. Para vocês terem uma noção, 80% dos tipos penais da Lei 7492/86 se restringem a seis infrações, nós temos 23 crimes e desses 23 crimes 80% pela pesquisa se restringe a 6 infrações penais, isso é assustador. Nenhuma decisão que tenha voltado ou que tenha reformado absolvendo algo que fora condenado, nenhuma delas, é algo impressionante! Isso apenas faz, primeiro, ficar claro que a lei penal quando trabalha já é sinal de um fracasso. Professor Reale Jr. diz isso. A lei penal já é a prova do fracasso, Direito penal já é a comprovação de que todos os meios de prevenção falharam, e, portanto, é preciso investir cada vez mais nos aspectos de prevenção, cada vez mais nos aspectos, para que a infração não seja praticada, através de informações, através de inteligência, através de troca de idéias, de interação entre os órgãos e temos que parar com o negócio de que Ministério Público é inimigo, advogado é inimigo, até pela composição da mesa de manhã o juiz e promotor estavam aqui, advogado ali, quer dizer, tem que ter a maior proximidade, porque nós todos buscamos a mesma coisa, que é a eficácia; todos aqui queremos a eficácia, a realizabilidade, que a norma seja eficaz, que a norma seja realizável. E basta agora nós termos uma interação, uma integração para ver de que forma é possível essa maior eficácia. Eu sempre digo que eu sou advogado, mas antes de ser advogado, eu digo: estou advogado.

Porque eu sou professor. De origem eu sou professor. E eu estou advogado. Eu prefiro ser professor do que advogado, fico a vontade para falar isso. Então, eu prefiro, inclusive, o Celso [Vilardi] que me desculpe, mas eu prefiro não ganhar nada de dinheiro. Não ter mais área criminal. Mas desde que tenha eficiência na área administrativa. E eu não consigo entender, esta é a minha grande reflexão e é a minha grande indignação, por que os órgãos administrativos não se fortalecem, por que os órgãos administrativos não começam a trabalhar e dizer: nós somos capazes, nós somos eficientes, nós podemos ter gestão e podemos ter um caráter, como a Helena diz, de sanção sim. É suficiente a área do direito administrativo, não é preciso a área penal, não em todas as situações, mas desses exemplos, dos 23, em pelo menos 17 a área administrativa é mais do que eficiente, por que não nas outras seis? Parece que há uma crença de que nós não conseguimos atingir as metas. O direito administrativo e os órgãos administrativos não crêem em si mesmos; no direito tributário, penal tributário era isso, estou vendo a mesma coisa agora no âmbito da comissão de valores imobiliários, trabalho brilhante que é feito pelo Conselho! Brilhante! Estávamos conversando há pouco, brilhante o trabalho que é feito pelo Conselho! Os acordos, as punições que a CVM têm dado, os medos dos empresários em relação às condutas da CVMs e temos aí o crime de *insider trade*. O que o crime de *insider trade* vai trazer de diferente? Uma suspensão do processo, com uma pena de multa? Com uma transação penal? Quando só existe de uma forma muito mais eficaz é a simbologia, o Direito penal não serve para isso, é preciso que a gente investigue exatamente o que o Direito penal quer, qual é o papel do Direito penal. O Direito penal, todos dizem a mesma coisa, é a última ratio, eu não agüento mais o discurso da última ratio, confesso! Se o discurso é o da última ratio, qual que é a prima? A prima ratio é o administrativo sancionador? Então vamos brigar pela prima ratio, vamos brigar por um Direito Administrativo sancionador eficiente e deixar para a área penal situações efetivamente que exigem a sua intervenção. Vejam, isso para mim é básico e de manhã, diferentemente da tarde, eu vi três frases relacionadas à justa causa, a atipicidade, a denotar que acabou a dogmática. Ninguém mais fala de dogmática, juiz não fala de tipicidade na sentença, juiz

não fala mais de exclusão de ilicitude, isso, desculpa, desanima depois de 16 anos dando aula, porque você explica para o aluno o que é tipicidade, o que é ilicitude e o juiz diz: Não - e já ouvi juiz dizer isso - não, este negócio de atipicidade é bobagem, é para academia. Então, a concepção da dogmática hoje é absolutamente esfacelada, por quê? Porque o direito penal virou assistencialista, o direito penal virou uma forma de aplicar sanções de multa, sanções de cestas básicas, de acordos, quando tudo isso, como bem disse, já tem na área administrativa. Ora, basta crer nesta área administrativa. Isso para mim é algo imprescindível. Outro dado de realidade que é preciso que todos nós tenhamos a concepção, Ministério Público e advogados são parte, vamos parar com essa história de que Ministério Público e advogado não são partes, são partes sim, quem não é parte é o juiz, o juiz tem que ter equidistância, que tem que ter a imparcialidade, a função mais difícil da vida é ser juiz. Porque todos os dias nós julgamos o colega, o amigo, vocês estão me julgando, julgando a mãe, julgando o irmão, é difícilimo ser juiz! Mas para isso você tem que ter a imparcialidade. Eu pergunto: no momento que o COAF responde uma solicitação do Dr. Fausto [De Santis], cadê a equidistância dele? Cadê a imparcialidade dele? Acho que ele até pode fazer isso, mas a partir do instante que começa o processo, ele tem que falar: eu saio e outro juiz atuará, porque eu já estou com minha convicção formada. Tem um artigo do professor Reale Júnior que é essencial: razão e subjetividade. O juiz já pré condenou as pessoas e pinça nos processos os elementos para fundamentar a sua condenação. Que Justiça é esta? Isto é extremamente grave num estado de direito democrático que se diz democrático e social. Então, isso para mim é algo que é muito grave. Acho que a gente tem que trabalhar muito com esta concepção da absoluta independência entre as instâncias. Como dizer que é independente? Meu Deus do céu, por acaso um juiz criminal tem condições de dizer se houve ou não uma infração que atinja o Banco Central? Nada melhor do que especialistas que estão aqui, que poderiam estar aqui, para dizer. Eu já vi muitos agentes administrativos e conversei inclusive com Paulo recentemente, e conversei com Daniel [Borges da Costa] que disse que estão sendo processados pelo Ministério Público, processados, por quê? Por que informam

ao Ministério Público, o Ministério Público volta e solicita uma nova informação, e eles não conseguem responder esta informação pela quantidade de procedimentos que tem, e aí são processados por não responder ao Ministério Público. Então é algo que é extremamente preocupante. Há a necessidade de uma integração de inteligência, de informação, isto é essencial. Que o Ministério Público saia das raia do gabinete e vá trabalhar lá no COAF, vá trabalhar lá na comissão de valores mobiliários, ter assento nos órgãos administrativos para poder fazer a filtragem, porque não há condições, muitas vezes a dificuldade de se fazer filtragem é muito grande. Então, vai lá fazer a filtragem. Acho que é uma das tentativas que a gente pode trabalhar, trabalharmos todos de forma integrada. Cada qual trabalha de forma estanque como se tivesse o problema do dia-a-dia. Acho que isso é um problema que está relacionado à concepção do nosso Estado. E eu, sempre tenho como grande mestre, meu dileto amigo Oscar Vilhena [Vieira], quando ele diz exatamente: que separação de poderes é esta? Não tem separação de poder? Não tem que ter essa concepção de Montesquieu. É absolutamente ultrapassada, não tem o mínimo sentido. E qual é a concepção então, a alternativa a isto? Quer dizer, há ou não há dúvida que a autonomia prejudica. A pergunta que se faz aqui é muito objetiva: autonomia das áreas contribuiu ou dificulta? Dificulta. Não há nem dúvida que dificulta. Daí a necessidade da integração. Qual é a forma então que nós temos que tentar resolver isso? Criar modelos de regulação. Eu particularmente sou favorável às agências reguladoras independentes, acho que é um tema lindíssimo, não as agências que estão totalmente politizadas na estrutura que hoje existem, mas agências reguladoras independentes, Que tenham o que? Que detenham independência estrutural, funcional, com quarentena, com estabilidade, sem as ingerências políticas que hoje existem. Esta é uma forma, talvez, de nós criarmos, sem jurisdicionalizar e especializar, como já estamos fazendo, para crer no direito administrativo. Eu ainda, talvez pela juventude, não obstante os decênios anos, acredito no direito administrativo e não acredito no direito penal. O direito penal é sinal de fracasso e vai ser sempre sinal de fracasso. Ainda que tenham aqueles que se acham baluartes e que vão resolver o problema do mundo. Daqui a 20

anos nós vamos verificar se resolveram ou não. Se resolverem, ótimo, fico muito contente, e eu me enganei, as pessoas erram, eu espero que eu erre! Mas eu hoje não acredito no direito penal como solução dos problemas, eu acredito na prevenção e acredito especialmente no direito administrativo. E para provocar a Helena, um dos aspectos que nós discutimos muito é uma sanção que me parece essencial no direito administrativo, e questionável também no próprio direito administrativo, que chama-se contra-propaganda. Vamos parar com essa história de pena pecuniária, o Celso [Vilardi] sabe mais do que eu, que empresário nenhum está preocupado com a sanção pecuniária, pois ele provisiona. Ele provisiona, ele sabe que pode ser apenado e provisiona, se for condenado, está lá provisionado. Agora, a imagem dele não tem preço. Numa sociedade socialmente responsável, a imagem é tudo!! A contra-propaganda atinge, essa atinge a imagem. Então, há uma discussão para alguns, ela seria desde logo inconstitucional, seria pena acessória que foi tirada em 1984 sendo questionável, aí a gerar a provocação sobre sua legitimidade ou não. Então, uma das provocações que eu faço é: talvez o modelo de regulação de uma agência independente seja uma forma de nós encontrarmos uma tentativa de saída fortalecendo o Direito administrativo. Uma outra discussão que dentro da separação de poderes a ser enfrentada é o artigo 5º, inciso XXXV da Constituição, que é um problema que vocês vivem todos os dias, porque o Direito Administrativo toda vez que encerra sua fase contenciosa administrativa admite sempre a intervenção do Judiciário tentando anular tudo o que o direito administrativo fez. Como resolver essa questão? Talvez, e aí uma visão que me parece algo que possa ser refletida, é dizer que quando a Constituição afirma que não é possível privar de lesão ou ameaça de lesão a um direito, se relacionar a efetivamente direito, e não a fatos. Se não vai sempre existir a revisão fática. Claro que se houver violação em face de uma valoração da prova, isso não é fato, é direito. Tal posição é para que nós tenhamos uma eficiência do direito administrativo. E nós temos órgãos do direito administrativo que são eficientes? Temos, eu vou dar um exemplo, o CADE, as empresas temem o CADE, as empresas têm receio do CADE. Por quê? Porque a Secretaria de direito econômico e o CADE tem feito um trabalho

que não obstante algumas críticas como é normal, é um trabalho que tem mostrado eficiência, que tem mostrado resultados. O “compliance” é fruto do quê? As convenções entre os promotores federais, os Procuradores Americanos e os promotores e os procuradores brasileiros, e tanto Ana Paula como a Mariana são frutos do que? São frutos exatamente de uma concepção de que o direito administrativo sancionador pode ser uma via para isso. Mas é muito mais, acho que é provocativa a minha fala para que nós tenhamos algo que falta muito hoje e que desestimula, que é o bom senso. Direito eu aprendi com meu avô, com doze anos de idade quando eu perguntei: Vô, o que é direito? Ouço tanto você falar. Ele falou: Nada mais, nada menos do que bom senso, e acho que falta muito isso.

2 TEXTOS COMPLEMENTARES E COMENTÁRIOS AOS RESULTADOS DA PESQUISA

2.1 COMENTÁRIOS AOS RESULTADOS DA PESQUISA

JOSÉ PAULO BALTAZAR JUNIOR³

Registro, em primeiro lugar, meus cumprimentos pela realização da pesquisa empírica, com base em dados concretos, algo raro na prática judiciária brasileira, mas que se constitui em instrumento importante para a reforma legislativa, que poderá auxiliar o legislador na avaliação da efetividade das normas existentes e, em consequência, na prognose das novas regras.

Os fatos e números abordados na pesquisa correspondem à prática judicial da primeira instância. Não há, de modo geral, casos que deixem de chegar à segunda instância, até porque as defesas são, nesse tipo de feito, altamente combativas.

Com base na experiência diária, sem levantamento estatístico, posso afirmar que os tipos mais comuns, no Estado do RS, todos de competência desta vara desde 2003, são: gestão fraudulenta e temerária (art. 4º); apropriação indébita (art. 5º); operação não-autorizada (art. 16); empréstimo vedado (art. 17); obtenção de financiamento mediante fraude (art. 19); desvio de finalidade (art. 20) e evasão de divisas (art. 22). Em menor escala, há casos de informação falsa (art. 6º); negociação de títulos sem autorização (art. 7º); cobrança indevida (art. 8º) e inserção de dados falsos na contabilidade (art. 10), violação de sigilo (art. 18), falsa identidade em operação de câmbio (art. 21).

Não há registro de ocorrência dos crimes dos arts. 2º, 3º, 11, 12 a 15, e 23.

Os crimes de gestão fraudulenta e temerária no RS ocorrem principalmente em empresas de consórcio, agências bancárias, corretoras e seguradoras, até porque são poucos os bancos sediados no Estado.

Os casos de apropriação indébita (art. 5º) ocorrem, principalmente, em empresas de consórcio e corretoras.

É comum a operação sem autorização (art. 16) no ramo do câmbio, com a atuação de “doleiros” que efetuam tanto operações de troca de moeda quanto promovem evasão de divisas, na prática do dólar-cabo, sendo alguns ligados a instituições financeiras oficiais,

em especial no segmento do private banking, do atendimento personalizado a clientes com grande volume de ativos.

Também há registro de consórcios não-autorizados e de corretoras atuando sem autorização ou autorizadas apenas para operação em outras praças, atuando irregularmente no Estado.

O empréstimo vedado (art. 17) é prática comum em casos de empresas de consórcio e seguradoras que integram grupos econômicos, valendo-se as demais empresas do grupo, como revendas de veículos e construtoras, do expediente do empréstimo vedado em situações de falta de liquidez. Chama a atenção que, na maior parte dos casos, não há sequer preocupação em esconder o fato, embora a proibição seja amplamente conhecida, sendo registrada a operação na contabilidade das empresas.

A obtenção de financiamento mediante fraude (art. 19) é corriqueira, em especial mediante duplicidade de financiamento agrícola. É também o crédito agrícola o ramo onde mais ocorre o desvio de finalidade (art. 20).

A existência de fronteira com o Uruguai, onde as regras de sigilo bancário são mais rígidas e há facilidade para a constituição de empresas de fachada, faz deste país destino comum para a evasão de divisas e a manutenção não-declarada de recursos no exterior (art. 22). A extensa fronteira seca torna fácil a evasão mediante transporte físico do dinheiro (mala preta, contrabando de dinheiro) por via terrestre. É de registrar, porém, que há sinais recentes de uma maior receptividade e agilidade das autoridades uruguaias frente aos pedidos de cooperação internacional oriundos do Brasil.

Atuação da Esfera Administrativa

Pela natureza dos delitos em questão, é de suma importância a representação para fins penais formulada pela fiscalização do BACEN, da CVM e da SUSEP, especialmente porque em muitos dos casos de crimes financeiros não há prejuízo econômico a particulares, sendo os crimes caracterizados pela exposição do sistema a risco, já que a maior parte dos delitos são considerados crimes de perigo.

Alia-se a isso a complexidade do mercado financeiro e de sua regulamentação administrativa, levando a dificuldades de interpretação, o que é agravado pela existência de grande número de tipos

penais em branco, complementados por normas administrativas, como aqueles dos arts. 7º, II; 8º, 10 e 11.

Daí a importância da colaboração dos órgãos de fiscalização, que contam com servidores habilitados para a compreensão das infrações administrativas e penais que ali ocorrem. Tanto é assim que, as mais das vezes, as ações penais têm por fundamento tais representações, que são um importante filtro criminológico. É importante, então, a criação de uma cultura de oferecimento rápido e eficaz das representações, bem como a integração do MP com os órgãos de fiscalização, para que as representações sejam, tanto quanto possíveis, completas do ponto de vista penal, evitando as idas e vindas de ofícios de complementação de informações, enquanto marcha a prescrição, e as testemunhas se olvidam dos fatos. O art. 28 da Lei 7492/86 estabelece o dever de representação do Banco Central e da CVM, de resto também prevista nos arts. 9º da LC 105/01 e 12 da Lei 6385/76, em relação à CVM.

Na instrução, igualmente, constituirão meios de prova importantes a documentação e os depoimentos dos servidores da fiscalização (TRF4, AC 5.170/RS, Fábio Rosa, 7ª T., u., DJ 24.4.02).

Ao longo do período de atuação na vara especializada foi possível observar sensível mudança, para melhor, na atuação do BACEN, que acelerou em muito a remessa das representações e tem se apresentado mais aberto à colaboração com a autoridade policial, o MP e mesmo à própria Justiça. No início de minha atuação, as representações diziam respeito, freqüentemente, a fatos muito antigos, já próximos da prescrição, o que era agravado pela dificuldade de encontrar testemunhas que recordassem os fatos.

O BACEN presta, efetivamente, relevantes serviços à efetivação da Justiça, por exemplo através do BACENJUD e, mais recentemente, do Cadastro Nacional de Correntistas. É possível, ainda, avançar, cabendo, como sugestão concreta, a regulamentação e padronização da forma de envio das informações decorrentes de quebra de sigilo bancário, de modo que o grande volume de informações possa ser manejado de forma mais rápida e eficiente, evitando o retrabalho de digitação.

Compartilhamento de Informações

Anoto que a integração entre os órgãos públicos é essencial para

uma persecução penal minimamente eficaz na área de crimes financeiros, pois a compartimentalização das atividades e a divisão dos órgãos de inteligência faz com que, além das disputas entre as várias agências, do gasto adicional, e da duplicidade de esforços, o conhecimento dos problemas acaba sendo apenas parcial

Cuida-se de dado essencial no controle do crime organizado, estabelecendo a Convenção de Palermo, em seu art. 7º, ao tratar da Lavagem de Dinheiro, que cada Estado-Parte:

b) Garantirá, sem prejuízo da aplicação dos Artigos 18 e 27 da presente Convenção, que as autoridades responsáveis pela administração, regulamentação, detecção e repressão e outras autoridades responsáveis pelo combate à lavagem de dinheiro (incluindo, quando tal esteja previsto no seu direito interno, as autoridades judiciais), tenham a capacidade de cooperar e trocar informações em âmbito nacional e internacional, em conformidade com as condições prescritas no direito interno, e, para esse fim, considerará a possibilidade de criar um serviço de informação financeira que funcione como centro nacional de coleta, análise e difusão de informação relativa a eventuais atividades de lavagem de dinheiro.

Interessante e altamente conveniente, diante da necessidade de colaboração, inclusive internacional, entre as agências estatais, hoje erigida ao status de mandamento constitucional (CF, art. 37, XXII, com a redação dada pela EC 42/03) é o disposto no § 4º do art. 2º da LC 105/01, assim redigido:

§ 4o O Banco Central do Brasil e a Comissão de Valores Mobiliários, em suas áreas de competência, poderão firmar convênios: I - com outros órgãos públicos fiscalizadores de instituições financeiras, objetivando a realização de fiscalizações conjuntas, observadas as respectivas competências; II - com bancos centrais ou entidades fiscalizadoras de outros países, objetivando: a) a fiscalização de filiais e subsidiárias de instituições financeiras estrangeiras, em funcionamento no Brasil e de filiais e subsidiárias, no exterior, de instituições financeiras brasileiras; b) a cooperação mútua e o intercâmbio

de informações para a investigação de atividades ou operações que impliquem aplicação, negociação, ocultação ou transferência de ativos financeiros e de valores mobiliários relacionados com a prática de condutas ilícitas.

A menção a outros órgãos públicos fiscalizadores de instituições financeiras deve ser entendida de modo a abranger o Ministério Público e a fiscalização tributária.

Ao disciplinar as declarações de bens que são obrigados a realizar os servidores públicos da União, o art. 5º da Lei 8.730/93 dispõe que: “A Fazenda Pública Federal e o Tribunal de Contas da União poderão realizar, em relação às declarações de que trata esta lei, troca de dados e informações que lhes possam favorecer o desempenho das respectivas atribuições legais.”

Na mesma linha, o § 2º do art. 14 da Lei 9.613/98, dispõe que: “O COAF deverá, ainda, coordenar e propor mecanismos de cooperação e de troca de informações que viabilizem ações rápidas e eficientes no combate à ocultação ou dissimulação de bens, direitos e valores.” Além disso: “O COAF poderá requerer aos órgãos da Administração Pública as informações cadastrais, bancárias e financeiras de pessoas envolvidas em atividades suspeitas.” (Lei 9.613/98, art. 14, § 3º, incluído pela Lei 10.701, de 9 de julho de 2003). Criou-se, aí, mais uma hipótese de transferência de sigilo, relevante para que possa o COAF bem desempenhar suas relevantes funções, embora possa ser questionada a possibilidade da regulação por lei ordinária. As atividades suspeitas a que se refere o dispositivo são, por óbvio, suspeitas de lavagem de dinheiro.

Por fim, o art. 28 da Lei 6.385/76, com a redação dada pela Lei 10.303/01, já ressaltando que o sigilo não poderá servir de óbice ao intercâmbio, nos seguintes termos:

Art. 28. O Banco Central do Brasil, a Comissão de Valores Mobiliários, a Secretaria de Previdência Complementar, a Secretaria da Receita Federal e Superintendência de Seguros Privados manterão um sistema de intercâmbio de informações, relativas à fiscalização que exerçam, nas áreas de suas respectivas competências, no mercado de valores mobiliários.
Parágrafo único. O dever de guardar sigilo de informações

obtidas através do exercício do poder de fiscalização pelas entidades referidas no caput não poderá ser invocado como impedimento para o intercâmbio de que trata este artigo.

Elogiáveis os dispositivos, pois somente com a troca efetiva de informações e trabalho conjunto das agências estatais se poderá dar resposta razoável no âmbito da macrocriminalidade, não se podendo mais admitir que, em disputas de competência ou de poder entre órgãos públicos, que ficam a bater cabeça, desviando-se de seus objetivos, se desperdicem os parcos recursos humanos e materiais disponíveis. Não mais se concebe aja o estado desorganizadamente contra o crime organizado.

A reforma da lei: qual modelo de regulação?

Foco: a autonomia das áreas do direito contribui ou dificulta a concepção de modelos de regulação que dêem conta dos problemas contemporâneos? Quais as questões teóricas e práticas envolvidas? Ao contrário dos crimes financeiros, setores como crimes tributários e lavagem de dinheiro dispõem de modelos de regulação pautados na interação entre as esferas penal e administrativa. A experiência desses setores pode contribuir para a formulação de um novo modelo de regulação para os crimes financeiros?

Especialização de Varas Federais

A especialização é a tônica da sociedade contemporânea, que é complexa e altamente regulada, com problemas que não podem mais ser enfrentados por generalistas. Dos especialistas se exige, porém, uma formação sólida, que dê conta das grandes linhas do sistema, e conte com o auxílio direto de especialistas de outras áreas. Daí a necessidade, do ponto de vista da persecução penal, do compartilhamento de informações e da integração entre os órgãos públicos, referida no item anterior.

Bem por isso, é louvável a iniciativa da Justiça Federal de especializar, nas capitais dos Estados, varas criminais para o processo e julgamento de crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem de dinheiro, com competência para o processo e julgamento de feitos ocorridos em todo o Estado, em prática que vem

sendo considerada legal (STJ, CC 39.367, 3ª S., u., 8.10.03) e constitucional (STF HC 88660/CE, Cármen Lúcia, Pl., m., 15.5.08; STF, HC 85060 MC/PR, Eros Grau, 2.12.04; STF, HC 91.253MT, 16.10.07, Lewandowski; HC 94146, Gilmar Mendes; TRF4, RSE 200370010148969/PR, Élcio Pinheiro de Castro, 8ª T., u., 14.4.04). Em decisão monocrática, o STF já afirmou, ainda, que: “a controvérsia foi dirimida centralmente à luz da legislação infraconstitucional pertinente Não compromete a legalidade de tais medidas o fato de que tenham sido implementadas com base em Resoluções dos TRFs, uma vez que tais atos administrativos estão autorizados pelas Leis 5.010/66, 7.727/89 e 9.664/98, e Res. 314 do Conselho da Justiça Federal.

Com a especialização da Justiça, logo seguida pelo MPF e pela Polícia Federal, houve um ganho de qualidade, pois matéria dessa complexidade requer preparo e estudo específico. Buscou-se, assim, atender ao princípio da eficiência (CF, art. 37) e do direito a uma adequada e eficaz prestação dos serviços públicos, que constitui um direito do consumidor (CDC, art. 6º, X), pois os direito à segurança (CF, art. 144), somente pode ser concretizado mediante um funcionamento adequado da justiça criminal. Acusados e vítimas, titulares do direito a uma duração razoável do processo (CF, art. 5º, LXXVIII) contam, na justiça especializada, com um meio que garante a celeridade de sua tramitação, ao menos em primeira instância.

É necessário, porém, progredir mais nesse campo, pois ainda há excessiva demora no âmbito dos TRFs e dos tribunais superiores, em especial no julgamento de feitos complexos, o que, não raro, acaba por frustrar todo o esforço feito em primeira instância para a instrução e julgamento desse tipo de ação penal, que conta, frequentemente, com grande volume de documentos e réus, e defensores de alto nível técnico e extremamente combativos.

Vinculação da Justiça à Decisão Administrativa

Predomina na jurisprudência o entendimento, do qual compartilho, no sentido de que o arquivamento da apuração administrativa não vincula a esfera penal em matéria de crimes contra o SFN (STF, HC 70778/PA, Sydney Sanches, 1ª T., u., 8.3.94; STJ, HC 5582, Fischer, 5ª T., u., 16.12.97; STJ, RHC 6426, Fernando Gonçalves, 6ª

T., DJ 16.2.98; STJ, HC 5582/SP, Cid Scartezzini, 5ª T., m., DJ 23.3.98; STJ, RHC 9281/PR, Dipp, 5ª T, u., 13.9.00; STJ, HC 26542, Fischer, DJ. 8.3.04; TRF3, AC 199903991107906/SP, Suzana Camargo, 5ª T., u.; TRF3, AC 200103990570061/SP, Hélio Nogueira, 5ª T., u., 16.7.07).

É essa a orientação tradicional, de independência entre as esferas penal e administrativa. Além disso, pode ocorrer de não estar configurado o ilícito administrativo, mas existir infração penal, de modo que nem sempre a divergência representará a existência de decisões conflitantes. Como já tive a oportunidade de afirmar, em relação à vinculação *criada* pelo STF em relação aos crimes de sonegação fiscal:

Também do ponto de vista político à posição tomada pelo STF pode ser contraposto o argumento de que as instâncias julgadoras no contencioso administrativo-tributário são compostas também por representantes dos contribuintes que são, em regra, bons advogados tributaristas, hábeis a fazer vencedoras suas teses, ao lado de servidores que, embora muito qualificados, atuam desprovidos das garantias asseguradas à Magistratura, a quem caberia dar a palavra final sobre a existência ou não de crime, independentemente da solução adotada pela administração. (BALTAZAR JUNIOR, José Paulo. *Crimes Federais*. 3ª. Ed., Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008, p. 423).

Isso não significa, é claro que a atuação administrativa não contribua, para a regulação do sistema. Ao contrário, é a atuação fiscalizadora, reguladora e sancionadora da autoridade administrativa que exerce o papel principal na regulação do sistema financeiro, restando à justiça criminal a atuação supletiva, naqueles casos em que se recorre, como *ultima ratio*, ao direito penal, de acordo com o princípio da intervenção mínima.

Execução penal

A execução penal das penas privativas de liberdade decorrentes de condenação da Justiça Federal é cumprida, em regra, pela Justiça Estadual, nos termos da Súmula 192 do STJ, já que a maior parte dos estabelecimentos penais é estadual. Quando a pena é

cumprida em presídio federal, a execução compete ao Juiz Federal, ainda que a condenação seja oriunda da Justiça Estadual. A Justiça Federal executa as penas não privativas de liberdade e, na 4ª Região, as execuções são concentradas em uma vara por subseção, no caso de Porto Alegre, a 2ª vara, ainda que decorra de condenação da vara especializada.

De todo modo, a minha impressão é de que há poucos feitos em execução em decorrência de crimes contra o sistema financeiro nacional. O tempo médio de tramitação de uma ação penal na minha vara é de um ano e dois meses. Ocorre que os julgamentos dos recursos relativos a feitos mais complexos, como são a maior parte daqueles relativos a crimes contra o sistema financeiros demoram significativamente mais do que aqueles mais simples - referentes a descaminho, apropriação indébita, estelionato, etc.. Depois, como os réus são, em geral, privilegiados economicamente, levam ou tentam levar os feitos até o Superior Tribunal de Justiça e o Supremo Tribunal Federal, onde a demora também é grande, levando alguns feitos à prescrição retroativa. Há, então, um paradoxo: como na maioria dos casos não há trânsito em julgado, e a execução se dá somente após o trânsito, a sensação é, realmente, de impunidade.

2.2 COMENTÁRIOS AOS RESULTADOS DA PESQUISA:

A QUESTÃO DA PUNIÇÃO

VIVIAN CRISTINA SCHORSCHER

Escolhi esse tema para discutir na minha apresentação porque, durante a realização da pesquisa e leitura dos acórdãos, realmente saltou aos olhos a discrepância entre a sensação de impunidade genericamente percebida quanto aos crimes contra o Sistema Financeiro Nacional e o que, de fato, prevalece nas decisões dos tribunais.

1. Assim, das estatísticas apresentadas, verifica-se que prevalecem largamente condenações sobre absolvições em processos envolvendo os crimes previstos na Lei n. 7.492/86 (94,4% no STJ e 54,5% nos TRFs – contra 18,6% de absolvições nos TRFs).

2. Além disso, também diferentemente da impressão pública mais corrente, os tribunais parecem ser mais rigorosos do que as instâncias respectivamente inferiores quando se considera que várias entre as decisões de mérito foram condenatórias após anterior absolvição. No caso do STJ, em várias ocasiões, a absolvição havia se dado na segunda instância (após condenação em 1º grau) e, em outras, tanto na primeira quanto na segunda instância. Mas estes casos (de dupla absolvição antes da condenação pelo STJ) foram tão poucos na amostra analisada, de 129 acórdãos do STJ, que não puderam ser vertidos em dados estatísticos.

3. Especificamente em relação às penas previstas na cominação abstrata da Lei n. 7492/86, verifica-se que o mínimo previsto varia entre 1 e 3 anos, sendo que a pena mínima prevista com maior frequência (em 23 dos 35 tipos penais) é de 2 anos⁴.

4. Por isso, a maior parte das penas privativas de liberdade são substituídas por penas restritivas de direitos, nos termos do art. 44, CP⁵.

PPL COMINADA	DISPOSITIVOS CORRESPONDENTES	TOTAL	PRAZO PRESCRICIONAL
1 a 4 anos, e multa	Arts. 8º, 12, 16, 18, 21, <i>caput</i> e parágrafo único, e 23	7	Mínimo: 4 anos Máximo: 8 anos
1 a 5 anos, e multa	Arts. 9º, 10 e 11	3	Mínimo: 4 anos Máximo: 12 anos
2 a 6 anos, e multa	Arts. 3º, 5º, <i>caput</i> e parágrafo único, 6º, 13, <i>caput</i> e parágrafo único, 17, <i>caput</i> e parágrafo único, I e II, 19, 20, 22, <i>caput</i> e parágrafo único	13	Mínimo: 4 anos Máximo: 12 anos
2 a 6 anos, e multa, aumentada em 1/3	Art. 19, parágrafo único	1	Mínimo: 4 anos Máximo: 12 anos
2 a 8 anos, e multa	Arts. 2º, <i>caput</i> e parágrafo único, 4º, parágrafo único, 7º, I, II, III e IV, 14, <i>caput</i> e parágrafo único, e 15	10	Mínimo: 4 anos Máximo: 16 anos
3 a 12 anos, e multa	Art. 4º	1	Mínimo: 8 anos Máximo: 16 anos

5. Da análise dos julgados também se verifica que, via de regra, as penas-base fixadas para o cálculo da penas individualizadas partem do *quantum* mínimo cominado abstratamente e sua fixação definitiva, normalmente, excede este montante em pequena quantidade de meses, quando o excede, sendo raras as penas aplicadas que ultrapassem 4 anos de reclusão.

6. Por essa razão, de acordo com o previsto no Código Penal, a grande maioria das penas privativas de liberdade aplicadas é substituída por uma ou duas penas restritivas de direitos, havendo ainda casos em que se verificou a suspensão condicional da pena. Contudo, também há situações nos TRFs em que, apesar de inferior a 4 anos, a pena privativa de liberdade não foi substituída por penas restritivas de direitos em face do não preenchimento dos requisitos subjetivos para a concessão desse benefício.

7. Verifica-se que entre os poucos casos nos quais a pena cominada superou o limite de 4 anos de reclusão isso se deu, em parte, devido à ocorrência de concurso de crimes (tanto financeiros quanto de

outras leis penais) e, raramente, por condenação pelo crime previsto no art. 4º, *caput* (gestão fraudulenta), que é justamente o artigo que comina a mais alta das penas previstas em abstrato na Lei n. 7.492/86.

8. Os resultados da nossa pesquisa, portanto, não permitem que se chegue à simplista conclusão de que o Judiciário não pune os criminosos de colarinho branco. Se há menos punições do que se percebe como necessárias, isso talvez se deva a falhas no sistema de fiscalização, visto como um todo, o que envolve, portanto, tanto as esferas administrativas quanto as judiciais e, talvez principalmente, a comunicação entre elas.

9. Destaca-se este como um ponto que merece maior atenção dos estudiosos do tema e profissionais que lidam com esta legislação pois, da análise dos acórdãos realizada, se verificou que muitos possuem como principal material probatório as informações recebidas dos órgãos reguladores administrativos ou extraídas de processos administrativos por eles realizados.

10. Combinando a análise da atividade judicante com a cominação abstrata de penas realizada em 1986, quando da promulgação da Lei dos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, verifica-se que a aplicação das penas previstas na Lei n. 7.492/86 sofreu alterações em decorrência das mudanças na política criminal adotada em relação à substituição das penas privativas de liberdade por penas restritivas de direitos.

11. A reforma da parte geral do Código Penal, em 1984, havia introduzido a possibilidade de substituição da pena privativa de liberdade por penas restritivas de direitos para crimes dolosos em que a pena privativa de liberdade aplicada fosse inferior a 1 ano, o réu não fosse reincidente e “a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente” (art. 44, CP, com a redação dada pela Lei n. 7209/84⁶). No caso de crimes culposos, a substituição também poderia se dar quando a pena aplicada fosse igual ou superior a 1 ano.

12. Conforme a Exposição de Motivos da Lei n. 7.209/84, foi adotado um sistema cauteloso de substituição da pena privativa de liberdade, o qual poderia ser ampliado, caso bem sucedido⁷. Já então, as substituições possíveis abrangiam uma pena restritiva de direito e multa ou duas penas restritivas de direitos.

13. A exposição de motivos do Projeto de Lei n. 2.684/96, que daria origem à Lei n. 9.714/98, e introduziria diversas alterações no Código Penal, já afirmava ser urgente a reforma do Código Penal para resolver o problema da super-lotação das prisões e de redução do número de pessoas condenadas à pena privativa de liberdade: “A pena privativa de liberdade (...) deve ser reservada para s agentes de crimes graves e cuja periculosidade recomende seu isolamento do seio social. Para os crimes de menor gravidade, a melhor solução consiste em impor restrições aos direitos dos condenados, mas sem retirá-los do convívio social. Sua conduta criminosa não ficará impune (...). Mas a execução da pena não o estigmatizará de forma tão brutal como a prisão, antes permitirá, de forma bem mais rápida e efetiva, sua integração social.”⁸.

14. Aprovado o projeto, o limite máximo objetivo que permite a substituição da pena privativa de liberdade aplicada foi aumentado para 4 anos em 1998. Adicionalmente, condições específicas, que passaram a permitir a substituição também de crimes dolosos punidos com até 4 anos de pena privativa de liberdade, foram inseridas no Código Penal. Entre elas, destaca-se: (i) o crime não poder ter sido cometido com violência ou grave ameaça à pessoa; e (ii) o réu não ser reincidente em crime doloso.

15. Alterou-se também o *quantum* da substituição, sendo que as alternativas de substituição inicialmente previstas, descritas acima, para a substituição de uma pena privativa de liberdade que não superasse um ano, passaram a ser aplicáveis a pena privativa de liberdade de entre 1 e 4 anos, ao passo que a pena privativa de liberdade de até um ano passou a ser substituível apenas por multa ou apenas por uma pena restritiva de direitos.

16. Portanto, durante quase 12 anos (de 1986 a 1998), dificilmente

uma condenação por crimes tipificados na Lei n. 7.492/86 seria passível de substituição (dado que a pena privativa de liberdade aplicada teria que ficar abaixo do mínimo previsto em abstrato). No entanto, com a alteração de 1998, a regra inverteu-se, de forma que, atualmente, são raras as penas privativas de liberdade que não são substituídas por penas restritivas de direitos.

17. Em vista dessa análise histórica, pode-se afirmar que, ao menos quando idealizada e promulgada a Lei n. 7.492/86, os Poderes Legislativo e Executivo entendiam que as condutas seriam graves o suficiente para ensejar uma punição contundente, que gerasse privação da liberdade⁹. Assim, a alteração da redação do Código Penal, em 1998, afetou diretamente a execução das penas da Lei n. 7.492/86.

18. Contudo, não parece plausível afirmar que a possibilidade de substituição de penas para os crimes contra o Sistema Financeiro Nacional foi abrangida pela alteração “por engano”, dado que, na própria exposição de motivos do Projeto de Lei n. 2.684/96, a Lei n. 7.492/86 é mencionada ao se comparar a pena restritiva de direitos de perda de bens com a pena de multa, devido à exacerbação desta última prevista na Lei n. 7.492/86, art. 33¹⁰.

19. Ainda assim, tramita hoje no Congresso Nacional, por exemplo, o PLS n. 439/2003, apresentado pelo Sen. Demóstenes Torres e já aprovado no Senado. Na Câmara dos Deputados, tramita sob o n. 6.948/2006, e encontra-se na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC), onde o relator Dep. Eduardo Cunha apresentou parecer pela inconstitucionalidade e injuridicidade (ainda não votado na CCJC). Este projeto altera as penas previstas, em muito ampliando-as, e agrava diversas outras regras processuais e de cumprimento da sua pena.

20. O seu autor justificou as alterações afirmando que “A referida Lei [...] comina penas aparentemente satisfatórias, mas que [...] não implicam numa efetiva retribuição punitiva [...]. Assim, nas raras vezes em que alguém é condenado por algum dos crimes previstos nessa lei, a pena cominada é, geralmente, inferior a quatro anos, em

razão dos limites mínimo e máximo das sanções previstas em abstrato nos tipos penais, o que favorece a obtenção de uma pena restritiva de direitos ou o início do cumprimento da pena em regime aberto, além de favorecer a obtenção precoce do livramento condicional. [...] É imperioso, portanto, que se exaspere esses intervalos penais, objetivando garantir a efetiva punição dos criminosos [...].”

21. Para tanto, o senador propõe: (i) aumento das penas; (ii) obrigatoriedade do regime inicial fechado para o cumprimento da pena; (iii) possibilidade de progressão de regime ou de obtenção de livramento condicional apenas após cumprimento de metade da pena; (iv) concessão de liberdade provisória apenas mediante fiança, cujo valor não poderá ser inferior à vantagem auferida com a prática do crime, apurada na investigação; (v) nos casos com prova da materialidade e indício suficiente da autoria, não tendo havido prisão em flagrante, o juiz decretará a prisão preventiva do réu, independentemente da existência dos requisitos do Art. 312, CPP; e (vi) exigência do ressarcimento do dano como condição para interposição de apelação após sentença condenatória recorrível.

22. A título exemplificativo, veja-se as penas propostas neste projeto de lei:

DISPOSITIVO	PENA PROPOSTA	PENA ATUAL
Arts. 8º; 12; 16; 21	Reclusão, de 2 a 6 anos	Reclusão, de 1 a 4 anos
Arts. 9º; 10; 11	Reclusão, de 2 a 6 anos	Reclusão, de 1 a 5 anos
Arts. 3º; 5º; 6º; 13; 17; 19; 20	Reclusão, de 4 a 10 anos	Reclusão, de 2 a 6 anos
Arts. 2º; 4º, parágrafo único; 7º; 14; 15	Reclusão, de 4 a 10 anos	Reclusão, de 2 a 8 anos
Arts. 18; 23	Reclusão, de 6 a 15 anos ¹¹	Reclusão, de 1 a 4 anos
Art. 22	Reclusão, de 6 a 15 anos ¹²	Reclusão, de 2 a 6 anos
Art. 4º, caput	Reclusão, de 6 a 15 anos ¹³	Reclusão, de 3 a 12 anos

23. Os acréscimos de exigências específicas e o aumento da gravidade das sanções previstas contrariam o princípio da proporcionalidade. O mero agravamento, tal como proposto no projeto mencionado, não permitirá resolver os problemas que hoje se colocam à fiscalização e conseqüente punição daqueles que atuam contrariamente às normas que regem o Sistema Financeiro Nacional, conforme demonstram os resultados da nossa pesquisa. Portanto, parece que o mais razoável seria dedicar esforços à plena cooperação de todos os órgãos envolvidos nessa fiscalização, assim como regulamentar a relação entre o Judiciário e as outras esferas para permitir um controle adequado das atividades que envolvem o Sistema Financeiro Nacional, de modo a permitir não somente a punição de condutas ilícitas, mas também a prevenção de sua ocorrência.

2.3 AS PENAS ALTERNATIVAS E A LEI 7492/86:

UM ESTUDO SOBRE A SUBSTITUIÇÃO DA PENA DE PRISÃO
EM CONDENAÇÕES POR CRIMES FINANCEIROS

ANA CAROLINA ALFINITO VIEIRA

A partir do banco de dados elaborado na pesquisa de jurisprudência referente à aplicação da Lei 7.492, foi feita uma análise sobre a substituição de penas nos casos de condenações por crimes descritos nesta Lei. O objetivo desse estudo foi, primeiramente, averiguar se a substituição das penas privativas de liberdade (PPLs) por penas restritivas de direito (PRDs) é efetivamente realizada pelos juízes nos termos do art. 44 do Código Penal, ou seja, buscou-se descobrir se, estando presentes os pressupostos e requisitos elencados pelos incisos do art. 44, a pena alternativa era ou não aplicada no lugar da privativa de liberdade.¹⁴ Como os critérios subjetivos descritos no art. 44 não podem ser extraídos da leitura dos acórdãos¹⁵ e os crimes financeiros são, por princípio, cometidos sem violência ou grave ameaça, o presente estudo levou em consideração apenas a duração da pena aplicada na condenação para verificar a ocorrência da substituição da PPL em PRD. Assim, toda pena menor ou igual a 4 anos foi considerada passível de substituição. Os demais requisitos elencados para a substituição foram levados em conta apenas se mencionados explicitamente na decisão.

O segundo objetivo do estudo foi verificar quais eram as penas alternativas aplicadas nos casos de substituição e se tais penas de justificavam de alguma maneira face à natureza ou às circunstâncias do delito.¹⁶ Desta forma, além de identificar qual foi a pena substitutiva aplicada em cada caso, quis-se verificar se o juiz fundamentava a sua opção por determinada pena alternativa e quais eram os argumentos utilizados.

A análise de substituição de penas foi feita a partir do banco de dados que a pesquisa construiu com as decisões dos Tribunais Regionais Federais.¹⁷ Neste banco de dados, foram selecionadas as decisões de mérito em que houve uma decisão condenatória, seja em primeira ou em segunda instância de julgamento. Foram encontradas no total 96 decisões de mérito condenatórias posteriores a 1988, que constituíram o universo de análise do presente estudo. Para uma exposição mais clara dos resultados obtidos, cabe separar os dados da 1ª instância dos dados dos TRFs, observando tanto a aplicação do art. 44

pelos juízes e desembargadores quanto a natureza e justificativas (se houver) das penas alternativas aplicadas. Desta forma, será possível também comparar o índice de substituição de penas em primeira e segunda instância de julgamento.

2.3.1 CONDENAÇÕES OCORRIDAS NA 1ª INSTÂNCIA

2.3.1.1 SUBSTITUIÇÕES EFETUADAS

Dentre as 96 condenações, 79 ocorreram em primeira instância. Analisando estas 79 decisões condenatórias, constatou-se que em 63 dos casos, ou seja, em 79,7% das condenações analisadas, a PPL era menor ou igual a 4 anos, cabendo a substituição da PPL pela PRD segundo o critério objetivo descrito no art. 44 do Código Penal. Ou seja, em 13 das 79 decisões, não cabia a substituição pelo critério objetivo e em 63 das decisões a substituição era possível. Ademais, em 2 decisões a pena aplicada não é sequer mencionada no acórdão, sendo impossível saber se ela seria ou não substituível, e houve um caso isolado de extinção da punibilidade em primeira instância.

Das 63 condenações em que cabia substituição da PPL por PRDs, tal substituição ocorreu em 38 dos casos (60%). Em 23 condenações (36,5%) nada foi mencionado no acórdão acerca da substituição, sendo impossível concluir sobre sua ocorrência ou in ocorrência. Por último, foram encontradas apenas 2 condenações dentre as 63 em que cabia substituição e esta explicitamente não ocorreu. Nestes poucos casos em que a substituição era possível de acordo com o critério objetivo mas não foi efetuada, a não-substituição da pena foi mantida pelo Tribunal. Este justificou a decisão no inciso III do artigo 44, CP, alegando que o alto grau de culpabilidade do réu impedia a substituição da pena.

TABELA 1 - SUBSTITUIÇÃO DAS PENAS EM 1ª INSTÂNCIA

Houve substituição	38	60,3%
Não houve substituição	2	3,1%
Não mencionado	23	36,6%
Total de penas substituíveis	63	100%

Fonte: dados da pesquisa.

2.3.2 TIPOS DE PENAS SUBSTITUTIVAS

De acordo com o §2, art. 44 do Código Penal, na condenação igual ou inferior a 1 ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a 1 ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos. Ao analisar as penas substitutivas aplicadas em 1ª instância, verificou-se que em 3 casos a PPL foi substituída por apenas 1 PRD. No entanto, destes 3 casos, a pena cominada era maior do que 1 ano e, portanto, de acordo com o dispositivo do Código Penal, não caberia a substituição por 1 PRD, mas sim por 1 PRD e multa ou por 2 PRDs. Em um caso isolado, a PPL foi substituída por 1 PRD, enquanto a multa da condenação foi mantida e, em 4 condenações, optou-se pela aplicação de 1 PRD e uma multa, conforme a segunda parte do §2 do art. 44, CP. Na grande maioria das condenações analisadas, totalizando 24 das 53 decisões em que houve condenação, a PPL foi substituída por 2 PRDs. Houve ainda um caso isolado no qual a PPL foi substituída por 2 PRDs ao mesmo tempo em que foi mantida a multa da condenação.

No total, foram aplicadas em 1ª instância 83 PRDs, sendo que estas penas podem ser classificadas conforme os tipos de penas substitutivas enumeradas no art. 43 do Código Penal: (a) prestação pecuniária; (b) perda de bens ou valores; (c) prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas; (d) interdição temporária de direitos; e (e) limitação de fim de semana. Dentre estas, a mais utilizada foi a pena de prestação de serviços à comunidade (art. 43, IV), aplicada em 30 casos, totalizando 36,2% das penas substitutivas. Em segundo lugar, a prestação pecuniária (art. 43, I) foi aplicada 25 vezes, configurando 30,1% das substituições. Houve 5 casos de aplicação de multa substitutiva e 4 casos nos quais a multa condenatória foi mantida com a substituição. Apenas em uma decisão foi utilizada a pena de limitação de fim de semana, e não foi encontrada nenhuma ocorrência de perda de bens ou valores (art. 43, II) ou interdição temporária de direitos (art. 43, VI). Em 18 casos, a espécie de pena substitutiva aplicada não é especificada no acórdão.

TABELA 2 - TIPOS DE PRDs APLICADAS EM 1ª INSTÂNCIA

TIPO DE PRD APLICADA	Nº DE PENAS	PORCENTAGEM
Prestação pecuniária	25	30,1%
Perda de bens ou valores	0	0%
Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	30	36,2%
Interdição temporária de direitos	0	0%
Limitação de fim de semana	1	1,2%
Multa Substitutiva	5	6%
Multa Condenatória	4	4,8%
Não especificado	18	21,7%
Total de PRDs aplicadas	83	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Não foi encontrado nenhum caso em que o juiz tenha explicado ou justificado a escolha de uma modalidade de pena substitutiva em detrimento das demais. Ademais, a natureza da pena substitutiva e o beneficiário de sua aplicação (instituição que recebe a prestação de serviços, por exemplo) não são especificados nas decisões.

2.3.3 CONDENAÇÕES OCORRIDAS EM 2ª INSTÂNCIA

2.3.3.1 SUBSTITUIÇÕES EFETUADAS

Na análise das decisões dos cinco Tribunais Regionais Federais (TRFs), foram encontradas 88 decisões condenatórias. É importante ressaltar que foram consideradas decisões condenatórias todas aquelas em que a condenação feita pelo juiz de 1ª instância era mantida pela segunda instância e aquelas em que a condenação ocorreu apenas nos TRFs (como nos casos, por exemplo, de haver absolvição ou declaração da extinção da punibilidade em 1ª instância).

Cabia a substituição da pena pelo critério objetivo fixado pelo art. 44 em 83,3% destas decisões, pois em 76 condenações a PPL aplicada era menor ou igual a 4 anos. Destas 76 condenações nas quais cabia a substituição, a PPL foi substituída por PRDs em 54 dos casos, ou seja, 71% das penas foram efetivamente substituídas. Ainda dentre as decisões condenatórias, houve 19 casos nos quais a substituição não foi mencionada. Foram encontrados ainda 3 casos nos quais a substituição era possível pelo critério da pena, mas o Tribunal explicitamente optou por não efetuar-la.¹⁸

TABELA 3 - SUBSTITUIÇÃO DE PENAS NOS TRFs

	Nº DE PENAS	PORCENTAGEM
Houve substituição	54	71%
Não houve substituição	3	4%
Não mencionado	19	25%
Total de penas substituíveis	76	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Nestes três casos, a justificativa pela não substituição da PPL por PRDs foi o inciso III do art. 44 do Código Penal. Neste dispositivo, dispõe-se que as PRDs substituem as PPLs quando “a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente”. Na decisão da Apelação Criminal 1999.04.01.069388-5, julgada no TRF 4, argumentou-se que o alto grau de culpabilidade do réu impedia a concessão do benefício no caso concreto. Nas duas outras decisões, não foi apontado o fundamento específico do inc. III que impossibilitou a substituição da pena (ou seja, se o obstáculo era o alto grau de culpabilidade do réu, os antecedentes, a conduta social do condenado, etc.), tendo os desembargadores se limitado apenas a citar o dispositivo, afirmando não estarem preenchidos os requisitos nele descritos.

2.3.4 TIPOS DE PENAS SUBSTITUTIVAS

Ao analisar as penas substitutivas aplicadas pelos Tribunais, verificou-se que em 6 casos a PPL foi substituída por apenas 1 PRD. No entanto, foi encontrado o mesmo problema constatado nas substituições em 1º grau: destes 6 casos, em 4 a pena cominada era maior do que 1 ano e, portanto, de acordo com o dispositivo do Código Penal, não caberia a substituição por 1 PRD, mas sim por 1 PRD e multa ou por 2 PRDs. Em apenas um caso a PPL foi substituída por 1 PRD enquanto a multa da condenação foi mantida e em 5 ocasiões houve a aplicação de 1 PRD e multa substitutiva (§2, art. 44, CP).

Repetindo a tendência encontrada nas sentenças de 1ª instância, ao observar as decisões dos TRFs verificou-se que a substituição da PPL por 2 PRDs era a mais comum. De fato, dos 54 casos nos quais houve substituição (ou manutenção da substituição) nos TRFs, foram encontrados 36 casos de substituição da PPL por 2 PRDs, totalizando 66,6% das substituições.

Ao analisar as substituições realizadas ou mantidas em 2ª instância, encontramos um total de 121 PRDs. A pena substitutiva mais utilizada foi novamente a pena de prestação de serviços à comunidade, aplicada em 51 dos casos e totalizando 42,1% das PRDs. A pena de prestação pecuniária também foi largamente empregada, totalizando 41 aplicações, ou 33,9% das PRDs. Houve ainda 5 casos nos quais a multa substitutiva foi aplicada juntamente com outra PRD e 4 casos de manutenção da multa de condenação. Houve 2 decisões nas quais foi aplicada a pena de limitação de fim-de-semana e 18 casos nos quais a pena não foi especificada. Novamente não foi encontrada nenhuma ocorrência de perda de bens ou valores (art. 43, II) ou interdição temporária de direitos (art. 43, VI).

TABELA 4 - TIPOS DE PRDs APLICADAS EM 2ª INSTÂNCIA

TIPO DE PRD APLICADA	Nº DE PENAS	PORCENTAGEM
Prestação pecuniária	41	33,8%
Perda de bens ou valores	0	0%
Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	51	42,1

Interdição temporária de direitos	0	0%
Limitação de fim de semana	2	1,7%
Multa Substitutiva	5	4,2%
Multa Condenatória	4	3,9%
Não especificado	18	14,9%
Total de PRDs aplicadas	121	100%

Fonte: dados da pesquisa.

Novamente aqui não foi encontrado nenhum caso onde o juiz tenha explicado ou justificado a escolha de uma modalidade de pena substitutiva em detrimento das demais. No caso da aplicação da pena de prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas, não foi determinado em nenhum caso qual tipo de serviço seria prestado e em benefício de qual instituição.

2.3.5 CONCLUSÕES

A partir dos dados analisados, pode-se constatar que a substituição de penas privativas de liberdade por penas restritivas de direitos é uma prática comum nos casos de condenação pelos crimes contidos na Lei 7.492. Em 1ª instância, a substituição foi efetuada em 60,3% dos casos nos quais a pena aplicada permitia a aplicação de penas restritivas de direitos no lugar das privativas de liberdade, e nos Tribunais Regionais Federais o mesmo índice sobe para 71%.

No entanto, não existe por parte do judiciário um esforço no sentido de justificar ou individualizar a pena restritiva de direitos aplicada em cada caso. As penas alternativas mais aplicadas pelos juízes são as de prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária, mas em nenhum momento houve uma reflexão acerca da adequação destas penas ao caso concreto. Ademais, duas modalidades de penas que poderiam ser bastante adequadas aos crimes financeiros - a perda de bens ou valores e a interdição temporária de direitos - não foram aplicadas e nem sequer cogitadas nas decisões analisadas, o que demonstra uma falta de reflexão

crítica sobre as possíveis funções e benefícios que a pena alternativa pode trazer para este tipo de crime.

NOTAS

1 São eles: Art. 2º, caput (Emissão inautorizada de documentos representativos de título ou valor mobiliário) e art. 2º, parágrafo único (Emissão inautorizada de material de propaganda relativo a documentos representativos de título ou valor mobiliário); Art. 12 (Sonegação de informações ou documentos); Art. 13, parágrafo único (Apropriação ou desvio de bens indisponíveis); Art. 14, caput (Uso de documento falso em liquidação extrajudicial ou falência de instituição financeira) e parágrafo único (Falso reconhecimento de crédito).

2 A participação de Vivian Cristina Schorscher no primeiro bloco foi transformada em texto e integrada à segunda parte dessa publicação.

3 Juiz Federal Titular da 1ª. Vara Criminal de Porto Alegre, especializada em Crimes Financeiros, Lavagem de Dinheiro e Crime Organizado, Mestre e Doutorando em Direito (UFRGS).

4 Para 10 tipos penais é prevista pena mínima de 1 ano, para 23 tipos, de 2 anos, para 1 tipo, de 2 anos, aumentada de 1/3, e, para um tipo, de 3 anos.

5 “Art. 44. As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos;

(...)

§ 2º Na condenação igual ou inferior a um ano, a substituição pode ser feita por multa ou por uma pena restritiva de direitos; se superior a um ano, a pena privativa de liberdade pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas restritivas de direitos.”

6 “Art. 44 - As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando:

I - aplicada pena privativa de liberdade inferior a um ano ou se o crime for culposos;

II - o réu não for reincidente;

III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente.

Parágrafo único - Nos crimes culposos, a pena privativa de liberdade aplicada, igual ou superior a um ano, pode ser substituída por uma pena restritiva de direitos e multa ou por duas penas restritivas de direitos, exeqüíveis simultaneamente.”

7 Exposição de Motivos da Nova Parte Geral do Código Penal – Lei 7209, de 11 de julho de 1984, itens 29 (especialmente), 40 e 42.

8 *Exposição de Motivos n. 689, de 18.12.1996, do Senhor Ministro de estado da Justiça*. In *Diário da Câmara dos Deputados*, 20.02.1997, p. 4487.

9 Esse argumento foi apresentado tanto pelo autor do projeto de lei 273/83, que gerou a Lei 7492/86, ao afirmar, na justificação que “o presente projeto representa velha aspiração das autoridades e do povo no sentido de reprimir com energia as constantes fraudes observadas no sistema financeiro nacional (...). (...) A grande dificuldade do enquadramento desses elementos inescrupulosos (...) reside na inexistência de legislação penal específica (...). (...) deixando sem punição pessoas que furtaram bilhões não apenas do ‘vizinho’, mas a nível nacional”. [Cf. *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 25 de março de 1983, pp. 1018-1019]. Nesse contexto, também o então Presidente da República, José Sarney, afirmou em discurso no qual traçou as diretrizes do seu governo, a “especial urgência à proposta (...) que vai tornar realidade a punição para todos os responsáveis por fraudes no setor financeiro”, afirmando ser “evidente que as leis existentes representam uma porta aberta à impunidade” e que “a economia nacional não pode mais ser compelida a assumir os prejuízos pela incompetência, pela desídia ou pelos crimes dos que administram recursos de terceiros” e que “a fiscalização das autoridades terá que ser a mais exigente, atuante e rigorosa”. [Cf. *Diário do Congresso Nacional*, Seção I, 9 de maio de 1985, pp. 4099-4101.]

10 Lei n. 7492/86, Art. 33: “Art. 33. Na fixação da pena de multa relativa aos crimes previstos nesta lei, o limite a que se refere o § 1º do art. 49 do Código Penal, aprovado pelo Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940, pode ser estendido até o décuplo, se verificada a situação nele cogitada.”

11 Mais grave que a pena cominada ao crime de estupro (de 6 a 10 anos).

12 Mais grave que a pena cominada ao crime de estupro (de 6 a 10 anos)

13 Mais grave que a pena cominada ao crime de estupro (de 6 a 10 anos).

14 De acordo com o art. 44 do Código Penal, “As penas restritivas de direitos são autônomas e substituem as privativas de liberdade, quando: I - aplicada pena privativa de liberdade não superior a quatro anos e o crime não for cometido com violência ou grave ameaça à pessoa ou, qualquer que seja a pena aplicada, se o crime for culposos; II - o réu não foi reincidente em crime doloso; III - a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a

personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que esta substituição seja suficiente”.

15 Considera-se critério subjetivo a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social, e a personalidade do condenado.

16 De acordo com o art. 43 do Código Penal, “As penas restritivas de direitos são: I - prestação pecuniária; II - perda de bens e valores; III - (*vetado*); IV - prestação de serviço à comunidade ou à entidades públicas; V - interdição temporária de direitos; VI - limitação de fim de semana”. O inciso III incluía nesse rol o recolhimento domiciliar. A mensagem 1447 de 25.11.1998 da Presidência da República indica como razões do veto o seguinte: “A figura do “recolhimento domiciliar”, conforme a concebe o Projeto, não contém, na essência, o mínimo necessário de força punitiva, afigurando-se totalmente desprovida da capacidade de prevenir nova prática delituosa. Por isto, carente do indispensável substrato coercitivo, reputou-se contrária ao interesse público a norma do Projeto que a institui como pena alternativa”.

17 A pesquisa foi feita também sobre o banco de dados do Superior Tribunal de Justiça, mas o número de sentenças condenatórias é insuficiente para extração de dados.

18 Ver: Apelação Criminal 2001.02.01.032332-6, TRF 2; Apelação Criminal 2001.03.99.031616-8, TRF 3; e Apelação Criminal 1999.04.01.069388-5, TRF 4.

NÚCLEO DE ESTUDOS SOBRE O CRIME E A PENA - DIREITO GV

PROJETO DE PESQUISA

Contribuições para a reforma da legislação penal
econômica brasileira

PRIMEIRA ETAPA

Crimes contra o sistema financeiro nacional

A APLICAÇÃO DA LEI N. 7.492/86 NOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS E NO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

Coordenação

Maíra Rocha Machado

Marta Rodriguez de Assis Machado

Marta Cristina Cury Saad Gimenes

Equipe

Vivian Cristina Schorscher

Heidi Rosa Florêncio

Bruna Sellin Trevelin

Gabriel Muniz Queiroz

Yuri Correa da Luz

Estatística

Eliana Bordini

I APRESENTAÇÃO

Esta pesquisa foi desenvolvida com apoio da Secretaria de Reforma do Judiciário e da Secretaria de Assuntos Legislativos do Ministério da Justiça com o objetivo de colher subsídios para a reflexão sobre a reforma da legislação penal econômica brasileira. A primeira etapa da pesquisa – concluída com o presente relatório – tem como foco os crimes financeiros, mais especificamente, a lei de crimes contra o sistema financeiro nacional (Lei n. 7.492/86). A segunda etapa da pesquisa, ainda em andamento e com apoio do CNPQ, focaliza os crimes contra a ordem tributária (Lei n. 8.137/90).

O relatório está dividido em cinco partes. Após esta introdução, na segunda parte sintetizamos as informações metodológicas (item 2). Em seguida, apresentamos os dados quantitativos referentes às decisões do STJ e dos cinco TRFs (item 3). A partir do item seguinte, indicamos os principais resultados qualitativos que podem ser extraídos do levantamento realizado no STJ (item 4) e nos TRFs (item 5).

Os resultados apresentados a seguir, bem como o banco de dados construído para a elaboração da pesquisa, deverão servir não apenas à identificação das principais deficiências da Lei n. 7.492/86, mas sobretudo ao enriquecimento do debate sobre o modelo de regulação dos crimes financeiros.

2 INFORMAÇÕES METODOLÓGICAS

O levantamento jurisprudencial foi realizado com base nos acórdãos disponíveis nos sites dos cinco Tribunais Regionais Federais e do Superior Tribunal de Justiça. Foram selecionadas todas as ementas que resultaram da busca pela expressão “7492/86” e suas variações (7.492; 7492; 7.492/86; 7492/1986). Tendo em vista que o objeto da pesquisa, eliminamos todas as ementas que versavam sobre crimes falimentares (Arts. 12, 13, 14 e 15, Lei n. 7.492/86).

Foram encontradas 1298 decisões, proferidas entre 1989 e 2005. A partir desse conjunto foram preparadas duas amostras, uma para o Superior Tribunal de Justiça e outra para os cinco Tribunais Regionais Federais. A amostra dos TRFs está baseada em uma representação proporcional de cada um dos cinco Tribunais. Para o cálculo dessa representação proporcional, levou-se em consideração o número total de ementas encontradas nos sites; portanto, não foram levadas em consideração eventuais distorções geradas por diferentes políticas de publicação de acórdãos entre os TRFs¹.

Foi definido o parâmetro P como a proporção de processos que apresentam determinada característica investigada. Admitiu-se uma margem de erro $K = 5\%$ na proporção estimada P e um nível de significância $= 5\%$. Optou-se por apresentar, apenas, os resultados com coeficientes de variação menores de 30% . Tal escolha garante maior confiabilidade aos dados produzidos.

As amostras foram selecionadas de modo aleatório para cada Tribunal e, após a coleta, a amostra definitiva resultou em 435 acórdãos. Desse conjunto, 55 foram desconsiderados por diferentes motivos². Dessa forma, os resultados indicados a seguir dizem respeito a um total de 380 acórdãos: 129 do STJ e 251 dos TRFs das cinco Regiões.

3 RESULTADOS QUANTITATIVOS

3.1 DISTRIBUIÇÃO PELO ESTADO DE ORIGEM DO RECURSO/AÇÃO

Conforme se vê na Tabela 1, mais de 80% dos recursos julgados pelo STJ e mais de 71% dos recursos julgados pelos TRFs envolvendo a Lei n. 7.492/86 provêm das regiões sul e sudeste, com destaque para os maiores centros financeiros do país, São Paulo e Rio de Janeiro. De fato, verifica-se que 50,9% dos recursos que chegam ao STJ e 44,3% que são apreciados pelos TRFs provêm destes dois estados. O estado do Paraná aparece em terceiro lugar, com 13,3% dos recursos interpostos perante o STJ e 13,9% perante o TRF da 4ª Região.

[VER TABELA 1 – ANEXO 1 – p. 171]

3.2 UNANIMIDADE DAS DECISÕES

No tocante à forma da decisão, a pesquisa distinguiu as situações nas quais todos os juízes votaram em um mesmo sentido das decisões em que houve divergência entre juízes e, portanto, a apresentação de votos vencidos. Do total de decisões analisadas, 94,6% foram tomadas por votação unânime no STJ, e 86,5%, nos TRFs (Tabela 2).

[VER TABELA 2 – ANEXO 1 – p. 171]

Indicamos como “sim e não”, os acórdãos com pluralidade de pedidos nos quais parte foi concedida ou negada unanimemente e parte por maioria de votos.

3.3 ESPÉCIE DE RECURSO OU AÇÃO

A Tabela 3 revela que, tratando-se da Lei n. 7.492/86, o STJ é chamado a decidir principalmente em *Habeas Corpus* (44,2% dos casos), aqui incluídos os Recursos Ordinários em *Habeas Corpus* e os Pedidos de Extensão. Conflitos de Competência aparecem em segundo lugar (33,9% dos casos) e Recursos Especiais apenas em terceiro (18,8% dos casos).

Relativamente aos TRFs, verifica-se que são chamados a decidir principalmente em Apelações Criminais (49,6% dos casos) e, em segundo lugar, em *Habeas Corpus* (36,3% dos casos).

[VER TABELA 3 – ANEXO 1 – P. 172]

Vale destacar que não é cabível apelação criminal no STJ assim como o Recurso Ordinário em *Habeas Corpus* e o Recurso Especial nos TRFs.

3.4 LEGITIMIDADE ATIVA DOS RECURSOS E DAS AÇÕES DE IMPUGNAÇÃO

A defesa recorre com mais frequência ao STJ e aos TRFs do que o Ministério Público.

Nos TRFs, a defesa interpõe 67,4% dos recursos, contra 24,8% interpostos pelo Ministério Público, sendo que em apenas 6,2% dos casos, tanto a defesa quanto o Ministério Público recorreram (Tabela 4).

[VER TABELA 4 – ANEXO 1 – P. 172]

3.5 MOMENTO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO OU DA AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO

A pesquisa separou quatro momentos do procedimento em que o recurso ou a ação de impugnação é interposto ao STJ e aos TRFs: (i) no decorrer da ação penal, (ii) no decorrer do inquérito policial, (iii) no momento do recebimento da denúncia e (iv) após a sentença. Verifica-se que, no caso do STJ, 49,6% dos recursos foram interpostos no decorrer da ação penal, enquanto que esse montante cai para 29,8%, no caso dos TRFs.

Outra oposição que se observa na comparação do momento da interposição dos recursos entre STJ e TRFs diz respeito a existência de sentença de primeiro grau: no caso do STJ, em apenas 18,8% dos acórdãos esta já se fazia presente, ao passo que, no caso dos TRFs, já havia a sentença de mérito do juiz de primeiro grau em 52% dos casos (Tabela 5).

[VER TABELA 5 – ANEXO 1 – P. 173]

3.6 TIPO DE CRIME

No tocante à incidência de cada um dos tipos penais previstos na Lei n. 7.492/86, a pesquisa revela que o STJ e os TRFs são

chamados a decidir sobre parte significativa dos crimes previstos na Lei (26 de um total de 32 tipos penais).

Para fins de alimentação de nosso banco de dados consideramos “tipo penal” a norma incriminadora atribuída ao caso concreto pela acusação, via de regra na denúncia. Se o momento processual sobre o qual versa o acórdão é ainda o inquérito policial, utilizamos a tipificação indicada no acórdão, quando há. Portanto, ela pode não coincidir com a atribuição feita pelos Tribunais no momento da decisão de mérito nas diferentes instâncias.

Os crimes que não estão presentes na amostra e, portanto, na tabela abaixo são os seguintes: Art. 2º, *caput* (Emissão inautorizada de documentos representativos de título ou valor mobiliário) e parágrafo único (Emissão inautorizada de material de propaganda relativo a documentos representativos de título ou valor mobiliário); Art. 12 (Sonegação de informações ou documentos); Art. 13, parágrafo único (Apropriação ou desvio de bens indisponíveis); e Art. 14, *caput* (Uso de documento falso em liquidação extrajudicial ou falência de instituição financeira) e parágrafo único (Falso reconhecimento de crédito).

A Tabela 6 indica a predominância de denúncias por evasão de divisas. Se somarmos o percentual do *caput* e parágrafo único do Art. 22, que descrevem condutas muito semelhantes, temos 20,4% do total de tipos nos dois tribunais. Nos TRFs, a evasão de divisas responde por 22,1% do total de crimes.

Destacam-se, também, os delitos capitulados no Art. 16 (Exercício ilegal de instituição financeira) e Art. 4º (Gestão fraudulenta), tanto no STJ (respectivamente em 16,1% e 14,7% dos casos) quanto nos TRFs (respectivamente em 16,9% e 17,8% dos casos), o que perfaz, em relação ao total de acórdãos analisados, respectivamente 16,8% e 17,3% dos casos.

Em seguida, no STJ, estão as denúncias pelo Art. 5º (Apropriação indébita financeira) e Art. 17 (Concessão de empréstimos vedados), com 12,1% e 12,9% dos casos.

Já nos TRFs, destacam-se denúncias pelo delito capitulado no Art. 20 (Desvio na aplicação de investimento), representando 13,9% dos casos, no Art. 5º (Apropriação indébita financeira), em 14,1% dos casos, e no Art. 17 (Concessão de empréstimos vedados), representando 11,4% dos casos.

[VER TABELA 6 – ANEXO 1 – p. 173]

3.7 OBJETO DAS DECISÕES

Para analisar o conteúdo dos acórdãos, formamos quatro conjuntos.

No primeiro Grupo estão os acórdãos que indicam a existência de decisão absolutória ou condenatória. . Incluímos aqui as hipóteses de extinção da punibilidade pela prescrição reconhecida após a condenação ou absolvição em primeira instância. Chamaremos, na falta de designação melhor, **Grupo A – Mérito**. O segundo grupo é composto por acórdãos que tratam do trancamento ou prosseguimento da ação penal ou do inquérito, **Grupo B – Prosseguimento**. Os acórdãos que tratavam da concessão de medidas cautelares e casos relacionados estão agrupados no **Grupo C – Cautelares**. E, por fim, os que analisam questões de competência estão cadastrados no **Grupo D – Competência**.

Importante destacar que alguns acórdãos contendo pluralidade de pedidos poderiam ser cadastrados em mais de um grupo. Nesses casos, buscamos identificar qual dos quatro temas constitui a discussão preponderante no acórdão. Este critério permite que privilegiemos o Grupo Mérito nas hipóteses em que além de discutir a condenação ou absolvição, o Tribunal decidia a decretação de uma medida cautelar, por exemplo. Esse procedimento buscou, portanto, garantir a consistência dos dados referentes às condenações e absolvições (Grupo Mérito) sem diminuir a riqueza das discussões presentes nos acórdãos.

[VER TABELA 7 – ANEXO 1 – p. 175]

Desde já, verifica-se a predominância de decisões do STJ em questões relativas ao prosseguimento do inquérito ou da ação penal e à fixação da competência das Justiças Estadual e Federal e das Varas locais ou Especializadas para o processo e julgamento das ações penais: trata-se, respectivamente, de 41,1% e 38% dos acórdãos analisados.

Diferentemente, da análise da distribuição das decisões dos TRFs, verifica-se que os Tribunais de segunda instância são chamados a decidir principalmente sobre questões relacionadas à absolvição ou condenação de pessoas acusadas pela prática de crimes contra o

Sistema Financeiro Nacional (48,7%) e sobre questões relativas ao prosseguimento do inquérito ou da ação penal, as quais representam 38,9% das decisões (Tabela 7).

3.8 EVOLUÇÃO DAS DECISÕES

Os dados apresentados a seguir – Tabelas 8 a 12 – apresentam a distribuição dos acórdãos distinguindo o percentual em relação ao Tribunal em questão (primeira coluna) e em relação ao Grupo de Referência (segunda coluna). Dessa forma, é possível identificar a representatividade de determinada decisão em relação à totalidade dos acórdãos do Tribunal em questão e em relação ao grupo específico do qual a decisão faz parte.

É importante destacar também que, tendo em vista ser a aplicação da Lei n. 7.492/86 o foco central da pesquisa, isolamos os resultados referentes a esses crimes ao realizar as classificações no interior dos Grupos. Isso significa que, no Grupo Mérito, por exemplo, um acórdão que confirmou a condenação dos réus por determinados crimes, mas absolveu-os da prática de crime contra o sistema financeiro nacional, foi classificado como “absolvição” e não condenação. O mesmo procedimento foi utilizado em relação aos demais grupos: privilegiamos sempre, para fins de classificação no interior de cada um dos grupos, as informações referentes à Lei n. 7.492/86.

3.8.1 Superior Tribunal de Justiça

(I) GRUPO A: MÉRITO

No tocante ao Grupo A, obtivemos cinco tipo de resultados no que diz respeito à alteração da decisão no decorrer das três instâncias (Tabela 8), mas boa parte deles não comportou desagregação.

[VER TABELA 8 – ANEXO 1 – P. 175]

Vale destacar que, do total de decisões de mérito, em 66,7% dos casos a condenação foi mantida nas três instâncias, sendo que as decisões do STJ discutiam a redução ou substituição da pena bem como o arbitramento de fiança. Incluímos aqui os pedidos de trancamento da ação penal negados pelo STJ quando já havia condenação, considerando que o resultado da decisão do STJ foi “manter a condenação” existente.

Mesmo não comportando desagregação, os dados produzidos indicam que a decisão do STJ foi condenatória na maior parte dos casos em que havia ocorrido a absolvição dos acusados. Em metade destes casos os réus haviam sido absolvidos tanto na primeira quanto na segunda instância; ao passo que, na outra metade, haviam sido absolvidos apenas na segunda instância, após sentença condenatória em primeira instância.

Os casos que resultaram em condenação no STJ, independentemente das decisões anteriores, representam 94,4% do grupo de mérito, o correspondente a 13,2% de todas as decisões do STJ (Tabela 8a).

[VER TABELA 8A – ANEXO 1 – P. 176]

Os motivos que levaram às condenações e à absolvição são objeto de estudo detalhado abaixo (Item 4.1).

Finalmente, destaca-se que não houve nenhum caso em que o STJ absolveu pessoas anteriormente condenadas na primeira e na segunda instância, tendo apenas – em situação isolada – mantido a absolvição determinada na segunda instância. Ademais, não verificamos a existência de nenhum caso em que houvesse ocorrido a absolvição dos imputados nas três instâncias.

(II) GRUPO B: PROSSEGUIMENTO

No tocante ao Grupo B, não incluímos informação sobre a primeira instância na tabela abaixo em face do grande número de acórdãos que informavam apenas a decisão das duas últimas instâncias (TRFs e STJ).

[VER TABELA 9 – ANEXO 1 – P. 176]

Destaca-se que, para fins de quantificação, não fizemos a distinção quanto ao momento em que foi formulado o pedido, isto é, durante o inquérito policial, no momento da denúncia ou ao longo da ação penal, distinção esta que foi feita apenas na análise qualitativa deste conjunto de acórdãos (Item 4.2).

Verifica-se, assim, que em 56,6% do total de casos do Grupo B, o STJ manteve a persecução criminal, conforme já decidido em

instância inferior, e que, em 22,6% trancou a persecução penal que anteriormente havia sido mantida (Tabela 9).

Focalizando apenas a decisão do STJ, temos que em 75,5% dos casos desse grupo a decisão foi de prosseguimento da ação ou do inquérito, contra 22,6% de casos de trancamento (Tabela 9a).

[VER TABELA 9A – ANEXO 1 – p. 177]

(III) Grupo C: Cautelares

Como indicado anteriormente, as decisões versando sobre medidas cautelares representam apenas 7% das decisões do STJ (Tabela 7). Por essa razão, a amostra não comportou desagregação. A análise detalhada dos acórdãos classificados nesse grupo será feita a seguir (Item 4.3).

(IV) Grupo D: Competência

No interior do Grupo D, a classificação dos acórdãos foi realizada levando em consideração a Justiça no âmbito da qual o questionamento foi levantado e a Justiça à qual foi atribuída a competência para processar e julgar os feitos.

[VER TABELA 10 – ANEXO 1 – p. 177]

Verifica-se, assim, que em 65,3% dos casos, o STJ determinou a remessa do processo da Justiça Federal para a Justiça Estadual (Tabela 10). A discussão detalhada dessa questão será realizada abaixo (Item 4.4).

[VER TABELA 10A – ANEXO 1 – p. 178]

Como indica a Tabela 10a, o encaminhamento ou a manutenção do procedimento na Justiça Estadual respondem por 75,5% dos acórdãos do Grupo Competência. Esse percentual representa 28,7% de todas as decisões do STJ.

3.8.2 Tribunais Regionais Federais

Apresentamos a seguir os resultados referentes à evolução da decisão nos TRFs, nos Grupos A (Mérito) e B (Prosseguimento). Os

Grupos C (Medida Cautelar) e D (Competência), em virtude do baixo número de acórdãos, não comportaram desagregação e serão objeto de estudo qualitativo (item 5.3 e 5.4 abaixo).

(I) Grupo A: Mérito

O Grupo A corresponde a 48,7% das decisões proferidas pelos TRFs (Tabela 7). Obtivemos, nesse Grupo, sete tipos de resultados no que diz respeito à evolução da decisão entre primeira e segunda instância, conforme sistematizado na Tabela 11.

[VER TABELA 11 – ANEXO 1 – P. 178]

Verifica-se inicialmente que as decisões condenatórias prevalecem largamente. Incluídas aquelas em que, após a condenação, o TRF reconheceu a extinção da punibilidade dos réus (17,7%), as condenações correspondem a 72,2% dos acórdãos classificados no Grupo A (Tabela 11). Trata-se de 35,2% do total de decisões proferidas pelos TRFs.

Considerando apenas o Grupo A, na maior parte dos casos os TRFs mantiveram a decisão de primeira instância, tanto condenatória (47%) quanto absolutória (12,1%). Nas situações em que os TRFs reformaram a decisão de primeira instância, fizeram-no sobretudo para condenar réus que haviam sido absolvidos (7,5%). A hipótese contrária não comportou desagregação.

[VER TABELA 11A – ANEXO 1 – P. 179]

No tocante às absolvições, a Tabela 11a revela que os casos que resultaram em absolvição nos TRFs, independentemente da decisão de primeira instância, representam 18,6% das decisões do grupo e 9,5% do total de decisões dos TRFs.

(II) Grupo B: Prosseguimento

O Grupo B corresponde a 38,9% dos acórdãos proferidos pelos TRFs (Tabela 7).

Em boa parte dos casos, não havia decisão anterior a considerar ou, quando havia, essa informação não constava do acórdão analisado. Em virtude disso, as categorias que mostravam

a evolução da decisão (primeira instância e TRFs) não comportaram desagregação.

De todo modo, vale destacar que, entre os acórdãos que indicavam a decisão de primeira instância, não registramos hipótese de decisão de prosseguimento, apenas de trancamento.

[VER TABELA 12 – ANEXO 1 – P. 179]

Verifica-se, ademais, que prevalecem largamente as determinações de prosseguimento da persecução penal, correspondentes a 61,8% das decisões incluídas no Grupo B, sobre as decisões de trancamento, que representam apenas 18% das decisões.

[VER TABELA 12A – ANEXO 1 – P. 180]

A Tabela 12a indica que, em 60% dos casos, as decisões dos TRFs determinaram o prosseguimento do feito, contra 20,7% situações de trancamento.

4 RESULTADOS QUALITATIVOS: SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

4.1 MÉRITO

De acordo com o estudo realizado, observa-se que apenas 14% das decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça, referentes aos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, foram classificados como “mérito”, por envolverem decisões absolutórias ou condenatórias. Nesse Grupo, quase a totalidade dos casos analisados constitui condenações.

4.1.1 CONDENAÇÕES

As condenações correspondem à grande maioria dos casos do STJ classificados no Grupo A. Ademais, em 66,7% dos casos a condenação foi mantida nas três instâncias:

- Quase metade desses acórdãos resultou na manutenção das condenações pelo STJ, ora por ser reconhecida a tipicidade da conduta³, ora porque a análise da questão levantada no recurso exigiria dilação probatória e aprofundamento na situação fática que caberia apenas às instâncias de 1º e 2º grau⁴.
- Vários acórdãos tratavam da redução ou substituição da pena⁵ tendo apenas um resultado na redução da pena aplicada anteriormente⁶.
- Alguns acórdãos objetivavam o trancamento⁷ ou a anulação⁸ da ação penal e, por terem sido negados pelo STJ, resultaram na manutenção da condenação existente.

No entanto, em diversas decisões condenatórias, houve divergência entre o resultado do processo no STJ e as decisões anteriores:

- Algumas condenações foram impostas após absolvição em segunda instância: nesses os casos, o STJ restabeleceu a condenação proferida em sentença de 1º grau. Em situação isolada, o STJ reduziu a pena aplicada (cujo cálculo havia se dado com fundamento na pena-base de delito diverso daquele ao qual a conduta do réu se subsumia) e reconheceu a extinção da pretensão punitiva Estatal diante da ocorrência de prescrição

retroativa⁹, sem, contudo, indicar em qual momento esta teria se verificado. Em outra situação, o STJ indicou que foi restabelecida a decisão de primeira instância, o que permite inferir que a pena aplicada seria a fixada por aquela sentença¹⁰.

- Algumas condenações apenas ocorreram no STJ: em nenhum desses casos¹¹ o STJ procedeu à individualização das penas, limitando-se a cassar o acórdão absolutório.
- Em situação isolada¹², após absolvição na primeira instância, houve condenação na segunda e a defesa voltou-se ao STJ postulando o arbitramento da fiança para a concessão da liberdade provisória, pedido que havia sido negado pelo TRF-3. O STJ arbitrou a fiança em R\$ 12.000,00.

A) CRIMES MAIS FREQUENTES

Verificou-se que a maior parte dos casos analisados em que houve decisão condenatória ou manutenção da condenação pelo STJ tratam dos crimes capitulados nos Art. 17, *caput*¹³ (Concessão de empréstimos vedados), Art. 4º, *caput*¹⁴ (Gestão fraudulenta) e parágrafo único¹⁵ (Gestão temerária), e Art. 16¹⁶ (Exercício ilegal de instituição financeira). Outras condenações se deram pelos delitos capitulados nos seguintes dispositivos: Art. 5º, *caput*¹⁷ (Apropriação indébita financeira), Art. 7º, III¹⁸ (Emissão irregular de títulos ou valores mobiliários sem lastro ou garantia) e IV¹⁹ (Emissão irregular de títulos ou valores mobiliários sem autorização), Art. 9º²⁰ (Fraude à fiscalização financeira), Art. 13²¹ (Desvio de bens indisponíveis), Art. 20²² (Desvio na aplicação de financiamento) e Art. 22, parágrafo único²³ (Evasão de divisas e manutenção de depósitos não declarados no exterior).

Vale salientar que o número de crimes pelos quais houve condenação é maior que o número total de casos que resultaram em condenação. Isso decorre da existência de concurso de crimes, nas modalidades de concurso material e formal ou de continuidade delitiva (Arts. 69²⁴, 70²⁵ e 71²⁶ CP).

Destaca-se, por fim, que, entre os recursos analisados, não houve nenhuma decisão condenatória ou de manutenção da condenação pelo STJ relativamente aos crimes capitulados nos seguintes dispositivos da Lei n. 7.492/86 (além dos crimes que, de qualquer forma, não foram mencionados em nenhum acórdão, conforme Item 3.6,

acima): Art. 6º (Estelionato Financeiro), Art. 7º, I (Emissão de títulos ou valores mobiliários falsos ou falsificados) e II (Emissão de títulos ou valores mobiliários sem registro ou com registro irregular), Art. 8º (Concussão Financeira), Art. 10 (Falsidade ideológica em documentos financeiros), Art. 11 (Movimentação de recurso em contabilidade paralela), Art. 14, *caput* (Uso de documento falso em liquidação extrajudicial ou falência de instituição financeira) e parágrafo único (Falso reconhecimento de crédito), Art. 15 (Manifestação ideologicamente falsa), Art. 17, parágrafo único, I (Usurpação de função financeira) e II (Distribuição disfarçada de lucros), Art. 18 (Violação de sigilo financeiro), Art. 19, *caput* (Obtenção de financiamento mediante fraude) e parágrafo único (Obtenção de financiamento mediante fraude em detrimento de instituição financeira oficial), Art. 21, *caput* (Falsa identidade para fim de operação de câmbio) e parágrafo único (Sonegação de informação para fins cambiais), Art. 22, *caput* (Evasão de divisas), e Art. 23 (Prevaricação financeira).

B) PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE

No tocante à aplicação das penas privativas de liberdade (PPLs), raramente deixou de ocorrer a substituição por penas restritivas de direitos (PRD) por superarem o patamar de 4 anos exigido pela legislação penal. Este foi o caso das situações descritas no Quadro 1:

[VER QUADRO 1 – ANEXO 2 – P. 181]

C) SUBSTITUIÇÃO POR PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS

Em mais de metade das condenações analisadas as penas privativas de liberdade aplicadas permitiram, de acordo com o Art. 44, I, e §2º, CP, sua substituição por uma pena restritiva de direito (PRD) e multa ou por duas PRDs. Sistematizamos as informações contidas em diversos acórdãos relativamente à pena aplicada e sua substituição no Quadro 2:

[VER QUADRO 2 – ANEXO 2 – P. 182]

No entanto, em alguns casos não há menção expressa à substituição da PPL, ainda tendo esta sido inferior a 4 anos.

[VER QUADRO 3 – ANEXO 2 – P. 183]

Finalmente, em diversos casos de condenação definitiva pelo STJ não houve definição da pena final aplicável²⁹, razão pela qual não é possível avaliar a possibilidade de sua substituição por PRD.

4.1.2 ABSOLVIÇÃO

Isoladamente³⁰, houve a absolvição do réu pelo STJ em situação na qual o réu havia sido condenado em primeira instância pela prática do crime previsto no Art. 17, Lei n. 7.492/86 (Concessão de empréstimos vedados). Em apelação criminal interposta pela defesa, a condenação foi mantida pelo TRF-4, por maioria. Diante dessa decisão, a defesa opôs Embargos Infringentes, que resultaram na absolvição do réu, por atipicidade da conduta (Art. 386, III, CPP), por maioria de votos. O Recurso Especial foi interposto pelo Ministério Público Federal, mas não foi conhecido pela 5ª Turma do STJ, por maioria de votos, mantendo-se, portanto, a decisão absolutória.

O voto condutor (Min. Gilson Dipp) destacou que o reexame da questão fático-probatória pelo STJ não é possível em respeito à Súmula STJ nº 7, que determina: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja Recurso Especial”.

O voto vencido (Min. José Arnaldo da Fonseca), no entanto, havia conhecido e provido o recurso do Ministério Público Federal, ao argumento de que o delito imputado ao réu não só é de mera conduta, como também teria restado comprovado, conforme declarado pelo Relator do acórdão da Apelação Criminal julgada pelo TRF-4.

4.2 PROSSEGUIMENTO

Como indicado anteriormente, 41,1% das decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça, referentes aos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, versam sobre questões relativas ao prosseguimento da persecução em âmbito criminal.

A grande maioria resultou de pedidos interpostos ao longo da ação penal. Alguns foram interpostos durante o inquérito policial e no momento do recebimento da denúncia, isto é, após não recebimento pelo juiz. Poucos foram posteriores à sentença de primeira instância.

Ademais, a maior parte chegou ao STJ por meio da atuação da defesa. Dentre eles, a maioria foi interposta ao longo da ação penal, apenas poucos durante o inquérito policial, e ainda menos no momento do recebimento da denúncia e após a sentença de primeira instância. Quanto aos recursos interpostos pelo Ministério Público Federal, mais da metade foi interposto ao longo da ação penal, e apenas poucos durante o inquérito policial e no momento da denúncia.

Apresentamos a seguir os principais argumentos utilizados para fundamentar os pedidos e as decisões de trancamento e prosseguimento dos feitos. Organizamos as informações a partir dos pedidos formulados pela defesa (item 4.2.2) e pela acusação (4.2.1).

4.2.1 PEDIDOS FORMULADOS PELA DEFESA

Do número total de recursos interpostos pela defesa, a maior parte visava o trancamento da ação penal antes da sentença e algumas objetivavam o trancamento do inquérito policial. Outros pedidos visavam a suspensão condicional do processo, a rejeição da denúncia e a anulação da decisão que havia recebido a denúncia, o trancamento da ação penal após a sentença condenatória de primeira instância e o reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva estatal.

Diversos fundamentos foram utilizados nos pedidos formulados pela defesa. Buscamos agrupá-los conforme o argumento central que embasou os pedidos e norteou a fundamentação da decisão do STJ. A ordem de apresentação indica a frequência de utilização dos argumentos.

A) FALTA DE JUSTA CAUSA POR ATIPICIDADE

O argumento mais utilizado na discussão sobre o prosseguimento da persecução penal é a alegação de falta de justa causa. Em quase metade dos acórdãos decorrentes da interposição de recurso pela defesa a “falta de justa causa” constitui o elemento central da discussão. O argumento aparece como decorrência da alegação de atipicidade ou formulado genericamente, como se verá no próximo item.

Mais especificamente, a alegação de ausência de justa causa por atipicidade é central em mais da metade dos acórdãos incluídos no grupo “justa causa” (Itens 4.2.1.a e 4.2.1.b)³¹. Em alguns desses

casos, a atipicidade é alegada como decorrência da ausência de dolo dos acusados³² ou por erro de proibição³³.

No conjunto “falta de justa causa por atipicidade”, verifica-se que alguns dos pedidos foram formulados ao longo do inquérito policial e a maior parte, ao longo da ação penal.

Analisando-se o resultado dos pedidos apresentados durante o inquérito policial, percebe-se que poucos foram negados, prosseguindo-se com a investigação sob o argumento de que “havendo suspeita de crime, deve o inquérito seguir o seu trâmite”, sendo que o seu trancamento caberia apenas “nas hipóteses excepcionais em que (...) mostra-se evidente a atipicidade do fato ou a inexistência de autoria por parte do indiciado, não sendo cabível quando há apuração plausível de conduta que, em tese, constitui prática de crime”³⁴. Nessa esteira de pensamento, o STJ decretou o trancamento de inquérito policial em que verificou ser flagrante a atipicidade da conduta dos indiciados, pois teriam cumprido procedimento imposto por normas do Banco Central do Brasil³⁵.

Entre os pedidos formulados no curso da ação penal, quase a totalidade deles buscava o trancamento da ação penal³⁶ e, isoladamente, a suspensão condicional do processo. Mais da metade dos pedidos de trancamento³⁷ e o pedido de suspensão condicional do processo³⁸ foram negados pelo STJ, sob o argumento de que se “a denúncia descreve fatos que, em tese, apresentam a feição de crimes contra o Sistema Financeiro Nacional” e estando presente, portanto, “suspeita de tipicidade e materialidade delitiva”, bem como sendo possível o exercício da defesa, “não se deve trancar a ação penal e obstar o processamento do feito”, pois “somente a instrução criminal poderá determinar a ocorrência, ou não, de conduta típica”. Da mesma forma, especificamente quanto aos argumentos relativos à ausência de dolo, o STJ estabeleceu que “somente a instrução ensejará projetá-lo, ou refutá-lo”.

Interessante notar, por seu turno, que os raros pedidos de trancamento da ação penal que foram fundados na alegação de ausência de justa causa por atipicidade decorrente de erro de proibição receberam acolhida no STJ, tendo as ações penais sido trancadas. Nos casos analisados, os acusados haviam realizado a conduta descrita

na denúncia sob a permissibilidade do Banco Central do Brasil que, em diversas fiscalizações, não considerou necessário exigir que o comportamento fosse interrompido ou alterado. Por esse motivo, o STJ reconheceu a ausência da potencial consciência da ilicitude do fato e, assim, a ausência de culpabilidade, afastando o ilícito em função da autorização tácita que os réus receberam do órgão fiscalizador³⁹.

B) FALTA DE JUSTA CAUSA E/OU INÉPCIA DA DENÚNCIA

Em pouco menos da metade dos casos em que a alegação de falta de justa causa é central à decisão, o argumento está formulado de modo genérico e muitas vezes aparece nos acórdãos combinado com a alegação de inépcia da denúncia⁴⁰ - na forma “justa causa e/ou inépcia da denúncia”.

Entre estes, pouco mais da metade foi negado pelo STJ⁴¹, ao fundamento de que “a falta de justa causa para a ação penal só pode ser declarada quando, de pronto, sem necessidade de dilação probatória, evidenciar-se a atipicidade do fato, a ausência de indícios de autoria capazes de sustentar a acusação ou, ainda, a existência de causa de extinção da punibilidade”. Ademais, em situação de pedido cumulado com a postulação da liberdade provisória do réu, esta também foi negada, pois haveria a possibilidade de sua fuga, uma vez que, sendo estrangeiro, não possuía vínculos com o Brasil.

Por sua vez, os pedidos de trancamento da ação penal concedidos pelo STJ basearam-se no reconhecimento da atipicidade da conduta atribuída aos réus⁴².

C) INÉPCIA E FALTA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA

Destaca-se como argumento recorrente também a alegação de ausência de individualização da conduta dos acusados.

Este argumento aparece combinado com a inépcia da denúncia⁴³ e com a falta de justa causa por atipicidade⁴⁴, cada um correspondendo a metade dos casos. Isoladamente, aparece combinado com alegação de ausência de dolo do acusado⁴⁵ e de incompetência da Justiça Estadual para julgar o feito⁴⁶.

O STJ negou a maior parte desses pedidos⁴⁷ aduzindo que, em se tratando de crimes societários, mesmo que sucinta, se a denúncia

“descreve adequadamente a conduta incriminada, ainda que não detalhada individualmente, se é possível ao denunciado compreender os limites da acusação e, em contrapartida, exercer ampla defesa” não se pode afirmar que seja inepta⁴⁸.

D) PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

As alegações de prescrição da pretensão punitiva aparecem cumuladas com a alegação de falta de individualização da conduta dos acusados⁴⁹, ou de inconstitucionalidade do dispositivo legal imputado ao acusado na denúncia - Art. 4º, parágrafo único, Lei n. 7.492/86 - Gestão temerária⁵⁰.

Houve situação em que a defesa buscava o reconhecimento da chamada “prescrição em perspectiva”⁵¹, afirmando que, devido ao fato de ser o réu primário e dada a ausência de agravantes, caso fosse condenado, sua pena seria estabelecida no mínimo legal, pelo que a prescrição já teria ocorrido. O STJ afastou esse argumento afirmando que, diante da ausência de sentença condenatória, a prescrição se regula pelo limite máximo da pena cominada em lei, com o que o prazo prescricional ainda não teria decorrido. Ademais, destacou que “somente ocorre a prescrição regulada pela pena em concreto após o trânsito em julgado para a acusação, não havendo falar, por conseguinte, em prescrição em perspectiva, desconsiderada pela lei e repudiada pela jurisprudência”.

Em outra situação⁵², o STJ reconheceu que poderia ser argumentada a ocorrência da prescrição relativamente aos fatos descritos na primeira parte da imputação (Art. 21, parágrafo único, Lei n. 7.492/86 – Sonegação de informação para fins cambiais), com base na data em que os contratos de câmbio em torno dos quais girava o processo foram assinados. No entanto, como este delito somente se consuma “com a ausência de informações e/ou declaração falsa da baixa ou cancelamento dos contratos”, e isso ocorreu em momento posterior à sua assinatura, o STJ afirmou não ter ocorrido a prescrição. Além disso, os réus também eram acusados de manterem depósitos não declarados no exterior (Art. 22, parágrafo único, Lei n. 7.492/86 – Evasão de divisas e manutenção de depósitos não declarados no exterior), delito de caráter permanente, segundo o entendimento do STJ, o que impõe que a contagem do prazo prescricional se inicie somente a partir do momento em que cessa a prática delitiva (CP, Art. 111, III).

Assim, nesses casos, a alegada inépcia da denúncia por ausência de individualização da conduta dos acusados foi afastada.

E) RELAÇÃO COM A ESFERA ADMINISTRATIVA

Em alguns acórdãos, a discussão central girou em torno da relação entre a esfera judicial e a administrativa, sendo que, em parte, a defesa alegou falta de justa causa para a ação penal por arquivamento do processo administrativo correspondente⁵³ e, em parte, por ausência de decisão definitiva na esfera administrativa⁵⁴.

Os pedidos foram rechaçados pelo STJ, ao argumento de que a sua jurisprudência “já se firmou no sentido da independência das instâncias administrativa e penal, em caso de crimes contra o Sistema Financeiro, não ficando o Poder Judiciário, ao analisar a admissibilidade da acusação, vinculado a qualquer entendimento consignado na esfera administrativa”.

Destaca-se que esse entendimento prevaleceu mesmo na situação em que o processo administrativo havia sido arquivado ante o reconhecimento, pelo Banco Central do Brasil, de que os acusados agiram sem a intenção de mascarar suas operações (tendo sido acusados pelo delito tipificado no Art. 17 – Concessão de empréstimos vedados) e que, portanto, não agiram ilicitamente⁵⁵.

F) LITISPENDÊNCIA

Em alguns casos, a defesa buscou o trancamento da ação penal sob a alegação de litispendência⁵⁶. Os pedidos foram negados pelo STJ, ao fundamento de que não havia, nas situações descritas, litispendência, uma vez que os fatos descritos nas respectivas denúncias não coincidiam com os dos outros processos mencionados, e destacou que a defesa deve ser promovida em relação aos fatos descritos e imputados, independentemente da capitulação feita pela acusação.

G) OUTROS

A falta de justa causa foi argüida também em função dos seguintes argumentos:

- erro na tipificação realizada na denúncia e incompetência da Justiça Federal⁵⁷: o STJ negou o trancamento da ação penal por entender

que não ocorreu o erro alegado, posto que a Lei n. 7.492/86 abrange também as empresas que atuam como instituições financeiras sem a devida autorização, razão pela qual a Justiça Federal também seria competente para o processo e julgamento do feito;

- *incompetência da Justiça Federal*⁵⁸: o STJ negou o trancamento da ação penal por entender que “os fatos descritos na denúncia (...) narram operações bancárias fraudulentas com o intuito de obter vantagens ilícitas, o que, em tese, configura crime contra o sistema financeiro”. Assim, destacou que, nos termos do Art. 26, Lei n. 7.492/86, a competência da Justiça Federal é atraída para processar e julgar os crimes tipificados nesta Lei por agredirem o Sistema Financeiro Nacional por atingirem os interesses da União, qualquer que seja a lesão causada à credibilidade das instituições financeiras e sejam estas públicas ou privadas;

- *erro na tipificação realizada na denúncia, atipicidade da conduta e falta de sua individualização e prescrição*⁵⁹: o STJ determinou a devolução do pedido de trancamento da ação penal para julgamento pelo TRF da 5ª Região, sob pena de supressão de instâncias;

- *ausência de prejuízo decorrente da conduta do acusado*⁶⁰: o trancamento da ação penal foi indeferido pelo STJ com base no argumento de que não se exige a ocorrência de prejuízo para a configuração típica da conduta imputada ao réu – de distribuição ou recebimento disfarçado de lucros de instituição financeira (Art. 17, parágrafo único, II, Lei n. 7.492/86 – Distribuição disfarçada de lucros); e

- *incapacidade ativa dos acusados*⁶¹: o pedido de rejeição da denúncia foi negado pelo STJ ao argumento de que “se a prova existe de que os denunciados eram os dirigentes das empresas que realizaram as operações tipificadas no Art. 22, Lei n. 7.492/86 compete ao juiz receber a denúncia para apurar a responsabilidade deles na prática dos atos delituosos, ainda que a exordial não seja um primor”.

Finalmente, também foi pedida a anulação da decisão que determinou o recebimento da denúncia em 2º grau em função do *desrespeito à garantia do contraditório*⁶², uma vez que a defesa não foi intimada para se manifestar quanto ao Recurso em Sentido Estrito apresentado pelo Ministério Público Federal que resultou na decisão de recebimento da denúncia.

Verifica-se, portanto, que, dos recursos interpostos pela defesa, o STJ acolheu apenas alguns, negando a maior parte, e determinando, portanto, o prosseguimento de ações penais⁶³, inquéritos policiais e o recebimento de denúncia. Ademais, não apreciou alguns pedidos, determinando, em parte, a devolução dos autos ao TRF de origem para que fossem apreciados, sob pena de supressão de instância jurisdicional, e, em parte, declarando-os prejudicados, seja pelo anterior reconhecimento da extinção da punibilidade por prescrição da pretensão punitiva estatal, seja em função do falecimento do réu.

4.2.2 PEDIDOS FORMULADOS PELA ACUSAÇÃO

Relativamente aos recursos interpostos pelo Ministério Público Federal, metade voltava-se ao prosseguimento da ação penal⁶⁴, alguns ao do inquérito policial⁶⁵ e alguns, ao não recebimento da denúncia⁶⁶. Isoladamente, verificou-se pedido de condenação do réu⁶⁷.

Quanto à fundamentação dos recursos interpostos pelo Ministério Público Federal, classificamos os acórdãos em dois grupos: acórdãos dos quais não é possível extrair o fundamento por ausência de detalhamento dos argumentos apresentados – correspondentes a quase metade dos casos – e acórdãos dos quais é possível identificar a fundamentação.

A) AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO

Verificou-se que, nesse conjunto, metade dos recursos não foi conhecido pelo STJ. Em situação isolada, o acórdão indica que a falta de fundamentação do recurso decorre da ausência de indicação do dispositivo legal que se considerou violado (conforme exige a Súmula STF 284⁶⁸). Assim, afirmou o STJ que: “não se conhece do apelo especial quando os paradigmas colacionados não alcançam as peculiaridades relevantes que dão o suporte fático do acórdão atacado”⁶⁹, com o que foi mantido o trancamento decretado em 2º grau.

Outra situação⁷⁰ foi tida como intempestiva, pois, segundo declarou o STJ: “considera-se intimado o Ministério Público no momento em que o processo chega à Procuradoria-Geral e não na data em que foi posto o ciente do *parquet*, para efeito de recorrer”. Assim, prevaleceu o arquivamento do inquérito policial, decretado pelo TRF da 2ª Região com base na atipicidade da conduta.

Há ainda situação em que o recebimento da denúncia foi negado por ter o STJ entendido que os fatos narrados na denúncia eram atípicos em relação ao crime previsto na Lei n. 7.492/86 sob o qual foram classificados (Art. 16 - Exercício ilegal de instituição financeira), e pelo qual foram denunciados, constituindo-se apenas o delito de usura, pois os réus efetuaram empréstimos com recursos próprios, a juros exorbitantes, mas não captaram ou intermediaram recursos de terceiros.

Em sentido contrário, o STJ decretou o recebimento de denúncia e processamento da ação penal sob o argumento de que da análise dos autos não restou “qualquer dúvida a respeito da materialidade e autoria delitivas”, razão pela qual julgou ser necessário o processo penal, apto a permitir a análise de todos os elementos relativos aos fatos narrados, inclusive os argumentos da defesa apresentados em contra-razões ao recurso.

B) FUNDAMENTAÇÃO PRESENTE

Em alguns recursos, o Ministério Público Federal alegou a existência de justa causa em função da tipicidade da conduta, tanto para solicitar o prosseguimento da ação penal⁷¹ quanto a condenação do acusado⁷². Nenhum deles foi acolhido pelo STJ, ora por “não vislumbrar negativa de vigência” ao dispositivo mencionado na denúncia, ora porque, para conhecê-lo, seria necessário examinar “o quadro probatório, o que esbarra na Súmula 7 do STJ⁷³”, segundo argumentou o Tribunal.

Em alguns casos, o Ministério Público Federal pleiteou o prosseguimento da ação penal sob os argumentos de que “o trancamento de ação penal em sede de *habeas corpus* somente se justifica quando da simples exposição dos fatos resta evidenciada a falta de justa causa, com o reconhecimento de que há imputação de fato atípico ou da ausência de qualquer elemento indiciário que fundamente a acusação” e que não é possível trancar uma ação penal quando esta decisão exige “o exame dos fatos e das provas para analisar a tipicidade da conduta dos acusados”⁷⁴. Estes recursos foram acolhidos pelo STJ, que reafirmou os argumentos destacados pela acusação e, assim, determinou o prosseguimento das ações penais, para que se realizasse o devido e completo exame valorativo do conjunto fático-probatório.

Ademais, isoladamente⁷⁵, o Ministério Público Federal pleiteou o prosseguimento de ação penal pelo fato de poder o acusado (membro do Conselho de Administração de um banco) figurar como sujeito ativo do crime descrito na denúncia – Art. 4º, parágrafo único, Lei n. 7.492/86 (Gestão temerária). O STJ acolheu o pedido para decretar o prosseguimento da ação, ao argumento de que “quem de qualquer forma concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade (CP, Art. 29), e a operação financeira de risco jamais seria concluída sem o assentimento do Conselho de Administração” do banco, razão pela qual “a aprovação da gestão temerária conduz à responsabilidade criminal”. Assim, entendeu o STJ que “o fato imputado ao recorrido, membro do Conselho de Administração, substancia precisamente ato de gerência”, razão que justifica o prosseguimento do feito.

Isoladamente, buscando o prosseguimento de inquérito policial, o Ministério Público Federal opôs Embargos de Declaração em face de decisão do TRF da 2ª Região que o havia trancado, alegando que este Tribunal não teria apreciado o argumento do Ministério Público Federal no sentido de que isso somente poderia ocorrer após o trânsito em julgado da decisão cível que declarara nulo o ato administrativo do Banco Central do Brasil que revogou a autorização da empresa para atuar no mercado de câmbio. Não tendo sido os Embargos conhecidos, recorreu ao STJ com o mesmo argumento⁷⁶. No entanto, o STJ apenas determinou a devolução da matéria ao TRF da 2ª Região, para que este analisasse a questão omitida originalmente.

Verifica-se, portanto, que, dos recursos interpostos pelo Ministério Público Federal que pleiteavam o prosseguimento dos feitos, o STJ acolheu pouco menos da metade, determinando o prosseguimento de ações penais e o recebimento de denúncia; negou alguns, e não apreciou outros, mantendo o trancamento de ação penal e de inquérito policial (decretados em segunda instância) e determinando a devolução dos autos ao TRF de origem para que fosse apreciado o argumento anteriormente omitido em decisão sobre o prosseguimento ou trancamento de inquérito policial.

4.3 CAUTELAR

Do total de decisões analisadas no STJ, muito poucas tratavam de

questões cautelares. Esses acórdãos podem ser classificados de acordo com a matéria: liberdade, patrimônio e sigilo bancário.

4.3.1 LIBERDADE

Como se vê no quadro abaixo, a maior parte dos acórdãos versando sobre liberdade objetivava a revogação da prisão preventiva. Apenas um deles foi concedido.

[VER QUADRO 4 – ANEXO 2 – P. 183]

4.3.2 PATRIMÔNIO

Entre os acórdãos que tratavam de questão cautelar relacionada a patrimônio, há um pedido de anulação da decretação de perdimento do bem interposto pela defesa e, outro, interposto pela União, buscava a não devolução do dinheiro apreendido com o acusado.

No primeiro caso, o recorrente sustenta a violação do Art. 91, II, b do Código Penal, uma vez que os valores apreendidos não constituem produto ou proveito do fato criminoso, uma vez que não se trata de coisa obtida diretamente da infração penal. O STJ decidiu pela aplicação do perdimento após o devido processo legal, afirmando que o dinheiro deveria ser colocado à disposição do Banco Central para que fossem obedecidas as formalidades previstas na Lei n. 9.069/95, após o devido processo legal, podendo configurar na perda do valor excedente aos R\$ 10.000,00 previstos como possíveis de sair do país sem atender aos critérios estabelecidos em lei⁷⁸.

No segundo caso, a União buscava a condenação do acusado e a não devolução do dinheiro apreendido juntamente com ele. O STJ decidiu pela manutenção da devolução do dinheiro apreendido, pois entendeu não ser típica a conduta do recorrido que adentrou no território nacional portando moeda estrangeira, o que não acarretaria transgressão ao Art. 22, parágrafo único, Lei n. 7.492/86⁷⁹.

4.3.3 SIGILO BANCÁRIO

Por fim, no Grupo de medidas cautelares há um único acórdão relacionado à quebra de sigilo bancário.

No Recurso em Mandado de Segurança 8632-GO a defesa pleiteou a revogação da quebra do sigilo bancário dos acusados. Nesse

caso, o STJ decidiu pela suspensão da quebra do sigilo bancário, pois o ato foi determinado pelo juiz da Justiça Estadual, incompetente para o ato. A competência para processar e julgar os crimes descritos na Lei n. 7.492/86 é da Justiça Federal, assim, a ordem de decretação deveria ter sido proferida por um juiz Federal, o que invalida os atos praticados pela Justiça Federal.

4.4 COMPETÊNCIA

Conforme indicado anteriormente, observa-se que 38% das decisões proferidas pelo Superior Tribunal de Justiça, referentes aos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, versam sobre questões de competência.

4.4.1 CONFLITOS DE COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA NATUREZA DA INFRAÇÃO

Dos acórdãos versando sobre competência, grande parte foi suscitada com o objetivo de determinar a remessa dos autos da Justiça Federal para a Justiça Estadual, com o fundamento de não se ter verificado a ocorrência de crime contra o Sistema Financeiro Nacional.

As principais alegações identificadas nos acórdãos que pleiteavam a remessa para a Justiça Estadual foram: (i) a conduta dos acusados não causou lesão ao Sistema Financeiro, prejudicando apenas particulares; (ii) a conduta dos acusados não deve ser tipificada como crime contra o sistema financeiro nacional, mas sim como estelionato (Art. 171, do Código Penal); (iii) os fatos narrados na denúncia referem-se a ofensa à economia popular e não ao Sistema Financeiro Nacional (Lei n. 1521/51); (iv) a conduta dos acusados não ofendeu interesse da União, afastando, portanto, a competência da Justiça Federal.

Entre esses acórdãos que buscavam a remessa para a Justiça Estadual, a maioria teve o conflito de competência acolhido e os autos foram remetidos para a Justiça Estadual.

Entre as decisões que determinaram a remessa para a Justiça Estadual, verifica-se que os principais argumentos utilizados, em ordem de frequência, foram:

- Ausência de demonstração de qualquer lesão a bens, serviços ou interesses da União ou Sistema Financeiro Nacional⁸⁰.

- Ausência de tipificação da conduta do agente como crime contra o Sistema Financeiro Nacional⁸¹.
- Ausência de caracterização da lesão a particulares como crime contra o Sistema Financeiro Nacional⁸².
- Afirmção de que a utilização de recursos financeiros próprios para a realização dos empréstimos não pode ser equiparada a instituição financeira⁸³.
- Alegação de que o sujeito ativo da infração não é instituição financeira, pessoa jurídica ou física a ela equiparada, o que acarretaria a tipificação como crime comum de usura pecuniária consistente na cobrança de juros extorsivos, configurando ação ofensiva à economia popular (Lei n. 1.521/51)⁸⁴.
- Alegação de que a Lei n. 1.521/51 é mais benéfica ao réu do que a Lei n. 7.492/86.⁸⁵.
- Alegação de que a emissão de cheque sem provisão de fundos, lesando vítima e outros clientes, não consubstancia operação financeira⁸⁶.

Por sua vez, os poucos acórdãos que rejeitaram o conflito de competência e decidiram pela manutenção do processamento do feito perante a Justiça Federal utilizaram principalmente os seguintes argumentos:

- A formação da sociedade em conta de participação para a captação de clientes e formação de grupos de crédito constitui simulação de efetiva atividade de administração de grupos de consórcio.
- O interesse da União na higidez, confiabilidade e equilíbrio do sistema financeiro indica ser a matéria de competência da Justiça Federal⁸⁷.
- A manutenção de empresa de consórcio sem autorização da Receita Federal caracteriza a conduta descrita no Art. 16, Lei n. 7.492/86⁸⁸.
- Ausência de atração do feito pelo juízo falimentar tendo em vista a inexistência de conexão necessária entre crimes falimentares e crimes contra o Sistema Financeiro Nacional⁸⁹.

Outros conflitos de competência pleiteavam a declaração de incompetência da Justiça Estadual para processar e julgar o feito,

requerendo a remessa dos autos para a Justiça Federal. Os principais argumentos utilizados nas decisões nesses acórdãos foram:

- O indiciado mantinha empresa de “factoring”, em afronta às regras do sistema bancário-financeiro nacional, devendo, portanto, ser o ilícito julgado pela Justiça Federal⁹⁰.
- Os denunciados, na gerência de instituição financeira por equiparação, mediante prévio conluio com os vendedores, adquiriram no mercado mobiliário, por preço muito elevado, ações de baixa liquidez, em prejuízo da Fundação CESP⁹¹.
- Os acusados eram proprietários de uma empresa corretora de valores, indiciada por apropriação indébita de ouro pertencente a investidores seus clientes. Segundo o STJ, a conduta do paciente se amoldava ao Art. 5º, Lei n. 7.492/86, sendo, portanto, competente a Justiça Federal para processar e julgar o feito⁹².

Desses acórdãos que pleiteavam a remessa dos autos da Justiça Estadual para a Justiça Federal, a metade teve o conflito de competência acolhido (os autos foram remetidos para a Justiça Federal), e a outra metade teve o conflito de competência rejeitado (os autos permaneceram na Justiça Estadual).

Os acórdãos que rejeitaram o conflito de competência, determinando que os autos permanecessem na Justiça Estadual utilizaram como principal fundamento a não ocorrência de crime contra o Sistema Financeiro Nacional, previsto na Lei n. 7.492/86, em situações em que a conduta dos indiciados teve projeção apenas no âmbito dos particulares, sem qualquer lesão a serviços, bens ou interesses da União.

4.4.2 CONFLITOS DE COMPETÊNCIA EM RAZÃO DO LOCAL DA INFRAÇÃO

Dos acórdãos de conflitos de competência quantidade reduzida tratava de competência territorial. Abaixo destacamos os principais casos.

Um dos conflitos de competência⁹³ pleiteava a declaração de incompetência da Justiça Federal de São Paulo para processar e julgar o feito. O Juízo Federal de São Paulo argüiu sua incompetência em razão de considerar que a competência é determinada pelo local

em que se consumou a infração. Sendo a sede da instituição financeira em que ocorreram as movimentações bancárias em Goiás, caberia à Seção Judiciária de Goiás o processamento do fato apurado.

O Conflito de Competência foi rejeitado, tendo o STJ decidido que o crime tipificado no Art. 17, Lei n. 7.492/86 é de mera conduta, ocorrendo sua consumação no local em que o empréstimo é tomado, concedido ou promovido, não importando se os valores foram transferidos para outra agência, sendo, portanto, de São Paulo a competência para julgar a ação penal.

Outro conflito de competência que discutia competência territorial⁹⁴, alegava a incompetência do Juízo de São Paulo para processar e julgar o feito, argumentando que os contratos firmados entre as empresas e os consumidores foram celebrados em Minas Gerais. O conflito de competência foi acolhido, tendo sido declarada a competência territorial da Justiça Federal de Minas Gerais para processar e julgar o feito, em razão de os contratos terem sido celebrados em Minas Gerais.

4.4.3 SITUAÇÃO ISOLADA: CONFLITO POSITIVO DE COMPETÊNCIA

Um dos conflitos de competência foi analisado isoladamente em razão de sua peculiaridade. O CC 33168-PR é um conflito positivo de competência, em que o Ministério Público Federal requereu que os autos fossem julgados pela Justiça Federal, com base no enunciado na Súmula 122⁹⁵ do STJ, trancando-se a ação penal em curso perante a Justiça Estadual.

O conflito de competência foi rejeitado, pois segundo o STJ ainda que ocorra a conexão entre feitos, é preciso observar que as circunstâncias peculiares que envolvem cada ação penal devem ser levadas em conta, a fim de que se possa avaliar a conveniência ou não do julgamento em conjunto de diversos feitos (Art. 80 do CPP). O processo em andamento perante a Justiça Estadual já se encontrava em fase final de instrução. Assim sendo, declarar a competência do Juízo Federal para processar e julgar os delitos denunciados perante a Justiça Estadual geraria, àquela altura dos acontecimentos, a procrastinação do julgamento dos fatos, podendo, inclusive, ensejar a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva. Assim, segundo o STJ, mesmo reconhecendo a ocorrência de conexão, a união dos processos,

naquele momento, poderia afetar sensivelmente a efetividade da prestação jurisdicional.

4.4.4 COMPETÊNCIA FIXADA POR OUTROS FEITOS

Alguns acórdãos decidiram questões relacionadas à competência fora do incidente “conflito de competência”, em sede de *habeas corpus*, questão de ordem e agravo regimental em conflito de competência.

Apenas à guisa de ilustração, em um dos *Habeas Corpus*⁹⁶ a defesa sustentou a nulidade do processo por incompetência da Justiça Federal para processar e julgar o feito, uma vez que não houve lesão a qualquer bem, serviço ou interesse da União decorrente da conduta praticada pelo paciente. O STJ decidiu que na hipótese de Crime contra o Sistema Financeiro Nacional, a fixação da competência exige expressa determinação legal. No presente caso, há previsão de que o crime imputado ao paciente deve ser processado e julgado pela Justiça Federal, sendo irrelevante a alegação de inexistir, no caso, lesão a bens, serviços ou interesses da União.

5 RESULTADOS QUALITATIVOS: TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS

5.1 MÉRITO

Como indicado anteriormente, 48,7% das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais Federais, referentes aos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, foram classificados no Grupo Mérito, isto é, envolviam decisões absolutórias ou condenatórias.

Nesse Grupo, o Tribunal Regional Federal da 4ª Região foi responsável pelo maior número de decisões, seguido pelos demais na seguinte ordem: Tribunal Regional Federal da 3ª Região, Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Tribunal Regional Federal da 1ª Região e Tribunal Regional Federal da 5ª Região. Por sua vez, o Estado de onde foram interpostos mais recursos foi São Paulo, seguido, em ordem de frequência, pelos Estados (i) Paraná, (ii) Rio de Janeiro, (iii) Rio Grande do Sul, (iv) Santa Catarina, (v) Distrito Federal e Pernambuco (empatados), (vi) Goiás e Minas Gerais (empatados), (vii) Ceará, Mato Grosso do Sul e Pará (empatados), e (viii) Acre, Alagoas, Bahia, Maranhão, Mato Grosso, Rio Grande do Norte, Rondônia e Sergipe (empatados). Dentre os acórdãos analisados, não se verificou nenhum oriundo do Amapá, Amazonas, Espírito Santo, Paraíba, Piauí, Roraima e Tocantins.

Ademais, verificou-se ser a defesa responsável pela interposição de mais da metade dos recursos que ensejaram os acórdãos analisados, e o Ministério Público Federal, por consideravelmente menos que a metade deles, havendo, ainda, vários acórdãos que resultaram de recursos tanto da defesa quanto do Ministério Público Federal e situação isolada em que o recurso foi interposto por Assistente da Acusação⁹⁷. A votação dos Tribunais, por sua vez, decidiu a questão por unanimidade na maior parte das vezes, sendo escassos os acórdãos decididos por maioria.

Destaca-se, ainda, que prevalecem largamente peças acusatórias baseadas em um único tipo penal da Lei n. 7.492/86. As imputações mais frequentes são aos Arts. 16 e 20. Em seguida aparecem as acusações de infração aos Arts. 17 (*caput* e parágrafo) e 22 (*caput* e parágrafo, inclusive na forma tentada); art. 19 (*caput* e parágrafo, inclusive na forma tentada), art. 4º (*caput* e parágrafo), art. 7º,

IV e art. 5º e, finalmente, os arts. 3º, 6º, 8º, 10, 11 e 21, parágrafo único. Entre os acórdãos analisados aqui, não há menção aos Arts. 2º, 7º, I, II e III, 9º, 18, 21, *caput*, e 23.

Nos casos de concurso de crimes, a sua maior parte se dá entre dois tipos penais, sendo mais freqüentes as seguintes combinações (i) Arts. 19, *caput*, e 19, parágrafo único, (ii) Arts. 19 e 20 e (iii) Arts. 5º e 16, nesta ordem. Genericamente, verificou-se que a conduta mais freqüentemente imputada em concurso com outra é a de apropriação indébita financeira (art. 5º), seguida do exercício ilegal de instituição financeira (art. 16), gestão fraudulenta (art. 4º) e temerária (art. 4º, parágrafo único), obtenção de financiamento mediante fraude (art. 19), inclusive em detrimento de instituição financeira oficial (art. 19, parágrafo único), concessão de empréstimos vedados (art. 17), desvio na aplicação de financiamento (art. 20) e estelionato financeiro (art. 6º). Isoladamente, foram imputadas em concurso as condutas descritas nos arts. 10, 13, 15, 17, parágrafo único, e 22.

Também foram analisados diversos acórdãos em que a imputação original do Ministério Público Federal era relatada como concurso de três ou mais infrações penais previstas na Lei n. 7.492/86. Destas, apenas uma se repetiu: o concurso de estelionato financeiro (Art. 6º), falsidade ideológica em documentos financeiros (Art. 10), movimentação de recursos em contabilidade paralela (Art. 11) e falsa identidade para fim de operação de câmbio (Art. 21). Genericamente, verificou-se que a conduta mais freqüentemente imputada em concurso com duas outras (ou mais) foi a de estelionato financeiro (Art. 6º), seguida de apropriação indébita financeira (Art. 5º), gestão fraudulenta (Art. 4º, *caput*), falsidade ideológica em documentos financeiros (Art. 10), movimentação de recursos em contabilidade paralela (Art. 11), exercício ilegal de instituição financeira (Art. 16), concessão de empréstimos vedados (Art. 17), gestão temerária (Art. 4º, parágrafo único), obtenção de financiamento mediante fraude (Art. 19) e evasão de divisas (Art. 22). Isoladamente, foram imputadas em concurso múltiplo as condutas descritas nos Arts. 5º, parágrafo único, 7º, III e IV, 9º, 19, parágrafo único, 20 e 22, parágrafo único.

Destaca-se, ainda, que pouco mais da metade dos acórdãos menciona a existência de uma relação entre a apuração dos fatos na

esfera criminal e uma anterior análise deles na esfera administrativa, sendo que, entre estes, a maior parte foi submetida a uma investigação e/ou processo administrativo perante o Banco Central do Brasil.

Como se verá a seguir, a grande maioria dos processos de primeira instância resultou na condenação do recorrente, vários em sua absolvição e raros casos na absolvição de alguns dos réus e condenação de outros. Vale destacar que, na maior parte dos casos, o magistrado de primeiro grau acatou a capitulação atribuída aos fatos pelo Ministério Público Federal quando se tratava de imputação por apenas um delito previsto na Lei n. 7.492/86. Nos casos em que se tratava de concurso, tanto de apenas dois tipos penais quanto de três ou mais tipos, freqüentemente a condenação abrangia menos tipos do que os indicados na denúncia.

5.1.1 CONDENAÇÕES

Como indicado anteriormente, 54,5% das decisões do Grupo Mérito proferidas pelos TRFs são condenações. Em 47% dos casos havia condenação também na primeira instância e em 7,5% a absolvição foi reformada pelo TRF.

A) MODIFICAÇÕES NA PENA IMPOSTA

Nos 47% de condenação mantidas, observou-se variações no resultado da condenação proferida pelo TRF, conforme segue:

- Quase metade desses acórdãos resultou na manutenção das condenações com a confirmação da pena privativa de liberdade imposta, e quase em todos esses casos também foi confirmada a pena de multa calculada⁹⁸, havendo, no entanto, algumas decisões que reduziram⁹⁹ ou aumentaram¹⁰⁰ a multa.
- Vários acórdãos mantiveram as condenações e reduziram a pena privativa de liberdade; em quase metade destes também se reduziu a pena de multa imposta¹⁰¹, em vários, ela foi mantida tal como calculada em primeira instância¹⁰² e, raramente, ocorreu o seu aumento¹⁰³. Além disso, verificou-se uma situação em que a pena privativa de liberdade de um co-réu foi mantida e, de outro, diminuída, sendo que, para ambos, foi mantido o valor calculado para a pena de multa¹⁰⁴.

- Há casos raros de manutenção da condenação e aumento da pena privativa de liberdade e da multa aplicadas¹⁰⁵.
- Escassos foram os acórdãos que mantiveram a condenação e decidiram sobre a aplicação de penas restritivas de direitos: em um caso houve a redução do número de penas restritivas de direitos aplicadas¹⁰⁶ e a substituição da pena privativa de liberdade aplicada por penas restritivas de direitos para um co-réu não beneficiado com esta substituição em primeira instância¹⁰⁷.

Nos 7,5% de decisões condenatórias que ocorreram após a absolvição em primeira instância, as variações no resultado efetivo da condenação foram as seguintes:

- A quase totalidade das penas privativas de liberdade aplicadas nestes casos foi substituída por penas restritivas de direitos¹⁰⁸, enquanto que, em poucos casos, o benefício não pôde ser concedido em função do *quantum* da pena¹⁰⁹ e, isoladamente, foi decretada a suspensão da execução da pena¹¹⁰.
- Repetidamente, após a condenação e individualização da pena em segunda instância, foi reconhecida, de ofício, a extinção da punibilidade dos réus, em função da prescrição¹¹¹.

A evolução das decisões reunidas neste subgrupo pode, portanto, ser refletida no quadro 5:

[VER QUADRO 5 – ANEXO 2 – P. 184]

B) CRIMES MAIS FREQUENTES E HIPÓTESES DE CONCURSO

Verificou-se que os casos analisados em que houve decisão condenatória ou manutenção da condenação pelos TRFs, por ordem de frequência, tratam dos crimes capitulados nos seguintes dispositivos da Lei n. 7.492/86:

- Art. 16 (Exercício ilegal de instituição financeira)¹¹²
- Art. 5º, *caput* (Apropriação indébita financeira)¹¹³
- Art. 4º, *caput* (Gestão fraudulenta)¹¹⁴
- Art. 17, *caput* (Concessão de empréstimos vedados)¹¹⁵
- Art. 19, *caput* (Obtenção de financiamento mediante fraude)¹¹⁶

e Art. 22, parágrafo único (Evasão de divisas e manutenção de depósitos não declarados no exterior)¹¹⁷ – empatados em frequência.

- Art. 19, parágrafo único (Obtenção de financiamento mediante fraude em detrimento de instituição financeira oficial)¹¹⁸ e Art. 20, *caput* (Desvio na aplicação de financiamento)¹¹⁹ – empatados em frequência.

- Art. 22, *caput* (Evasão de divisas)¹²⁰

- Art. 6º (Estelionato financeiro)¹²¹ e Art. 7º, IV (Emissão de títulos ou valores mobiliários sem autorização prévia da autoridade competente)¹²² – empatados em frequência.

- Art. 4º, parágrafo único (Gestão temerária)¹²³ e Art. 11 (Movimentação de recursos em contabilidade paralela)¹²⁴ – empatados em frequência

- Art. 7º, III (Emissão de títulos ou valores mobiliários sem lastro ou garantia suficientes)¹²⁵, Art. 9º (Fraude à fiscalização financeira)¹²⁶, Art. 10 (Falsidade ideológica em documentos financeiros)¹²⁷, Art. 13 (Desvio de bens indisponíveis)¹²⁸ e Art. 21, parágrafo único (Sonegação de informações para fins cambiais)¹²⁹ – empatados em frequência.

Conforme se verifica da leitura das listagens acima, há um número superior de crimes pelos quais houve condenação do que o número total de casos que resultaram em condenação. Isso decorre do concurso de crimes, nas modalidades de concurso material e formal (Arts. 69 e 70, CP) e de agentes.

O concurso material nas condenações dos TRFs foi verificado entre os tipos dos seguintes dispositivos: Arts. 4º, 5º e 17¹³⁰; Arts. 5º e 16¹³¹; Arts. 4º e 16¹³²; Arts. 4º, 5º e 16¹³³; Arts. 11, 12 e 22, parágrafo único¹³⁴; Arts. 10 e 17¹³⁵; Arts. 4º, 5º, 7º, IV, e 9º¹³⁶; Arts. 4º, 5º e 9º¹³⁷; Arts. 4º e 7º, IV¹³⁸; e Arts. 19 e 20¹³⁹.

Além disso, há vários casos em que foi reconhecida a continuidade delitiva (Art. 71, CP)¹⁴⁰.

Finalmente, quanto ao concurso de crimes, em alguns casos os TRFs alteraram a classificação feita em primeira instância, de concurso formal e material para concurso aparente de normas. Os casos analisados em que se deu a alteração de concurso formal para concurso aparente de normas, resolvidos pelo critério da especialidade, resultaram na absorção do delito previsto no Art. 4º, Lei n.

7.492/86, pelo delito previsto no Art. 5º, Lei n. 7.492/86¹⁴¹. Já os casos analisados em que o concurso material de crimes foi convertido em concurso aparente de normas envolveram a absorção do Art. 6º, Lei n. 7.492/86, pelo Art. 22, Lei n. 7.492/86¹⁴².

Destaca-se ainda, que, entre os acórdãos analisados, não houve nenhuma decisão condenatória ou de manutenção da condenação pelos TRFs relativamente aos crimes capitulados nos seguintes dispositivos da Lei n. 7.492/86 (além dos crimes que, de qualquer forma, não foram mencionados em nenhum acórdão, conforme Item 3.6, acima): Art. 7º, parágrafo único, I (Emissão de títulos ou valores mobiliários falsos ou falsificados) e II (Emissão de títulos ou valores mobiliários sem registro ou com registro irregular), Art. 8º (Concussão Financeira), Art. 14, *caput* (Uso de documento falso em liquidação extrajudicial ou falência de instituição financeira) e parágrafo único (Falso reconhecimento de crédito), Art. 15 (Manifestação ideologicamente falsa), Art. 17, parágrafo único, I (Usurpação de função financeira) e II (Distribuição disfarçada de lucros), Art. 18 (Violação de sigilo financeiro), Art. 21, *caput* (Falsa identidade para fim de operação de câmbio) e Art. 23 (Prevaricação financeira).

C) APLICAÇÃO DAS PENAS

(i) POSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE

A maior parte das condenações identificadas resultaram na aplicação de penas privativas de liberdade que permitiriam, de acordo com o Art. 44, I, e §2º, CP, a substituição da PPL por uma PRD e multa ou por duas PRDs. Indicamos, a título ilustrativo, informações sobre a pena aplicada e sua substituição no quadro 6:

[VER QUADRO 6 – ANEXO 2 – P. 185]

Em alguns casos, apesar de a PPL aplicada ser inferior a 4 anos, a substituição por PRDs foi negada expressamente por não estarem satisfeitos os outros requisitos necessários para a concessão do benefício:

[VER QUADRO 7 – ANEXO 2 – P. 188]

Além disso, em alguns casos, ao invés de ocorrer a substituição da PPL, a própria execução da pena foi suspensa, nos termos do Art. 77, CP.

[VER QUADRO 8 – ANEXO 2 – P. 189]

Finalmente, em alguns casos analisados não há menção expressa à substituição da PPL aplicada, mesmo tendo esta sido igual ou inferior a 4 anos¹⁴⁴.

(II) IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO DA PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE
O estudo do subgrupo “condenações” indica que são relativamente raros os casos em que a pena privativa de liberdade aplicada impede a substituição por penas restritivas de direitos (PRD). Este foi o caso das situações descritas no quadro 9:

[VER QUADRO 9 – ANEXO 2 – P. 190]

5.1.2 ABSOLVIÇÃO

A maior parte das absolvições ocorridas nos TRFs decorreu da manutenção da sentença absolutória de primeira instância¹⁴⁶, tendo os recursos sido interpostos, invariavelmente, pelo Ministério Público Federal. Isoladamente, verificou-se a ocorrência de absolvição do réu perante o Tribunal Regional Federal competente em caso de ação penal originária¹⁴⁷.

Bem menos frequentes foram os julgados em que os TRFs absolviam o recorrente após condenação em primeira instância, sendo que, em metade dos acórdãos, tratava-se de apenas um recorrente que, uma vez condenado, recorria da sentença monocrática¹⁴⁸. Raramente, tratava-se de situação com vários réus, em que alguns haviam sido absolvidos pelo juízo singular e outros, condenados, tendo estes, então, sido absolvidos pelos TRFs¹⁴⁹. Em situações específicas em que vários dos réus haviam sido condenados pelo juiz de primeiro grau, os TRFs isoladamente absolveram um réu e mantiveram a condenação dos outros¹⁵⁰, absolveram um réu, reconhecendo a ocorrência da extinção da punibilidade do outro, em função de ter se operado a prescrição retroativa¹⁵¹ e decretaram extinta a pretensão punitiva estatal, em função da prescrição em abstrato, sem analisar a conduta imputada ao réu¹⁵².

A evolução das decisões reunidas neste subgrupo pode ser apresentada da seguinte forma:

[VER QUADRO 10 – ANEXO 2 – P. 191]

Verificou-se que os casos analisados que resultaram em acórdão absolutório dos TRFs tratavam, por ordem de frequência, dos crimes capitulados nos seguintes dispositivos da Lei n. 7.492/86:

- Art. 20, *caput* (Desvio na aplicação de financiamento)¹⁵³
- Art. 19, *caput* (Obtenção de financiamento mediante fraude)¹⁵⁴
- Art. 4º, *caput* (Gestão fraudulenta)¹⁵⁵ e Art. 16 (Exercício ilegal de instituição financeira)¹⁵⁶ – empatados em frequência.
- Art. 4º, parágrafo único (Gestão temerária)¹⁵⁷, Art. 5º, *caput* (Apropriação indébita financeira)¹⁵⁸, Art. 17, *caput* (Concessão de empréstimos vedados)¹⁵⁹, Art. 19, parágrafo único (Obtenção de financiamento mediante fraude em detrimento de instituição financeira oficial)¹⁶⁰ e Art. 22, *caput* (Evasão de divisas)¹⁶¹ – empatados em frequência.
- Art. 3º (Divulgação de informação falsa ou incompleta sobre instituição financeira)¹⁶², Art. 8º (Concussão financeira)¹⁶³, Art. 10 (Falsidade ideológica em documentos financeiros)¹⁶⁴, Art. 11 (Movimentação de recursos em contabilidade paralela)¹⁶⁵ e Art. 22, parágrafo único (Evasão de divisas e manutenção de depósitos não declarados no exterior)¹⁶⁶ – empatados em frequência.

A) O FATO NÃO CONSTITUI INFRAÇÃO PENAL

Em mais de metade dos acórdãos do subgrupo “absolvição”, o fundamento foi o Art. 386, III, CPP, ou seja, a afirmação de que o fato não constituiria infração penal, sendo, portanto, atípico.

A atipicidade foi reconhecida a partir de três argumentos: (i) não caracterização dos elementos objetivos do tipo, (ii) ausência de dolo e (iii) negação de autoria.

(I) ELEMENTOS OBJETIVOS DO TIPO

Na maior parte dos casos, a atipicidade foi reconhecida em face da constatação de que não haviam sido preenchidos os elementos descritivos do tipo penal¹⁶⁷. Em mais da metade destes casos, já havia ocorrido absolvição em primeira instância.

Apenas a título ilustrativo, destaca-se a discussão em torno da definição dos núcleos de alguns tipos penais, por exemplo, se o acesso pelo Banco Central do Brasil a documentos contábeis com erros e sua circulação dentro desta autarquia configuraria “divulgar informação falsa ou prejudicialmente incompleta sobre instituição financeira”, nos termos do Art. 3º, Lei n. 7.492/86, tendo o TRF em questão concluído negativamente¹⁶⁸, assim como a distinção entre gestão temerária e fraudulenta, que resultou no reconhecimento pelo TRF de que, no caso, não teria ocorrido nem uma coisa nem outra, pois a ação teria sido estrategicamente correta, dadas as circunstâncias econômicas do país à época dos fatos¹⁶⁹. Além disso, os TRFs discutiram o que caracterizaria um financiamento e um empréstimo em situação em que havia acusação de desvio na aplicação de financiamento (Art. 20, Lei n. 7.492/86), tendo concluído que, no caso, havia sido comprovado tratar-se de empréstimo (e não de financiamento), tanto pelas informações recebidas do Banco Central do Brasil quanto pela alteração das cláusulas contratuais¹⁷⁰, e a origem dos recursos emprestados a juros excessivos para que fosse caracterizada a concussão financeira (Art. 8º, Lei n. 7.492/86) ou mera usura (Art. 4º, “a”, Lei n. 1.521/51), em caso no qual se verificou que os empréstimos eram feitos com recursos próprios¹⁷¹.

(II) AUSÊNCIA DE DOLO

Também foi freqüente o reconhecimento da atipicidade por ausência de dolo na conduta do agente¹⁷². Em mais da metade destes casos, os réus já haviam sido absolvidos pelo juiz sentenciante.

Assim, por exemplo, em caso no qual se imputava ao réu a prática da conduta descrita no Art. 4º, Lei n. 7.492/86, o TRF em questão verificou que o réu administrou contas bancárias de dois clientes que obtiveram benefícios junto ao banco e, posteriormente, não honraram o compromisso assumido, o que não bastaria para a configuração do delito. Neste sentido, o réu foi absolvido porque, embora tenha sido reconhecido o dano causado ao banco e a negligência da atuação do gerente, a gestão temerária implica submeter a instituição a riscos desnecessários, que extrapolem o aceitável às operações bancárias. Assim, prevaleceu o entendimento de que não haveria dolo no caso concreto, pois seria desarrazoado imputar-se

ao gerente delito de gestão temerária pelo fato de clientes não terem honrado os compromissos comerciais assumidos. Neste sentido, o TRF afirmou que seria possível entender que houve imprudência ou mesmo incompetência administrativa, mas não vontade consciente e livre de gerir com temeridade os negócios da agência¹⁷³.

Em outro exemplo, o Ministério Público imputava aos réus a aplicação de parte de recursos provenientes de financiamento em finalidade diversa da prevista na Cédula Rural Pignoratícia e Hipotecária (Art. 20, Lei n. 7.492/86). Tais recursos haviam sido aplicados pelos réus em CDB/RDB. No entanto, os réus lograram comprovar que o banco que havia intermediado o financiamento cobrava uma contraprestação chamada de “reciprocidade” para liberar o mesmo. Ademais, o TRF em questão concluiu que a boa-fé dos réus foi demonstrada pela amortização realizada e pagamento do montante financiado. Assim, diante do fato de que a doutrina exige dolo na conduta do agente para a configuração do delito imputado, e também por se poder afirmar que os réus não atuaram com intenção de desviar os valores de sua finalidade estipulada no contrato, o TRF decretou a sua absolvição¹⁷⁴.

Destaca-se que, ainda sob o argumento de ausência de dolo, foi verificada situação isolada em que o TRF em questão reconheceu tratar-se de erro de proibição¹⁷⁵, após condenação em primeiro grau. Este caso é particularmente interessante porque a acusação imputava a realização de empréstimos vedados (Art. 17, Lei n. 7.492/86) aos acusados, dirigentes das instituições envolvidas. Contudo, o TRF ponderou que, de acordo com o verificado pelo Banco Central do Brasil, havia contrato de crédito rotativo entre empresas do mesmo grupo, do qual eram controladores e administradores os réus. Este contrato teria sido aberto em 1985 e, portanto, antes da promulgação da Lei n. 7.492/86. Ademais, apenas posteriormente é que uma das empresas envolvidas no contrato passou a ser uma instituição financeira devido à alteração do seu objeto social em 1989. Finalmente, submetidas as empresas envolvidas à fiscalização e confrontadas com exigências do Banco Central do Brasil em dezembro de 1992, a instituição financeira foi retirada do contrato, o que levou o Banco Central do Brasil a deixar de instaurar processo administrativo, em vista

do fato de que, até então, e sob a fiscalização da Receita Federal, a conduta vedada era legítima e havia sido acompanhada pelo órgão até então responsável pela fiscalização das empresas. Assim, o TRF entendeu restar caracterizado o erro de proibição.

(III) ILEGITIMIDADE ATIVA DO RÉU

Em alguns acórdãos, a atipicidade foi estabelecida a partir da ilegitimidade ativa do réu para a realização da conduta típica (principalmente gerentes e diretores de instituições financeiras, quando não comprovada a sua atribuição específica para os atos relevantes)¹⁷⁶. Nesses casos, há equilíbrio entre as condenações e absolvições em primeira instância.

A título ilustrativo, apresentamos dois exemplos.

No primeiro caso, o relatório indicava que a denúncia havia imputado ao diretor de um banco a realização de dois empréstimos à mesma pessoa jurídica e em intervalo de apenas alguns dias, omitindo, nos demonstrativos contábeis do banco, elementos referentes às operações exigidos pela legislação, incorrendo no Art. 10, Lei n. 7.492/86. O TRF em questão, no entanto, entendeu que não teria sido demonstrado ter o réu o dever jurídico de lançar as anotações de empréstimos ou de diretamente isto providenciar, razão pela qual não haveria como lhe atribuir as omissões relatadas. O fato de ter atuado como diretor responsável pela execução das políticas e metas referentes à alocação de recursos externos, bem como da coordenação e autorização de operações de câmbio e crédito internacionais, não tornaria certo caber a ele a contabilização de tais operações na escrituração financeira da instituição. Ademais, conforme a prova juntada, inclusive o estatuto social da instituição, não ficou claro que competiria ao réu o registro contábil das transações por ele coordenadas ou autorizadas, de modo a ensejar a sua responsabilização penal pelo não cumprimento injustificado desse dever legal. Pelo contrário, a prova apresentada indicaria - embora de modo inconclusivo - ser de competência de outra Diretoria o dever de escriturar as operações realizadas¹⁷⁷.

Em outro caso, o TRF em questão, tendo em vista que gerir seria “administrar, dirigir, comandar”, afirmou que o gerente de uma agência bancária, que está ligado à empresa por laços empregatícios, na verdade não dirige a instituição - no caso, um banco

- mas apenas administra uma pequena parcela do todo. O acórdão destaca o veto presidencial à locução “mandatários gestores de negócios ou quaisquer pessoas que atuem em nome ou no interesse da instituição financeira” quando da aprovação da Lei, antes integrante do parágrafo único do Art. 25, com base no fato de que tal enunciado estenderia os efeitos da Lei n. 7.492/86 a meros subordinados cuja atividade laboral é desenvolvida em instituições financeiras. Assim, afirmou que somente pode ser entendido como sujeito ativo do Art. 4º, *caput* e parágrafo único, Lei n. 7.492/86, aquele que tenha ingerência nas decisões acerca das diretrizes a serem tomadas pela empresa, excluindo-se, portanto, o gerente de agência bancária como agente individual. Ademais, o TRF destacou que, seja pelo pequeno montante do prejuízo decorrente das operações irregularmente realizadas, seja porque tudo se reduziu ao âmbito de uma agência bancária, não se revelaria legítimo cogitar, na espécie, de afetação séria e concreta ao bem jurídico tutelado pela norma penal, a higidez do Sistema Financeiro Nacional. Assim, concluiu-se que o gerente de agência bancária não pode ser sujeito ativo do Art. 4º, *caput* e parágrafo único, Lei n. 7.492/86, e que, portanto, não teria ficado caracterizada a tipicidade da conduta quanto a este dispositivo, mas sim quanto ao Art. 171, §3º, CP, devendo ser recapitulada a condenação¹⁷⁸.

B) AUSÊNCIA DE PROVA DA EXISTÊNCIA DO FATO

Vários acórdãos fundamentaram a absolvição na ausência de provas do fato imputado ao agente (Art. 386, II, CPP)¹⁷⁹. Em todos esses casos há absolvição em primeiro grau.

A título ilustrativo, destacamos caso em que os réus haviam sido denunciados por desvio na aplicação de financiamento (Art. 20, Lei n. 7.492/86), tendo, segundo a denúncia, utilizado parte das verbas para fins diversos do contratado, e apresentado ao banco recibo ideologicamente falso com simulação de aquisição de maquinário para fraudar a instituição financeira, relativamente a bens que já lhe pertenciam. O recibo fora fornecido por um co-réu, que confessou ter assinado o documento a pedido do outro réu mesmo consciente de que seria ideologicamente falso, o que foi confirmado pelo réu beneficiado. No entanto, o TRF entendeu que não haveria provas de uso das verbas em outras efetivas

transações e que a acusação não logrou provar, valendo-se das declarações do réu, nada mais do que a utilização de parte do numerário para a quitação de parcelas vencidas de anterior financiamento junto ao mesmo banco. Tal fato, por sua vez, não poderia ser concebido sem a anuência do banco e, nestas circunstâncias, não se apresenta o elemento da fraude requisitado para o aperfeiçoamento do delito. Idêntica conclusão aplica-se ao recibo objeto da imputação de falsidade ideológica, que não se configura se o destinatário do documento sabe do teor inverídico da declaração. No caso dos autos não haveria, portanto, provas de desvio pela aplicação no mercado da excogitada parcela do financiamento¹⁸⁰.

C) AUSÊNCIA DE PROVAS SUFICIENTES PARA A CONDENAÇÃO

Alguns acórdãos afirmaram inexistirem provas suficientes para a condenação (Art. 386, VI, CPP)¹⁸¹. Em apenas um caso havia ocorrido a condenação em primeira instância.

Destaca-se, a título ilustrativo, situação de ação penal originária do TRF, em que respondia a processo um ex-prefeito, juntamente com ex-secretário de agricultura e outros co-réus, por terem adquirido maquinários agrícolas, mediante fraude ao financiamento autorizado pelo FINAME - BANCO DO BRASIL S/A, de tal forma que, com o superfaturamento dos equipamentos, obtiveram 100% do seu valor financiado, quando era permitido, no máximo, financiamento de 70% do valor. Ademais, os equipamentos teriam sido comprados sem o devido processo licitatório. O proprietário da empresa beneficiada, com o fim de obter vantagem financeira com a venda das máquinas, expediu nota fiscal superfaturada nos valores totais dos maquinários, possibilitando a liberação do financiamento. Assim, foram os réus denunciados como incursos nas penas previstas para o Art. 19, parágrafo único, Lei n. 7.492/86.

O TRF que julgou a ação verificou que, com efeito, da documentação carreada aos autos emergia a celebração de Contratos de Abertura de Crédito Fixo com Garantia Real e respectiva Cédula Rural Pignoratícia, entre o Banco do Brasil S/A e os réus, tendo a aquisição do maquinário sido efetivada em 19/05/1993, conforme refletido nas notas fiscais. Observou o TRF que o percentual de 70% financiado pela instituição financeira correspondeu, efetivamente, ao valor total dos maquinários, configurando-se evidente fraude. No

entanto, não restou demonstrado que os denunciados agiram dolosamente, obtendo ou induzindo os agricultores (co-réus) a obter financiamento mediante fraude, não havendo como imputar aos denunciados a prática dolosa da conduta em apreço, que consiste em obter financiamento mediante fraude, o que não restou comprovado, uma vez que o financiamento foi obtido pelos agricultores e não havia prova de que os denunciados tivessem ciência da fraude - nota fiscal superfaturada - e tivessem induzido os agricultores à prática do delito. Por fim, ressaltou o TRF que, ainda que a postura dos acusados possa configurar ilícito cível, administrativo e/ou criminal, em tese, referentes à improbidade administrativa, ausência de licitação, responsabilidade fiscal etc., inviável a condenação pelo crime financeiro imputado, diante da insuficiência de provas, dado que a acusação não logrou demonstrar em juízo a culpabilidade dos réus quanto à prática do delito previsto no Art. 19, parágrafo único, Lei n. 7.492/86. Assim, determinou que a dúvida deve favorecer os réus, conforme o princípio do *in dubio pro reo*, sendo eles absolvidos com fulcro no Art. 386, VI, CPP.

D) CIRCUNSTÂNCIA QUE EXCLUI O CRIME OU ISENTA O RÉU DE PENA

Verificou-se caso isolado de absolvição em função da impossibilidade do meio escolhido para a realização criminosa, o que implica em circunstância que exclui o crime ou isenta o réu de pena (Art. 386, V, CPP, c/c Art. 17, CP)¹⁸². Nesse caso também houve absolvição em primeiro grau.

Este caso se afigura interessante porque o réu foi acusado de evasão de divisas, na forma tentada, após ser barrado no sistema de Raio-X da polícia federal no Aeroporto de Guarulhos, antes de empreender viagem internacional, ao ser surpreendido na posse de cerca de US\$20,000.00, que alegava ter adquirido no mercado formal. O juiz monocrático absolveu o acusado nos termos do Art. 386, V, CPP, ao argumento de que ficara provada a aquisição regular dos dólares, declarados à Receita Federal e, ademais, inexistiria dolo, já que a moeda era transportada sem subterfúgios, em mala de mão. O Ministério Público recorreu afirmando que não questionava a regularidade na compra da moeda, mas a evasão, e que o comportamento do apelado incidia no Art. 22, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 14, II, CP.

O TRF em questão, por sua vez, manteve a sentença absolutória por reconhecer a existência de circunstâncias que excluam a punibilidade do acusado. Nesse sentido, afirmou que a atitude do réu, de colocar os dólares na maleta de mão, a qual necessariamente seria vistoriada pela polícia federal através do Raio-X, tornara impossível a consumação do delito. Assim, inexistiria tentativa punível (Art. 17, CP). Ademais, estando comprovado que as divisas foram adquiridas regularmente no mercado formal, elas são patrimônio do apelado, pelo que determinou a aplicação do disposto no Art. 5º, XV, CF, que garante aos cidadãos o livre ingresso, permanência e saída do país, com seus bens.

5.1.3 EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE

Nos acórdãos proferidos pelos TRFs, foi freqüente o reconhecimento da ocorrência da extinção da punibilidade sem que os TRFs analisassem a questão de mérito colocada no recurso. Essas decisões giravam em torno de casos envolvendo as condutas descritas nos seguintes tipos penais da Lei n. 7.492/86, por ordem de freqüência:

- Art. 20, *caput* (Desvio na aplicação de financiamento)¹⁸³
- Art. 16 (Exercício ilegal de instituição financeira)¹⁸⁴
- Art. 7º, IV (Emissão de títulos ou valores mobiliários sem autorização prévia da autoridade competente)¹⁸⁵, Art. 17 (Concessão de empréstimos vedados)¹⁸⁶, Art. 19, *caput* (Obtenção de financiamento mediante fraude)¹⁸⁷ e Art. 22 (Evasão de divisas)¹⁸⁸ – empatados em freqüência.

Na maior parte desses casos, o recurso havia sido interposto pela defesa buscando a absolvição dos recorrentes após condenação em primeira instância, sendo a extinção da punibilidade reconhecida pelos TRFs devido à ocorrência da prescrição retroativa, calculada a partir da pena concretamente aplicada aos réus.

Isoladamente, verificou-se a existência de recurso interposto pelo Ministério Público Federal contra decisão que absolveu os réus da imputação de concessão de empréstimos vedados (Art. 17, Lei n. 7.492/86), com fundamento no Art. 386, III, CPP. O juízo sentenciante entendeu estar configurado erro de tipo, devido ao fato

de que os acusados desconheciam a equiparação da empresa a instituição financeira quando efetivaram os empréstimos a quatro outras empresas do grupo. No acórdão, o TRF em questão declarou, de ofício, a extinção da punibilidade dos réus pela ocorrência da prescrição da pretensão punitiva estatal, com fundamento nos Arts. 107, IV, 109, III, e 115, CP, e 61, CPP. Destaca-se que ambos os réus eram maiores de 70 anos, motivo pelo qual o prazo prescricional correu pela metade¹⁸⁹.

Em outra situação singular, o réu havia sido condenado em primeiro grau pelo delito tipificado no Art. 22, Lei n. 7.492/86, e, já neste juízo, fora reconhecida a extinção da punibilidade pela prescrição da pretensão punitiva estatal. Foi impetrado *Habeas Corpus* pleiteando a absolvição do paciente por falta de provas decorrente do indeferimento de produção de prova da defesa indicando que o paciente não era sócio da empresa investigada. O TRF em questão julgou prejudicado o *Habeas Corpus* em razão de já ter sido extinta a punibilidade do paciente ao argumento de que, uma vez “extinta a punibilidade pela prescrição da pena ideal, que em tese, ocorre, em havendo circunstâncias judiciais favoráveis e nenhuma causa de aumento ou agravantes em detrimento do acusado, impedindo o juiz de aplicar pena superior ao mínimo, a persecução penal é um exercício de inutilidade”¹⁹⁰.

Em algumas situações, enquanto os TRFs declararam extinta a pretensão punitiva estatal para alguns réus, mantiveram¹⁹¹ ou reduziram¹⁹² as penas de outros. Isoladamente, o TRF em questão decretou a extinção da punibilidade relativamente à condenação por infração a um dispositivo da Lei n. 7.492/86 e manteve a condenação quanto a outro, reduzindo a pena aplicada quanto a este¹⁹³.

Além disso, foram verificadas situações em que os TRFs condenavam os réus ou mantinham a condenação decretada em primeira instância, para, em seguida, reconhecer a ocorrência da prescrição da punibilidade a partir da pena concretizada. Essas decisões giravam em torno de condenações pelas condutas descritas nos seguintes tipos penais da Lei n. 7.492/86, por ordem de frequência:

- Art. 20, *caput* (Desvio na aplicação de financiamento)¹⁹⁴;
- Art. 17 (Concessão de empréstimos vedados)¹⁹⁵;

• Art. 4º, parágrafo único (Gestão temerária)¹⁹⁶, Art. 6º (Esterlionato financeiro)¹⁹⁷, Art. 11 (Movimentação de recursos em contabilidade paralela)¹⁹⁸, Art. 19, *caput* (Obtenção de financiamento mediante fraude)¹⁹⁹ e Art. 22 (Evasão de divisas)²⁰⁰ – empatados em frequência.

Dentre os casos em que houve absolvição em primeira instância, em metade se verifica que a prescrição retroativa, baseada na pena concretamente aplicada pelos TRFs, ocorreu já antes do recebimento da denúncia²⁰¹. Destaca-se que, nesses acórdãos, os réus haviam sido condenados às seguintes penas: reclusão de 2 anos e multa (Art. 20), 4 anos e 6 meses e multa (Art. 22), 2 anos e multa (Art. 19, *caput*) e 2 anos e multa (Art. 20).

Na outra metade desses casos, no entanto, a prescrição operou-se entre o recebimento da denúncia e a condenação pelos TRFs²⁰². Nesses acórdãos, os réus haviam sido condenados às seguintes penas: 2 anos e multa (Art. 20), 3 anos e multa e 2 anos e 6 meses e multa (Art. 17) e 3 anos e multa (Art. 18).

Nas raras situações em que os réus haviam sido condenados em primeira instância e os TRFs apenas alteraram a pena concretamente aplicada, em um caso, reduzindo-a e, no outro, aumentando-a, a prescrição retroativa operou-se entre a data dos fatos e o recebimento da denúncia, tendo os réus sido condenados às seguintes penas, respectivamente: no caso em que o TRF reduziu a pena aplicada, esta restou fixada em 2 anos e multa (Art. 4º, parágrafo único)²⁰³, no caso em que o TRF aumentou a pena aplicada, ela foi estabelecida em 1 ano e 6 meses e multa (Art. 11)²⁰⁴.

5.2 PROSSEGUIMENTO

Como indicado anteriormente, observa-se que 38,9% das decisões proferidas pelos Tribunais Regionais Federais, referentes aos Crimes contra o Sistema Financeiro Nacional, versam sobre questões relativas ao prosseguimento da persecução em âmbito criminal. Este resultado abrange recursos decorrentes de pedidos formulados (i) ao longo do inquérito policial, (ii) em torno da decisão sobre o recebimento da denúncia, e (iii) ao longo da ação penal, inclusive após a prolação da sentença e apresentação da apelação criminal.

Verificou-se que a grande maioria desses acórdãos resultou de pedidos interpostos ao longo da ação penal, apesar de vários terem sido pleiteados no momento da apresentação da denúncia ou após a prolação da sentença, sendo menos freqüente a interposição durante o inquérito policial. Isoladamente, houve discussão acerca do prosseguimento da persecução criminal após a interposição de apelação criminal.

Ademais, a maior parte dos pedidos chegou ao TRF por meio da atuação da defesa enquanto que apenas alguns decorreram da atividade acusatória, havendo um pedido da Procuradoria Regional da República e um caso de remessa *ex officio* entre os acórdãos analisados.

Entre os recursos apresentados pela defesa, a maioria foi interposta ao longo da ação penal, alguns após o sentenciamento em primeira instância e apenas poucos durante o inquérito policial; um recurso isolado foi interposto após a interposição de apelação criminal.

Quanto aos recursos interpostos pelo Ministério Público Federal, a maioria deles ocorreu após a decisão que rejeitava a inicial acusatória. Poucos foram interpostos após a sentença de primeira instância e apenas um acórdão resultou de recurso ministerial ao longo do inquérito policial. Os recursos da Procuradoria Regional da República e *ex officio* foram interpostos ao longo da ação penal.

Verifica-se que o Tribunal Regional Federal da 3ª Região Federal proferiu o maior número de acórdãos do Grupo Prosseguimento, seguido pelos Tribunais Regionais Federais da 1ª e da 2ª Região Federal, com quase igual número de acórdãos entre si, e estes pelos Tribunais Regionais Federais da 5ª e da 4ª Região Federal, também com quase o mesmo número de acórdãos entre si. Ademais, a origem mais freqüente dos recursos analisados foi São Paulo, seguido do Rio de Janeiro, Ceará e Distrito Federal.

Importante destacar que em pouco menos da metade dos acórdãos analisados havia menção expressa à relação entre os fatos apurados na esfera criminal e apuração levado a cabo (ou em andamento) na esfera administrativa; dentre estes, a maior parte se referia ao Banco Central do Brasil.

5.2.1 PEDIDOS FORMULADOS PELA DEFESA

Do número total de recursos interpostos pela defesa, a maior

parte visava o trancamento da ação penal (em alguns recursos, este pedido era cumulado com o de revisão do valor arbitrado para fiança, de concessão de liberdade provisória e de devolução de bens apreendidos) antes do sentenciamento do feito. Diversos pedidos buscavam o trancamento do inquérito policial. Isoladamente, buscava-se a suspensão condicional do processo, a anulação de atos decisórios por alegada incompetência do juízo federal, a fixação da competência na Justiça Estadual, o reconhecimento da ocorrência de prescrição e o da extinção da punibilidade, por *bis in idem*.

Diversos fundamentos foram utilizados nos pedidos formulados pela defesa. Buscamos agrupá-los conforme os pedidos mais freqüentes e os argumentos centrais que os embasaram e nortearam a fundamentação da decisão dos TRFs.

A) PEDIDOS DE TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL

(I) FALTA DE JUSTA CAUSA POR ATIPICIDADE

Desponta como argumento utilizado na quase totalidade dos pedidos de trancamento de ação penal pela defesa a alegação de falta de justa causa (formal e material). Este argumento aparece de modo isolado, formulado genericamente, como se verá no próximo item, ou atrelado ao argumento da atipicidade.

A ausência de justa causa (material) por atipicidade é a alegação que aparece com maior freqüência nos acórdãos deste Grupo²⁰⁵.

Em alguns desses casos, a alegação de atipicidade se fundamentava especificamente em decisões anteriores em sede administrativa²⁰⁶, em outros, no fato de terem agido os acusados sob erro de proibição²⁰⁷, em outros, na ausência de dolo dos acusados²⁰⁸ e, em outros, na inexistência de provas de materialidade do delito ou autoria²⁰⁹.

Apenas poucos entre os pedidos de trancamento da ação penal fundamentados no argumento de falta de justa causa por atipicidade buscavam obter ainda outros benefícios como, por exemplo, a restituição de bens apreendidos, como consequência do trancamento da ação penal²¹⁰, e redução do valor arbitrado para a fiança, por ter sido esta arbitrada em desacordo com os padrões usualmente adotados pelos magistrados de primeira instância²¹¹.

A maior parte dos pedidos de trancamento da ação penal foi negada, prevalecendo largamente como fundamento central da

decisão, na motivação dos TRFs, o argumento de que a questão suscitada no pedido demandaria aprofundado exame fático-probatório, sob o crivo do contraditório, inviável em sede de *Habeas Corpus*²¹². Outros argumentos recorrentemente centrais nas decisões dos TRFs foram as afirmações de que: (i) o trancamento da ação penal somente seria possível quando fossem apresentadas evidências tais que comprovassem a inexistência de delito ou o não envolvimento dos denunciados nos fatos²¹³ e (ii) não teria sido demonstrado constrangimento ilegal, sendo que a denúncia recebida descrevia fatos típicos aceitando-se, ademais, no caso de delitos societários, sua descrição genérica²¹⁴.

Ademais, em situação isolada o TRF também observou que a existência de procedimento instaurado na esfera administrativa, ou até mesmo de decisão na mesma, não condiciona e nem constitui condição de procedibilidade na esfera criminal, não interferindo nela em função da independência e autonomia das instâncias²¹⁵.

Em alguns casos, contudo, os TRFs determinaram o trancamento da ação penal conforme pleiteado, ora por verificarem não haver substrato probatório mínimo de autoria e materialidade do delito na denúncia, genericamente²¹⁶, ora por afirmarem ter ocorrido, no caso, inclusão do paciente entre os réus pelo simples fato de figurar como sócio da instituição financeira onde ocorreram os supostos ilícitos²¹⁷. Em outras situações, o trancamento ocorreu em face do reconhecimento de que a punição ou absolvição da conduta na esfera administrativa exauria a análise dos fatos, tanto porque, no caso de punição, seria excesso punir a conduta também na esfera criminal²¹⁸, quanto porque, no caso de absolvição, o processo criminal redundaria no mesmo resultado pois as informações da esfera administrativa constituíam o único indício de irregularidade, não se justificando, assim, a mobilização de todo o aparato do judiciário²¹⁹. Isoladamente, o TRF também reconheceu a atipicidade da conduta imputada, em caso no qual o denunciado era estrangeiro e havia ingressado no território nacional com numerário não declarado²²⁰.

Interessante destacar, ainda, que, ao contrário do que ocorre no STJ, nenhum dos pedidos de trancamento da ação penal que foram fundados na alegação de ausência de justa causa por atipicidade decorrente de erro de proibição foram acolhidos pelos TRFs²²¹.

Na maior parte dos casos analisados, os TRFs concluíam pela necessidade de aprofundado exame probatório, indeferindo, portanto, tais pedidos de trancamento das ações penais.

(II) FALTA DE JUSTA CAUSA E/OU INÉPCIA DA DENÚNCIA

Em alguns acórdãos, o argumento da defesa é descrito pelos TRFs como alegação de falta de justa causa e/ou inépcia da denúncia²²².

A maioria desses pedidos genéricos foi negado pelos TRFs²²³, ao fundamento de que as ordens tratavam de matérias que exigiriam aprofundado exame fático-probatório, não sendo este possível em sede de *habeas corpus*, e que os fatos narrados nas denúncias constituiriam, em tese, ilícito penal, dependendo a comprovação da inocência dos pacientes de provas a serem produzidas ao longo da instrução criminal.

Os pedidos foram acolhidos em duas situações isoladas. Na primeira, o TRF em questão acolheu o pedido para deferir o trancamento da ação penal, pedido este que havia sido subscrito também pelo Procurador da República, tendo sido reconhecida a ausência de qualquer vínculo entre o paciente e a empresa na qual se deram os supostos delitos à época dos fatos²²⁴. Em outra situação, na qual a defesa buscava não só o trancamento da ação penal, mas também a concessão de liberdade provisória para o réu, o TRF decidiu pela manutenção da ação penal, mas assegurou a ele o direito de responder ao processo em liberdade, diante do reconhecimento da circunstância de que, ao longo dos quatro anos que transcorreram entre os fatos supostamente ilícitos e apresentação da denúncia pelo Ministério Público Federal, o réu havia permanecido solto, sem que nada ocorresse para justificar a prisão processual²²⁵.

(III) FALTA DE INDIVIDUALIZAÇÃO DA CONDUTA E ILEGITIMIDADE PASSIVA

Destaca-se como argumento recorrente também a alegação de ilegitimidade passiva assim como de ausência de individualização da conduta dos acusados, fulcro da discussão de vários acórdãos analisados nos TRFs e tão freqüente quanto a alegação de falta de justa causa, analisada no Item 5.2.1.a.ii, anteriormente.

A maior parte dos recursos foi indeferido pelos TRFs com base no entendimento generalizado segundo o qual no caso de delitos

societários não é necessário que a denúncia descreva individualmente a conduta imputada a cada um dos réus, mas apenas que a especifique suficientemente para que todos possam exercer o direito de ampla defesa²²⁶. Nesse sentido, destaca-se o seguinte trecho de acórdão: “A legitimidade passiva é condição da ação que prescinde de prova robusta nesta fase processual, pois é a instrução probatória que irá confirmar ou afastar a autoria apontada na exordial. É certo que o nosso ordenamento jurídico não admite a responsabilidade penal objetiva, mas para se averiguar que a paciente não participava da rotina administrativa da empresa é imprescindível o prosseguimento da ação penal, respeitado o devido processo legal. Em sede de crimes societários, a ausência de discriminação da conduta de cada sócio não obsta o recebimento da peça inaugural se descreve com clareza o fato típico imputado aos acusados”²²⁷.

Poucos pedidos fundamentados na ausência de individualização da conduta dos réus na denúncia e/ou na ilegitimidade passiva do impetrante para figurar como réu foram acolhidos pelos TRFs.

Na maior parte das vezes em que isso ocorreu, o trancamento da ação penal se deu com base no argumento de que o direito penal brasileiro veda a responsabilidade objetiva, não se afigurando aceitável o recebimento de denúncia em face de uma pessoa pelo simples fato de haver integrado o quadro societário ou mesmo cargo na diretoria da instituição em algum momento da existência desta, sem demonstração de vínculo entre tal participação e as condutas investigadas²²⁸. Além disso, também houve uma situação isolada em que a ação penal foi trancada ao fundamento de que membros do conselho de administração de uma companhia não possuem poderes de gestão, função cometida à diretoria²²⁹. Em outro caso isolado, o TRF acabou por reconhecer a atipicidade da conduta; no entanto, esta avaliação se deu com base na ilegitimidade de parte, dado que se baseou em decisão tomada em processo administrativo, em que o Banco Central do Brasil arquivou o processo em face das pessoas físicas²³⁰.

(IV) PRESCRIÇÃO DA PRETENSÃO PUNITIVA

Em alguns casos, houve alegação de extinção da punibilidade, ora por prescrição da pretensão punitiva²³¹, ora por pagamento dos valores recebidos em financiamento antes do recebimento da denúncia²³².

Nos casos em que se alegava a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva do Estado, apenas uma situação isolada foi acolhida pelo TRF, caso em que os réus tinham mais de 70 anos de idade à época dos fatos²³³.

Relativamente aos casos em que foi alegada a extinção da punibilidade pelo pagamento dos valores recebidos a título de financiamento (Art. 20, Lei n. 7.492/86). Este argumento não foi aceito em nenhuma das hipóteses pelos TRFs: “a punibilidade deste delito não se extingue pelo pagamento da dívida, dado que se consuma com o ato que desvia os recursos da finalidade para a qual foram recebidos”²³⁴.

(v) OUTROS

O trancamento foi argüido também em função dos seguintes argumentos:

- *Bis in idem*²³⁵: o STJ ora negou o trancamento da ação penal por entender que não ocorreu *bis in idem* porque restou demonstrado que não havia sido reconhecida a exceção de coisa julgada²³⁶ e ora suscitou Conflito de Competência porque entendeu ser incompetente para julgar o pedido de trancamento da ação penal diante da tramitação de ação perante juízo falimentar estadual²³⁷; e
- *Ineficiência da defesa do réu*²³⁸: a defesa alegou que, não tendo sido citado o réu, a defesa dativa foi ineficiente, não tendo assinado os termos de depoimentos de testemunhas, donde surgiriam dúvidas sobre a sua presença na audiência. O TRF entendeu que não se verifica ausência de defesa ou deficiência comprometedora da garantia constitucional quando, revel, o acusado é representado em todos os atos do processo por advogado. Ademais, constituiria mera irregularidade o fato de o defensor não ter assinado os termos de depoimento da audiência de testemunhas quando firmado o termo de audiência.

B) PEDIDOS DE TRANCAMENTO DO INQUÉRITO POLICIAL

Os pedidos de trancamento do inquérito policial formulados pela defesa se fundamentaram nos mais diversos argumentos. Apresentamos a seguir os mais freqüentes:

- *Constrangimento ilegal e atipicidade da conduta investigada*: essa alegação recorrente com base em diversos fundamentos foi rebatida pelos TRFs na maior parte dos casos, sob o argumento de ser necessária a investigação para que o Ministério Público possa concluir ou não pela existência de crime²³⁹. Raramente, foi reconhecida de plano a atipicidade da conduta, ora porque se entendeu evidenciada a ausência de dolo pelo modo como se deu a conduta²⁴⁰ (o indiciado embarcava para o exterior com moeda estrangeira no bolso), ora por entender-se ser atípica a conduta de ingressar no país portando moeda estrangeira²⁴¹.
- *Constrangimento ilegal diante da ocorrência de prescrição*²⁴²: a alegação decorrente da idade do indiciado foi afastada pelo TRF que afirmou haver necessidade de realização de maiores investigações tanto em relação aos fatos, quanto acerca dos responsáveis pela administração e gestão das sociedades envolvidas nas operações.
- *Ilegitimidade passiva*²⁴³: a alegação da defesa questionava os indícios de autoria e materialidade.
- *Excesso de prazo do inquérito policial*²⁴⁴: a defesa sustentou que, contando da data da apreensão dos cheques, documentos e computadores da empresa até então, já teriam se passado mais de oito meses sem a conclusão do inquérito, restando caracterizado o excesso de prazo na investigação. O TRF decidiu pelo prosseguimento do inquérito policial, pois entendeu que havia apuração, no inquérito policial, de fatos que configurariam diversos delitos, com fortes indícios de autoria e materialidade. Além disso, afirmou inexistir excesso de prazo porque os fatos investigados pelo inquérito seriam de difícil elucidação, sendo justificável a demora na conclusão de um inquérito que investiga crimes de alta complexidade, especialmente quando o investigado não se encontra privado de sua liberdade.

5.2.2 PEDIDOS FORMULADOS PELA ACUSAÇÃO

Relativamente aos recursos interpostos pelo Ministério Público Federal, a maior parte buscava o recebimento da denúncia²⁴⁵ e casos isolados, o prosseguimento do inquérito policial²⁴⁶ e a anulação da sentença²⁴⁷.

A maior parte dos pedidos formulados foi acolhida integralmente²⁴⁸ pelos TRFs, destacando-se apenas situação isolada em que o pedido foi acolhido em relação a parte dos réus²⁴⁹. Em todos esses casos, houve alteração da decisão de primeira instância.

A) PEDIDOS DE RECEBIMENTO DA DENÚNCIA

Entre os recursos apresentados pelo Ministério Público Federal buscando o recebimento da denúncia, o argumento mais utilizado foi a tipicidade da conduta descrita na inicial²⁵⁰.

Parte desses casos versava sobre a conduta do Art. 20, parágrafo único, Lei n. 7.492/86, e discutia a ausência de comprovação da realização de contrato de câmbio após a exportação²⁵¹. Houve também caso em que se alegou a legitimidade passiva do denunciado, a inocorrência de prescrição, a independência entre as esferas administrativa e penal e ter o magistrado feito valoração excessivamente aprofundada, incompatível com o momento processual do recebimento da denúncia²⁵² para fundamentar a sua rejeição.

A maior parte desses pedidos foi negada pelos TRFs, sendo mantida a rejeição da denúncia formulada pelo juízo de primeiro grau. A justificativa mais freqüente dos TRFs para a manutenção da rejeição da denúncia foi tratar-se de conduta atípica²⁵³.

Baseados nesta linha de argumentação, vários acórdãos mantiveram a rejeição da denúncia apresentada pelo Ministério Público Federal em torno de condutas que envolviam a ausência de prova da realização de operação de câmbio após negócios de exportação e que o órgão ministerial buscava denunciar com base no Art. 22, parágrafo único, Lei n. 7.492/86. Nestes casos, ressaltou-se que impedir que a moeda entre no território nacional não é conduta típica e somente poderia ser equiparada por meio de um raciocínio de interpretação extensiva ou analógica do tipo penal, o que é vedado em prejuízo ao réu. Destacou-se o fato de a não contratação de câmbio poder ensejar sanções de natureza administrativa, sendo, contudo, penalmente atípico. Assim, entenderam não configurar o delito previsto no Art. 22, parágrafo único, Lei n. 7.492/86, quando o agente, ao proceder à exportação de mercadorias, não efetua a operação de câmbio correspondente²⁵⁴.

Também ocorreu repetidamente o reconhecimento da inépcia da denúncia, tanto por falta de indícios de autoria, quanto por

falta de subsídios mínimos de materialidade. No primeiro caso, o TRF em questão reconheceu que permitir o recebimento da denúncia redundaria em aceitar a responsabilidade objetiva no direito penal, dado que nada ligava o denunciado aos fatos além da posição por ele ocupada na instituição²⁵⁵. No segundo, considerou-se que as condutas descritas na denúncia foram tidas como devidamente documentadas, quando submetidas ao exame do Banco Central do Brasil, gerando o arquivamento do processo administrativo²⁵⁶.

Isoladamente, foi mantida a rejeição de denúncia em caso no qual se reconheceu a ocorrência de prescrição da pretensão punitiva estatal em relação ao delito previsto no Art. 19, Lei n. 7.492/86, de obtenção de financiamento mediante fraude, entendendo o TRF em questão que, com a assinatura do contrato, o financiamento foi obtido, tendo sido o capital necessário à consecução do negócio alocado pela instituição financeira, independentemente da efetiva utilização dos valores obtidos, o que constituiria mero exaurimento da conduta descrita com reflexos apenas na fixação da pena. Destacou-se que “alocar” significa destinar fundo orçamentário, verbas, recursos, a um fim específico ou a uma entidade, na seara das ciências econômicas. Assim, entendeu-se que “é com a aceitação da instituição financeira em conceder o empréstimo, destacar do montante geral de suas reservas, uma fração específica para aquele determinado negócio, vontade esta cuja manifestação se dá com a assinatura do contrato, que se consuma o delito do Art. 19. A fração, destacada das provisões da instituição financeira, pode ser entregue ao outro contratante de uma só vez ou em parcelas, de acordo com o que for avençado no contrato. Mas a entrega do numerário já financiado traduz mero exaurimento do crime já consumado”²⁵⁷.

Dentre os pedidos que foram concedidos pelos TRFs e resultaram no recebimento da denúncia, destaca-se como muito freqüente o reconhecimento da tipicidade, em tese, da conduta descrita na denúncia. Os principais fundamentos foram haver descrição suficiente dos fatos imputados e de sua relação com os denunciados e estar demonstrado o dolo. Nesses casos, os TRFs destacaram que, no momento da decisão relativamente ao recebimento da denúncia, devem estar presentes os requisitos formais enumerados na lei

penal e processual penal para tanto, sendo impossível a rejeição da denúncia apenas por não narrar a participação exata de cada um dos acusados quando se cuida de crime societário²⁵⁸.

Além disso, verificou-se situação isolada em que foi decretado o recebimento da denúncia em função de não ser reconhecida, no Brasil, a chamada “prescrição em perspectiva”, somente se conhecendo a prescrição retroativa diante de sentença condenatória²⁵⁹.

Outra situação isolada se deu relativamente a um pedido de recebimento da denúncia formulado pelo Ministério Público Federal em face de seis denunciados, alegando estar verificada a tipicidade da conduta. O TRF em questão, no entanto, manteve a rejeição da denúncia em relação a três dos denunciados, alegando estar ausente qualquer indício de participação no fato típico. Já quanto aos demais acusados, decretou o recebimento da denúncia afirmando não ser necessário individualizar as condutas deles para iniciar a ação penal, uma vez que isso resultaria da instrução penal, o que seria permitido nos crimes societários²⁶⁰.

5.3 CAUTELAR

Entre os acórdãos analisados nos TRFs, conforme indicado anteriormente, 7,5% tratavam de questões cautelares em matérias relacionadas à liberdade, a patrimônio e a sigilo fiscal. Destes, quase a metade foi julgada pelo TRF da 4ª Região Federal e aproximadamente 1/3, pelo TRF da 3ª Região Federal.

Os pedidos, em sua grande maioria apresentados pela defesa, foram formulados, majoritariamente, em sede de ações de *Habeas Corpus*. Foram também verificadas situações em que a defesa se valeu de Apelações Criminais, Apelação em Mandado de Segurança e Mandado de Segurança. Na maior parte dos casos, a interposição se deu durante o inquérito policial ou no curso da ação penal; no entanto, também foram verificados alguns casos após a prolação da sentença de primeira instância.

Quanto à matéria sobre a qual versavam, a maior parte dos acórdãos incluídos neste Grupo lidava com pedidos voltados à concessão de liberdade, alguns pleitos buscavam a restituição de bens constrictos em alguma fase da persecução penal e, isoladamente, também houve um pedido de suspensão da quebra de sigilo fiscal.

Da análise dos acórdãos resulta, ainda, que mais da metade dos pedidos foram negados pelos TRFs, mantendo-se, assim, as medidas cautelares constritivas.

5.3.1 LIBERDADE

Pode-se observar que, dentre os acórdãos que tratavam de liberdade e que foram reunidos no Grupo Cautelar, a maior parte objetivava a revogação da prisão preventiva, e alguns buscavam obter o direito de apelar em liberdade, sendo praticamente inexpressiva a quantidade de acórdãos que pediam a concessão de liberdade provisória.

Dos acórdãos que discutiam a prisão preventiva, observa-se um equilíbrio quase total entre as decisões que mantiveram a prisão preventiva e as que a revogaram, e um equilíbrio absoluto entre as decisões que concederam e as que negaram o direito de apelar em liberdade. No que tange aos pedidos de liberdade provisória, verificou-se um caso isolado em que este foi negado, tendo restado prejudicada a outra situação em que esta era postulada²⁶¹.

A) PEDIDOS DE REVOGAÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA

As prisões preventivas discutidas nos acórdãos analisados foram decretadas com base no argumento de que seriam necessárias para a garantia da ordem pública e econômica, bem como para assegurar a aplicação da lei penal²⁶²; em alguns casos, os acórdãos não relataram motivação alguma para o decreto prisional²⁶³.

Em alguns casos, a razão que ensejava a necessidade da garantia da ordem pública foi aprofundada, justificando-se ora em função do envolvimento de funcionário público no suposto ilícito²⁶⁴, ora devido ao fato de, por se tratar de possível organização criminosa, haveria a possibilidade de continuidade da atividade delitiva²⁶⁵, ora pela ampla repercussão pública que os fatos haviam ensejado²⁶⁶.

Também o argumento da necessidade de garantia da aplicação da lei penal foi justificado em algumas decisões de primeira instância, como sendo devido à possibilidade de fuga dos imputados, seja em função de integrarem organização criminosa²⁶⁷, seja por serem pessoas com elevado poder aquisitivo²⁶⁸.

Em alguns casos, além da garantia à aplicação da lei penal, também foi invocado como motivo para a decretação da prisão

preventiva a magnitude da lesão causada²⁶⁹, nos termos do Art. 30, Lei n. 7.492/86.

A partir desse contexto, os pedidos de relaxamento e revogação da prisão preventiva, em geral, iniciaram sua argumentação com base na alegação genérica de ausência dos requisitos legais para a sua decretação²⁷⁰, bem como de presença dos requisitos que ensejam a concessão da liberdade²⁷¹ (inclusive, isoladamente, a entrega de passaporte ao juízo²⁷²).

A incompetência do juiz que expediu o decreto para a prisão constitui a alegação mais freqüente²⁷³.

Outros argumentos apresentados em combinação com os acima descritos invocavam: ofensa ao princípio do devido processo legal²⁷⁴, cerceamento da defesa por impossibilidade de acesso aos autos do inquérito policial²⁷⁵, excesso de prazo da prisão preventiva²⁷⁶, impedimento do juiz de primeira instância²⁷⁷ e ausência de fundamentação para a decretação da medida²⁷⁸.

Os TRFs revogaram as prisões preventivas em aproximadamente metade dos acórdãos examinados, afirmando que em todos esses casos se verificava a ausência dos requisitos legais para a sua manutenção, acrescentando, ainda, os seguintes argumentos, em ordem de freqüência:

- Incompetência do juiz que decretou a prisão preventiva e excesso do prazo desta²⁷⁹;
- Inexistência de elementos palpáveis a indicar que o acusado pretendia evadir-se do distrito da culpa²⁸⁰;
- Impossibilidade de justificação da prisão preventiva por mera necessidade de resguardo do meio social e da credibilidade da Justiça, nem pela repercussão pública dos fatos, assim como também não pelo fato de ser o acusado pessoa rica ou por simples presunções de que apenas o aprisionamento evitaria a prática de novos delitos²⁸¹; e
- Presença dos requisitos necessários para o relaxamento da prisão (bons antecedentes, residência fixa no distrito da culpa, atividade lícita etc.)²⁸².

Os TRFs mantiveram aproximadamente metade das prisões decretadas, afirmando que em todos esses casos se verificava a

presença dos requisitos legais para tanto, particularmente indícios de materialidade e autoria (*fumus delicti* e *periculum in mora*), acrescentando, ainda, os seguintes argumentos, em ordem de frequência:

- Competência do juiz de primeira instância e licitude das provas até então produzidas²⁸³;
- Magnitude da lesão²⁸⁴;
- Necessidade da garantia da aplicação da lei penal, diante do fato de que o réu estava foragido²⁸⁵, diante da possibilidade de fuga do réu, estrangeiro²⁸⁶, e porque o réu poderia dificultar a produção de provas (inclusive por meio de ameaças a testemunhas)²⁸⁷;
- Afirmação de que o inquérito policial é peça informativa, o que justifica que seja realizado com menos formalidades do que aquelas típicas do processo penal, sendo permitida a juntada de documentos e peças extraídas de outros procedimentos criminais para a fundamentação do pedido de prisão preventiva²⁸⁸;
- A repercussão nacional dos fatos²⁸⁹; e
- Não há impedimento do juiz pelo fato de este arrolar testemunhas diferentes das enumeradas na denúncia (Art. 502, parágrafo único, CPP)²⁹⁰.

B) PEDIDOS PARA A CONCESSÃO DO DIREITO DE APELAR EM LIBERDADE

Dentre os acórdãos que lidavam com pleitos que buscavam obter a concessão do direito de apelar em liberdade, metade foi concedida e metade negada pelos TRFs.

Em todos os casos, os pacientes haviam sido condenados a elevadas penas de reclusão e multa em primeira instância, sendo que a exigência de recolhimento em estabelecimento penitenciário para recorrer havia sido justificada tanto pelas penas impostas²⁹¹, quanto para garantir a aplicação da lei penal, em face do risco de fuga dos condenados²⁹². Além disso, os juízes alegaram que a liberdade dos condenados representaria risco à ordem pública²⁹³ e não seria admissível diante da magnitude das lesões causadas²⁹⁴.

Os pedidos de liberdade, por sua vez, fundamentaram-se em vários argumentos, entre os quais se destacam:

- O fato de terem os condenados bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita²⁹⁵;
- O fato de terem respondido ao processo em liberdade²⁹⁶; e
- A alegação de que, uma vez proferida a sentença, não se poderia mais falar em garantia da ordem pública²⁹⁷.

Nos acórdãos em que os TRFs mantiveram a proibição de apelar em liberdade, fundamentaram sua decisão na quantidade de pena imposta²⁹⁸, assim como no fato de o paciente ter sido condenado várias vezes em outras ações penais além da condenação especificamente correspondente ao pedido formulado, o que, juntamente com o clamor público gerado, assim como diante do fato de não ter sido recuperado o dinheiro, torna a sua fuga muito provável²⁹⁹.

Já nas decisões favoráveis aos condenados, os argumentos do TRF foram os seguintes³⁰⁰:

- Os condenados tinham bons antecedentes, residência fixa e ocupação lícita, todos inalterados desde a data dos fatos, salvo pela condenação em questão;
- Nenhum dos requisitos do Art. 312, CPP, se fazia presente;
- Não havia indício de fuga, que não se configura pelo simples fato de terem os condenados condições financeiras para tanto; e
- A simples repercussão pública, por mais ampla que seja, não basta para negar o direito de apelar em liberdade.

Vale destacar que todos os casos analisados em que foi permitido ao condenado apelar em liberdade se deram perante o TRF da 4ª Região Federal.

C) PEDIDOS DE LIBERDADE PROVISÓRIA

Dentre os raríssimos pedidos de liberdade provisória, conforme destacado acima, um restou prejudicado pelo fato de ter esta sido concedida mediante o pagamento de fiança antes da apreciação do recurso por parte do TRF³⁰¹.

A situação isolada merecedora de breve análise ocorreu após a denegação da liberdade provisória pelo juiz de primeira instância a pessoa que foi presa em flagrante quando embarcava em vôo

internacional no porte de USD 50 mil não declarados à Receita Federal, sendo que a defesa alegou que, como as cédulas estavam danificadas e deveriam ser trocadas pelo Banco Central norteamericano, o crime imputado – evasão de divisas – seria crime impossível, razão pela qual o paciente deveria ser solto.

O TRF negou a ordem, no entanto, por entender que não havia prova inequívoca de que se tratava de crime impossível pelo fato de algumas das cédulas estarem deterioradas. Além disso, verificou-se que o paciente cumpria pena em regime aberto por condenação anterior, e o novo delito o sujeitava à regressão de regime, o que tornaria incoerente conceder-lhe a liberdade provisória³⁰².

5.3.2 PATRIMÔNIO

Dentre os poucos acórdãos que tratavam de questão cautelar relacionada a patrimônio, havia pedidos de restituição de bens apreendidos³⁰³, interpostos durante o inquérito policial, e de revogação da especialização de hipoteca legal e da medida cautelar de seqüestro de bens³⁰⁴, interposto ao longo da ação penal.

Dentre os pedidos de restituição de bens apreendidos, um foi atendido e o outro, negado, pelos TRFs:

- No primeiro caso³⁰⁵, o impetrante, desejando embarcar no Aeroporto de Congonhas com destino ao Rio de Janeiro, teve USD 29,800.00, que portava juntamente com extratos de contas bancárias suíças, apreendidos. O inquérito policial foi instaurado com base no Art. 22, *caput* e parágrafo único, Lei n. 7.492/86. O juiz de primeira instância negou a restituição do numerário diante do fato de que a sua apreensão se deu juntamente com extratos de conta em banco estabelecido na Suíça, sem comprovação da origem legal do numerário, nem apresentação de declaração da conta bancária aos órgãos competentes. Contra isso, a defesa alegou que o juiz havia confundido dois fatos que não se misturavam: a apreensão de documentos possivelmente indiciários de crime e a apreensão de numerário cuja posse é absolutamente legítima.

O TRF acolheu a argumentação da defesa, entendendo não haver necessidade de provas para se concluir que o simples porte ou a circulação de moeda estrangeira em território nacional não

constitui crime. Por isso, determinou que o numerário apreendido fosse restituído.

- No segundo caso³⁰⁶, instaurou-se inquérito policial visando apurar a eventual prática de infrações penais tipificadas nas Leis n. 7.492/86 e n. 9.613/98, havendo sido realizada busca e apreensão de documentos e valores nas dependências da empresa investigada. O Juízo Federal indeferiu o pedido de restituição perante ele formulado por entender presentes os requisitos do *fumus boni iuris* e do *periculum in mora*, ante indícios veementes da prática dos ilícitos penais previstos nas Leis n. 7.492/86 e n. 9.613/98. Em seu recurso, a defesa pleiteou a restituição dos bens apreendidos, com base nos §§1º e 2º do Art. 4º, Lei n. 9.613/98, que determinam referida liberação caso decorram 120 dias após a diligência sem que a denúncia seja oferecida, e desde que provada a licitude de sua origem, como afirmava ser o caso. No entanto, o TRF afirmou tratar-se, no caso, de providências cautelares sobre a prova, as quais não se submetem ao prazo mencionado, mas ao que determina o Art. 118, CPP, ou seja, o levantamento da medida com a devolução do acervo apreendido só é possível quando não mais interessar ao deslinde da causa. Assim, não seriam aplicáveis os §§1º e 2º do Art. 4º, Lei n. 9.613/98, pelo que negou a restituição dos bens.

Quanto ao pedido de revogação da especialização de hipoteca legal e da medida cautelar de seqüestro de bens³⁰⁷, ele foi atendido apenas parcialmente, no que dizia respeito ao arresto de bem de terceiro:

- Durante o trâmite de inquérito policial, o Ministério Público Federal requereu a especialização de hipoteca legal bem como a concessão de medida cautelar de seqüestro de bens móveis e imóveis, o que foi deferido pelo juiz de primeira instância. O Réu apelou, objetivando a reforma da decisão alegando inexistir a necessária caracterização dos requisitos autorizadores da medida cautelar, por não terem sido demonstrados indícios veementes da proveniência ilícita dos bens, sendo que alguns deles teriam sido adquiridos antes da prática do delito imputado ao réu, e um deles, inclusive, fora vendido antes da efetivação do pedido de especialização. Apontou ainda não estar configurado

o *periculum in mora*, porquanto não demonstrada a necessidade de acautelamento do pagamento da pena pecuniária.

O TRF entendeu não merecerem acolhimento as teses expostas, não havendo que se confundir a medida assecuratória prevista no Art. 136, CPP, com o seqüestro disposto no Art. 125, CPP. A primeira tem o sentido de arresto, pois visa a retenção dos bens do réu, tantos quantos forem suficientes para cobrir o valor do débito. Já a segunda visa reter uma coisa certa, determinada, objetivando a conservação dos bens adquiridos com os proventos da infração. Ressaltou tratar-se tecnicamente de arresto, o que afasta qualquer discussão acerca da proveniência dos bens. Ademais, para a realização dessa providência acautelatória, basta a prova da materialidade e os indícios da autoria delitivas. Quanto ao veículo vendido pelo réu antes da efetivação do pedido de especialização, o TRF lhe deu razão, determinando que o veículo fosse excluído da constrição judicial, e concedendo ao Ministério Público Federal a faculdade de indicar outro bem em seu lugar.

5.3.3 SIGILO FISCAL

Ainda analisando o grupo das medidas cautelares tem-se apenas uma situação isolada relacionada à quebra de sigilo fiscal.

- No Mandado de Segurança 2001.05.00.14084-9/CE, a defesa pleiteou a suspensão da quebra do sigilo fiscal dos acusados, bem como que a autoridade policial se abstivesse de utilizar o produto da invasão da intimidade da empresa do paciente, ao argumento de falta de motivação para a decretação da ordem. O TRF entendeu que a decisão de primeira instância estava devidamente fundamentada, dado que reconhecia indícios de autoria e materialidade dos delitos e destacava ser apenas mediante a quebra do sigilo fiscal possível colher outras provas para se constatar a ocorrência efetiva não só desses delitos, como também de outros, havendo notícia de lavagem de dinheiro. Assim, concluiu não haver ilegalidade.

No entanto, deve ser ressaltado que esta decisão se deu por maioria, sendo que o voto vencido pugnava pela concessão da ordem afirmando que não se vislumbrava, na situação, a real necessidade e imprescindibilidade da quebra do sigilo bancário,

por não haver contra o investigado sequer indícios veementes da prática do delito sob investigação, mas apenas a notícia da possível ocorrência de crime.

5.4 COMPETÊNCIA

Conforme verificado na análise da evolução das decisões dos TRFs, o número de julgados que tratam de problemas atinentes à fixação da competência nos TRFs é demasiadamente reduzido para comportar desagregação para fins estatísticos.

Destaca-se, inicialmente, que as decisões sobre fixação de competência observadas nos TRFs são tomadas, majoritariamente, no âmbito de Recursos em Sentido Estrito, raramente, em sede de *Habeas Corpus* e apenas isoladamente e sob ponto de vista procedimental em situações de Correição Parcial. Ademais, há muito poucos Conflitos de Competência entre os acórdãos analisados.

Verifica-se, ainda, que a maior parte das decisões sobre competência ocorreram na 4ª Região Federal e que mais da metade do número total de decisões sobre competência analisadas derivaram de recursos originários do Rio Grande do Sul, enquanto que nenhum acórdão sorteado na amostra do TRF da 2ª Região Federal tem o seu foco neste tema específico.

No total de acórdãos que decidem sobre questões relativas à fixação da competência, pouco mais da metade determina a fixação da competência junto à Justiça Federal e pouco menos da metade, junto à Justiça Estadual. Isoladamente, foi fixada a competência de Vara Especializada para o julgamento dos crimes previstos na Lei n. 7.492/86 e na Lei n. 9.613/98.

Os casos de fixação da competência versavam em sua maior parte sobre a natureza da infração, como se verá a seguir. Identificamos, também, casos isolados de fixação da competência em razão do local da infração³⁰⁸, uma situação de conexão intersubjetiva concursal³⁰⁹ e uma de questionamento da constitucionalidade da criação das Varas Especializadas para o julgamento dos crimes da Lei n. 7.492/86 e da Lei n. 9.613/98 pelo TRF da 4ª Região Federal³¹⁰.

5.4.1 FIXAÇÃO DA COMPETÊNCIA EM RAZÃO DA NATUREZA DA INFRAÇÃO

Dentre os acórdãos dos TRFs que decidiram sobre fixação da

competência, a grande maioria partiu da natureza dos fatos que determinaram a instauração dos inquéritos policiais ou ações penais, tendo sido postulada, na maioria dos casos, a fixação da competência junto à Justiça Federal comum, e apenas isoladamente junto à Justiça Estadual ou às Varas Especializadas para o julgamento dos crimes previstos na Lei n. 7.492/86 e na Lei n. 9.613/98.

As principais alegações identificadas nos acórdãos que pleiteavam a determinação da competência da Justiça Federal com base na natureza das condutas foram: (i) os fatos narrados na denúncia referem-se à ofensa ao Sistema Financeiro Nacional (sobretudo em virtude de caracterização de financiamento e não mero empréstimo) e (ii) a conduta dos acusados ofendeu interesse da União e de autarquia federal.

Pouco mais da metade dos pleitos de fixação da competência na Justiça Federal foi acolhida, sendo que, em situação isolada, foi fixada a competência de Vara Especializada para o julgamento dos crimes previstos na Lei n. 7.492/86 e na Lei n. 9.613/98, ao passo que a maior parte dos pedidos acolhidos resultou na remessa dos autos para a Justiça Federal comum.

Dentre as decisões que determinaram a competência da Justiça Federal, verifica-se que os argumentos utilizados para tanto variaram largamente, sem que se pudesse identificar uma linha de raciocínio recorrente. Entre outros, os TRFs:

- Reconheceram a ocorrência de conexão intersubjetiva concursal para fins de aditamento da denúncia³¹¹.
- Afirmaram que o desvio de recursos de grupos de consórcios por dirigentes de suas empresas administradoras representa uma lesão ao Sistema Financeiro Nacional como um todo e, mais especificamente, abala a credibilidade do instituto do consórcio, não podendo ser visto como algo que prejudique apenas os consorciados³¹².
- Identificaram a presença de lesão aos interesses da União quando ocorre desvio de finalidade na aplicação de recursos financiados no âmbito de programas públicos de incentivo específicos, pois os correspondentes empréstimos não são feitos com o intuito de obtenção de lucro, mas sim como instrumento de políticas públicas específicas, com interesse claro e específico da União³¹³.

Pouco menos da metade dos pleitos de fixação da competência na Justiça Federal foram negados, sendo nestes casos fixada a competência da Justiça Estadual. Em todos os casos analisados, esta decisão se deu com base no argumento de que não se teria verificado a ocorrência de crime contra o Sistema Financeiro Nacional nem prejuízo à União.

Na maior parte dos casos analisados nesse item, a discussão girava em torno da rejeição da denúncia pela conduta tipificada no Art. 19, Lei n. 7.492/86, pela Justiça Federal de primeira instância com base no argumento de que a situação fática não trataria de financiamento, mas sim de empréstimo, resultando atípica a conduta descrita em relação ao crime contra o Sistema Financeiro Nacional. Em todos esses casos, os TRFs, normalmente em adesão à argumentação do juízo singular, afirmaram que:

- a doutrina confere ao termo “financiamento” o sentido de empréstimo vinculado, característica que o diferenciaria do mútuo, abertura de crédito, crédito rotativo etc., e que, ainda que se reconheça que a doutrina não é unânime a respeito, a dúvida interpretativa deve militar em favor do réu³¹⁴;
- o termo “financiamento” deve ser tomado restritivamente como “contrato em que o empréstimo do capital deve estar, obrigatoriamente, atrelado a um fim específico, de conhecimento da instituição financeira”³¹⁵; e
- a natureza dos recursos, ou seja, se o fundo é público ou privado, não é elemento divisor da competência, porquanto a causa de aumento prevista no Art. 19, parágrafo único, Lei n. 7.492/86, seria redundante acaso sempre derivassem da União³¹⁶.

Isoladamente, o Ministério Público Federal buscou fosse determinada a competência da Justiça Federal para julgar crime contra a ordem econômica, ao argumento de que a autarquia federal incumbida da fiscalização da atividade econômica correspondente teria sido ofendida e, com isso, teria sido atingido interesse da União. No entanto, o TRF negou esse entendimento, estabelecendo que normas de defesa da ordem econômica não se confundem com a lei de proteção ao Sistema Financeiro Nacional³¹⁷.

No que tange a pedidos de fixação da competência da Justiça Estadual, verificou-se, dentre os casos analisados, situação isolada em que se visava fosse declarada incompetente a Justiça Federal por meio da impetração de *Habeas Corpus* ao argumento de que a conduta descrita na denúncia se enquadraria na Lei n. 1.521/50, como crime contra a economia popular, e não na Lei dos crimes contra o Sistema Financeiro.

O TRF acolheu o pedido formulado, anulando todos os atos decisórios formulados pelo Juízo Federal e fixando a competência na Justiça Estadual³¹⁸. A decisão foi fundamentada ao argumento de que os fatos não configuravam crime contra o Sistema Financeiro Nacional, mas sim contra a economia popular, uma vez que se tratava de empréstimos de recursos próprios e não de terceiros. Assim, a conduta delitiva não se enquadraria nos requisitos da Lei n. 7.492/86, mas sim nos moldes do crime de usura (Lei n. 1.521/51). O TRF invocou também o Enunciado n. 498 da Súmula do STF³¹⁹, que pacificou o entendimento de que é competência da Justiça Estadual processar e julgar crimes contra a economia popular.

ANEXO I

**TABELA 1. DISTRIBUIÇÃO DE ACÓRDÃOS
POR ESTADO DE ORIGEM E INSTÂNCIAS
Brasil - 1989-2005**

ESTADO DE ORIGEM	TRIBUNAL		TOTAL
	STJ	TRF	
SP	33,2%	29,3%	29,9%
RJ	17,7%	15,0%	15,4%
PR	13,3%	13,9%	13,8%
RS	12,4%	9,5%	10,0%
SC	4,0%	4,0%	4,0%
ES	— *	— *	— *
MS	— *	— *	— *
Estados do TRF1	13,3%	17,6%	16,8%
Estados do TRF5	4,0%	8,5%	7,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e DIREITO GV.

★ A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

**TABELA 2. DISTRIBUIÇÃO DE ACÓRDÃOS
POR VOTAÇÃO UNÂNIME E INSTÂNCIAS
Brasil - 1989-2005**

VOTAÇÃO UNÂNIME	TRIBUNAL		TOTAL
	STJ	TRF	
Sim	94,6%	86,5%	87,9%
Não	5,4%	11,5%	10,4%
Sim e Não	— *	— *	— *
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e DIREITO GV.

★ A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

**TABELA 3. DISTRIBUIÇÃO DE ACÓRDÃOS
POR TIPO DE RECURSO E INSTÂNCIAS
Brasil - 1989-2005**

TIPO DE RECURSO	TRIBUNAL		TOTAL
	STJ	TRF	
Apelação Criminal	— *	49,6%	41,0%
Habeas Corpus	25,4%	36,3%	34,4%
Conflito de Competência	33,9%	— *	6,9%
Recurso Ordinário em Habeas Corpus	18,8%	— *	4,3%
Recurso Especial	18,8%	— *	3,2%
Recurso em Mandado de Segurança	— *	— *	— *
Outros	— *	11,2%	9,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e DIREITO GV.

* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

**TABELA 4. DISTRIBUIÇÃO DE ACÓRDÃOS
POR RECORRENTE/IMPETRANTE E INSTÂNCIAS
Brasil - 1989-2005**

RECORRENTE/ IMPETRANTE	TRIBUNAL		TOTAL
	STJ	TRF	
Defesa	50,4%	67,4%	64,4%
Ministério Público	14,7%	24,8%	23,0%
Defesa e Ministério Público	— *	6,2%	5,1%
Assistente da acusação	— *	— *	— *
Recursos de ofício	— *	— *	— *
União	— *	— *	— *
Não se aplica	33,9%	— *	6,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e DIREITO GV.

* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

TABELA 5. DISTRIBUIÇÃO DE ACÓRDÃOS
POR MOMENTO DE INTERPOSIÇÃO DO RECURSO E INSTÂNCIAS
Brasil - 1989-2005

MOMENTO	TRIBUNAL		TOTAL
	STJ	TRF	
No decorrer do Inquérito Policial	22,3%	7,3%	9,9%
Entre a denúncia e o recebimento	4,0%	9,4%	8,5%
No decorrer da Ação Penal	49,6%	29,8%	33,2%
Após a Sentença	18,8%	52,0%	46,2%
Não há indicação no acórdão	5,4%	— *	2,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e DIREITO GV.

★ A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

TABELA 6. DISTRIBUIÇÃO DE ACÓRDÃOS
POR TIPIFICAÇÃO DA ACUSAÇÃO E INSTÂNCIAS
Brasil - 1989-2005

TIPOS	TRIBUNAL		TOTAL
	STJ	TRF	
Art. 3º, caput (“Divulgação de informação falsa ou incompleta sobre instituição financeira”)	— *	— *	— *
Art. 4º, caput (“Gestão fraudulenta”)	14,7%	17,8%	17,3%
Art. 4º, parágrafo único (“Gestão temerária”)	6,3%	6,3%	6,3%
Art. 5º, caput (“Apropriação indébita financeira”)	12,1%	14,1%	13,7%
Art. 5º, parágrafo único (“negociação não autorizada”)	— *	— *	— *
Art. 6º, caput (“Estelionato financeiro”)	4,5%	5,2%	5,1%
Art. 7º, caput (“Emissão irregular de títulos ou valores mobiliários”)	4,5%	3,8%	3,9%
Art. 8º, caput (“Concussão financeira”)	— *	— *	1,2%
Art. 9º, caput (“Fraude à fiscalização financeira”)	— *	— *	— *

Art. 10, caput ("Falsidade ideológica em documentos financeiros")	— *	3,5%	3,1%
Art. 11, caput ("Movimentação de recursos em contabilidade paralela")	— *	2,4%	2,2%
Art. 13, caput ("Desvio de bens indisponíveis")	— *	— *	— *
Art. 15, caput ("Manifestação ideologicamente falsa")	— *	— *	— *
Art. 16, caput ("Exercício ilegal de instituição financeira")	16,1%	16,9%	16,8%
Art. 17, caput ("Concessão de empréstimos vedados")	12,9%	11,4%	11,7%
Art. 17, parágrafo único, I ("Usurpação de função financeira")	— *	— *	— *
Art. 17, parágrafo único, II ("Distribuição disfarçada de lucros")	— *	— *	— *
Art. 18, caput ("Violação de sigilo financeiro")	— *	— *	— *
Art. 19, caput ("Obtenção de financiamento mediante fraude")	4,9%	9,2%	8,5%
Art. 19, parágrafo único ("Obtenção de financiamento mediante fraude em detrimento de instituição financeira oficial")	— *	5,1%	4,4%
Art. 20, caput ("Desvio na aplicação de financiamento")	5,4%	13,9%	12,4%
Art. 21, caput ("Falsa identidade para fim de operação de câmbio")	— *	— *	— *
Art. 21, parágrafo único ("Sonegação de informações para fins cambiais")	— *	— *	— *
Art. 22, caput ("Evasão de divisas")	7,1%	11,2%	10,5%
Art. 22, parágrafo único ("Evasão de divisas e manutenção de depósitos não declarados no exterior")	4,9%	10,9%	9,9%
Art. 23, caput ("Prevaricação financeira")	— *	— *	— *
Não há indicação no acórdão	16,1%	3,5%	5,6%

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e DIREITO GV.

★ A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

TABELA 7. DISTRIBUIÇÃO DE ACÓRDÃOS POR TIPO DE DECISÃO E INSTÂNCIAS
Brasil - 1989-2005

TIPO DE DECISÃO	TRIBUNAL		TOTAL
	STJ	TRF	
Mérito – Grupo A	14,0%	48,7%	42,7%
Prosseguimento da investigação ou perseguição – Grupo B	41,1%	38,9%	39,3%
Medida cautelar (relacionada à liberdade ou ao patrimônio) – Grupo C	7,0%	7,5%	7,4%
Competência – Grupo D	38,0%	— *	10,7%
Total	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e DIREITO GV.

* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

TABELA 8. DISTRIBUIÇÃO DE ACÓRDÃOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, POR EVOLUÇÃO DA DECISÃO
Brasil - 1989-2005

GRUPO A – MÉRITO	EVOLUÇÃO DA DECISÃO	% EM RELAÇÃO AO STJ	% EM RELAÇÃO AO GRUPO
	Condenação-Condenação-Condenação	9,3%	66,7%
	Condenação-Absolvição-Condenação	— *	— *
	Absolvição-Condenação-Condenação	— *	— *
	Absolvição-Absolvição-Condenação	— *	— *
	Condenação-Absolvição-Absolvição	— *	— *
Total			100%

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e DIREITO GV.

* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

TABELA 8A. DISTRIBUIÇÃO DE ACÓRDÃOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, POR EVOLUÇÃO DA DECISÃO (CONSOLIDADA)
Brasil - 1989-2005

GRUPO A – MÉRITO	EVOLUÇÃO DA DECISÃO	% EM RELAÇÃO AO STJ	% EM RELAÇÃO AO GRUPO
	Condenação	13,2%	94,4%
	Condenação-Absolvição-Absolvição	— *	— *
Total			100%

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e DIREITO GV.

★ A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

TABELA 9. DISTRIBUIÇÃO DE ACÓRDÃOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, POR EVOLUÇÃO DA DECISÃO
Brasil - 1989-2005

GRUPO B – PROSSEGUIMENTO	EVOLUÇÃO DA DECISÃO	% EM RELAÇÃO AO STJ	% EM RELAÇÃO AO GRUPO
	Prosseguimento-Prosseguimento	23,3%	56,6%
	Prosseguimento-Trancamento	9,3%	22,6%
	Trancamento-Prosseguimento	— *	— *
	Trancamento-Trancamento	— *	— *
	Outros	— *	— *
Total			100%

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e DIREITO GV.

★ A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

TABELA 9A. DISTRIBUIÇÃO DE ACÓRDÃOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, POR EVOLUÇÃO DA DECISÃO (CONSOLIDADO)
Brasil - 1989-2005

GRUPO B – PROSSEGUIMENTO	EVOLUÇÃO DA DECISÃO	% EM RELAÇÃO AO STJ	% EM RELAÇÃO AO GRUPO
	Prosseguimento-Prosseguimento ou Trancamento-Prosseguimento	27,1%	66,0%
	Prosseguimento-Trancamento ou Trancamento-Trancamento	13,2%	32,1%
	Outros	— *	— *
Total			100%

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e DIREITO GV.

* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

TABELA 10. DISTRIBUIÇÃO DE ACÓRDÃOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, POR EVOLUÇÃO DA DECISÃO
Brasil - 1989-2005

GRUPO D – COMPETÊNCIA	EVOLUÇÃO DA DECISÃO	% EM RELAÇÃO AO STJ	% EM RELAÇÃO AO GRUPO
	Justiça Federal-Justiça Estadual	24,8%	65,3%
	Justiça Estadual-Justiça Federal	— *	— *
	Justiça Estadual-Justiça Estadual	— *	— *
	Justiça Federal-Justiça Federal	— *	— *
	Outros	— *	— *
Total			100%

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e DIREITO GV.

* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

TABELA 10A. DISTRIBUIÇÃO DE ACÓRDÃOS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA, POR EVOLUÇÃO DA DECISÃO (CONSOLIDADO)
Brasil - 1989-2005

GRUPO D – COMPETÊNCIA	EVOLUÇÃO DA DECISÃO	% EM RELAÇÃO AO STJ	% EM RELAÇÃO AO GRUPO
	Justiça Federal-Justiça Estadual		
	Justiça Estadual-Justiça Estadual	28,7%	75,5%
	Justiça Estadual-Justiça Federal		
	Justiça Federal-Justiça Federal	7,8%	20,4%
	Outros	— *	— *
Total			100%

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e DIREITO GV.

* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

TABELA 11. DISTRIBUIÇÃO DE ACÓRDÃOS DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS POR EVOLUÇÃO DA DECISÃO
Brasil - 1989-2005

GRUPO A – MÉRITO	EVOLUÇÃO DA DECISÃO	% EM RELAÇÃO AO TRF	% EM RELAÇÃO AO GRUPO
	Condenação-Condenação	22,9%	47,0%
	Condenação+Extinção da Punibilidade	8,7%	17,7%
	Absolvição-Absolvição	5,9%	12,1%
	Absolvição-Condenação	3,6%	7,5%
	Condenação-Absolvição	— *	— *
	Pluralidade de decisões	3,6%	7,3%
	Outros	— *	— *
Total			100%

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e DIREITO GV.

* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

TABELA IIA. DISTRIBUIÇÃO DE ACÓRDÃOS DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS POR EVOLUÇÃO DA DECISÃO (CONSOLIDADA)

Brasil - 1989-2005

GRUPO A - MÉRITO	EVOLUÇÃO DA DECISÃO	% EM RELAÇÃO AO TRF	% EM RELAÇÃO AO GRUPO
	Condenação-Condenação	22,9%	47,0%
	Condenação+Extinção da Punibilidade	8,7%	17,7%
	Absolvição-Absolvição e Condenação-Absolvição	9,5%	18,6%
	Absolvição-Condenação	3,6%	7,5%
	Pluralidade de decisões	3,6%	7,3%
	Outros	— *	— *
Total			100%

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e DIREITO GV.

TABELA 12. DISTRIBUIÇÃO DE ACÓRDÃOS DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS POR EVOLUÇÃO DA DECISÃO

Brasil - 1989-2005

GRUPO B - PROSSEGUIMENTO	EVOLUÇÃO DA DECISÃO	% EM RELAÇÃO AO TRF	% EM RELAÇÃO AO GRUPO
	Prosseguimento	24,0%	61,8%
	Trancamento	7,0%	18,0%
	Trancamento-Prosseguimento	— *	— *
	Trancamento-Trancamento	— *	— *
	Pluralidade de decisões	— *	— *
	Outros	4,0%	10,3%
Total			100%

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e DIREITO GV.

* A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

TABELA 12A. DISTRIBUIÇÃO DE ACÓRDÃOS DOS TRIBUNAIS REGIONAIS FEDERAIS POR EVOLUÇÃO DA DECISÃO (CONSOLIDADA)
Brasil - 1989-2005

GRUPO B – PROSSEGUIMENTO	EVOLUÇÃO DA DECISÃO	% EM RELAÇÃO AO TRF	% EM RELAÇÃO AO GRUPO
	Prosseguimento ou Trancamento-Prosseguimento	24,8%	60,2%
	Trancamento ou Trancamento-Trancamento	8,50%	20,7%
	Pluralidade de decisões	— *	— *
	Outros	4,0%	10,3%
Total			100%

Fonte: Tribunais Regionais Federais, Superior Tribunal de Justiça e DIREITO GV.

★ A amostra não comporta a desagregação para esta categoria.

ANEXO 2

QUADRO I

RECURSO	TIPIFICAÇÃO DA CONDENAÇÃO	PENA APLICADA
HC 33674-SP	Não há indicação no acórdão. [A denúncia imputou ao réu a prática dos crimes tipificados nos Arts. 4º, caput, 5º, caput, 7º, IV, e 9º, Lei n. 7.492/86].	8 anos de reclusão, regime inicial semi-aberto
PExt no HC 7842-RJ	Art. 7º, III, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 29, CP, em concurso material com art. 3º, VI, L 1521/51, em continuidade delitiva.	24 anos e 8 meses, sendo os primeiros 8 anos de reclusão e os demais de detenção, em regime fechado, e multa.
REsp 78681-RJ	Art. 4º, caput, Lei n. 7.492/86	5 anos de reclusão (não há informação sobre o regime de cumprimento).

Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 2

RECURSO	TIPIFICAÇÃO DA CONDENAÇÃO	PENA APLICADA	SUBSTITUIÇÃO²⁷
REsp 478968-PR	Art. 20, Lei n. 7.492/86	2 anos e 4 meses de reclusão, 50 dias-multa, em valor unitário de 1/10 do salário-mínimo vigente à data do fato. Regime inicial de cumprimento aberto.	2 PRDs: (i) prestação pecuniária, de 05 salários mínimos, destinados a entidade que preste relevantes serviços à sociedade, e (ii) prestação de serviços à comunidade ou à entidade públicas.
REsp 573399-RS	Arts. 4º e 5º, Lei n. 7.492/86, em concurso formal	3 anos de reclusão, 97 dias -multa, no valor unitário de 1 salário mínimo.	2 PRDs: (i) prestação pecuniária de 1 salário mínimo mensal pelo tempo previsto para a pena de reclusão e (ii) prestação de serviços comunitários.
HC 28476-RJ	Art. 13, Lei n. 7.492/86	3 réus: 3 anos de reclusão e 50 dias-multa, 2 anos e 3 meses de reclusão e 40 dias-multa, e 2 anos de reclusão e 30 dias-multa, respectivamente, em regime inicial semi-aberto.	O STJ determinou que fosse concedida a substituição da PPL pela PRD.
REsp 702042-PR	Art. 4º, parágrafo único, Lei n. 7.492/86	2 anos e 4 meses de reclusão ²⁸ , 30 dias-multa.	Foram fixadas 2 PRDs, não especificadas no acórdão.
REsp 644277-PR	Arts. 4º, parágrafo único, e 16, Lei n. 7.492/86	3 anos de reclusão, em regime aberto, e 20 dias -multa, no valor unitário de 1/2 salário mínimo.	Foram aplicadas 2 PRDs, apenas uma delas especificada no acórdão: prestação pecuniária de 1 salário mínimo mensal pelo tempo da condenação.
HC 24543-RJ	Art. 16, Lei n. 7.492/86	2 anos e 6 meses de reclusão e multa.	Foram aplicadas 2 PRDs, mas não há informação sobre quais no acórdão.
HC 29327-RS	Art. 5º, Lei n. 7.492/86	3 anos e 6 meses de reclusão e 100 dias-multa.	Foram aplicadas 2 PRDs, uma delas a ser fixada pelo Juízo da execução penal, e prestação pecuniária, equivalente à pena de multa.

Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 3

RECURSO	TIPIFICAÇÃO DA CONDENAÇÃO	PENA APLICADA
REsp 633225-RS	Art. 16, Lei n. 7.492/86	1 ano de reclusão e pagamento de 60 dias-multas.
HC 33743-RJ	Art. 17, Lei n. 7.492/86	3 (anos) anos de reclusão, em regime fechado, e multa.
HC 6764-SP	Art. 4º, parágrafo único, Lei n. 7.492/86	4 anos de detenção, regime inicial semi-aberto. O STJ arbitrou a fiança em R\$ 12.000,00, afirmando que, não promovido o depósito, a sentença condenatória poderia ser legitimamente cumprida com a prisão do paciente.

Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 4

GRUPO CAUTELAR - LIBERDADE			
Nº PROCESSO	RECORRENTE/IMPETRANTE	PEDIDO	RESULTADO STJ
HC 27299-ES	Defesa	Revogação da prisão preventiva	Manutenção da Prisão Preventiva
HC 47712-RJ	Defesa	Revogação da prisão preventiva	Revogação da Prisão Preventiva
HC 29684-RJ	Defesa	Revogação da prisão preventiva	Manutenção da prisão preventiva
HC 10329-PR	Defesa	Revogação da prisão preventiva	Manutenção da prisão preventiva
REsp 672895-PR	MPF	Decretação da prisão preventiva	Prejudicado em face da condenação ⁷⁷ .
HC 43598-PR	Defesa	Não aplicação da pena antes do trânsito em julgado (em face de julgamento de recurso especial pendente)	Execução da pena antes do trânsito em julgado (em face de julgamento de recurso especial pendente)

Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 5

PRIMEIRA INSTÂNCIA	TRFS	DETALHES
Absolvição	Condenação	Individualização da PPL
		Substituição das PPLs individualizadas por PRDs
		Suspensão da execução da PPL
		Extinção da punibilidade com base na pena individualizada
Condenação	Condenação	Manutenção da PPL e da multa
		Manutenção da PPL e redução da multa
		Manutenção da PPL e aumento da multa
		Redução da PPL e da multa
		Redução da PPL e manutenção da multa
		Redução da PPL e aumento da multa
		Redução da PPL para um co-réu e manutenção da PPL para o outro, manutenção da multa para ambos
		Aumento da PPL e da multa
		Aumento da PPL
		Redução do número de PRDs
		Manutenção da PRD aplicada a um co-réu e substituição da PPL (não substituída em primeira instância) por PRD
	Pluralidade de decisões	Manutenção da condenação de um co-réu e absolvição do outro

Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 6

RECURSO	TIPIFICAÇÃO DA CONDENAÇÃO	PENA APLICADA	SUBSTITUIÇÃO ¹⁴³
ACR 1998.33 .00.004795 -8-BA	Art. 17, Lei n. 7.492/86	3 anos e 4 meses de reclusão, multa, para dois co-réus.	2 PRDs: (i) prestação pecuniária, de 40 salários mínimos, destinados a entidade beneficente, e (ii) prestação de serviços à comunidade.
		2 anos e 8 meses de reclusão, e multa, para quatro co-réus.	2 PRDs: (i) prestação pecuniária, de 40 salários mínimos, destinados a entidade beneficente, e (ii) prestação de serviços à comunidade, para um co-réu.
			2 PRDs: (i) prestação pecuniária, de 30 salários mínimos, destinados a entidade beneficente, e (ii) prestação de serviços à comunidade, para um co-réu.
			2 PRDs: (i) prestação pecuniária, de 20 salários mínimos, destinados a entidade beneficente, e (ii) prestação de serviços à comunidade, para dois co-réus.
ACR 2001.01 .00.045919 -4-MT	Art. 20, Lei n. 7.492/86	2 anos de reclusão, e multa e uma prestação de serviços à comunidade, ambas pelo prazo de dois anos.	2 PRDs: (i) limitação de fim-de-semana e (ii) prestação de serviços à comunidade, pelo tempo previsto para a pena de reclusão.
ACR 2002.02 .01.005903 -2-RJ	Art. 5º, Lei n. 7.492/86	3 anos e 6 meses de reclusão, e multa.	2 PRDs: (i) prestação pecuniária, e (ii) prestação de serviços à comunidade em benefício de entidade a ser apontada pelo juízo da execução.
ACR 2002.02 .01.002638 -5-RJ	Arts. 22, parágrafo único, Lei n. 7.492/86	1 ano e 8 meses de reclusão, e multa.	1 PRD: prestação de serviços gratuitos à comunidade, em forma a ser fixada pelo juízo da execução.

ACR 2000.03 .99.073638 -4-SP	Arts. 5º e 16, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 71, CP	2 anos, 4 meses e 24 dias de reclusão, e multa, por infração ao Art. 5º, e 1 ano, e multa, por infração ao Art. 16.	As PPLs foram substituídas por 3 PRDs em primeira instância. O TRF reduziu o número de PRDs para 2, argumentando ter ocorrido excesso punitivo, sendo obrigatório, no concurso material, aplicarem-se as penas cumulativamente, posto que a soma das penas não superiores a quatro anos é mais benéfica ao réu do que a sua consideração isolada (Art. 44, §2º, CP), o que justifica a redução do número de PRDs.
ACR 2000.60 .04.000417 -9-SP	Art. 16, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 71, CP.	1 ano de reclusão, e multa.	1 PRD: prestação de serviços à comunidade.
ACR 2002.03 .99.016829 -9-SP	Art. 16, Lei n. 7.492/86, c/c Arts. 29 e 71, CP.	1 ano, 11 meses e 10 dias de reclusão, em regime aberto, e multa.	2 PRDs (não se menciona quais).
ACR 1999.03 .99.030642 -7-SP	Art. 4º, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 29, CP.	3 anos de reclusão, e multa, para cinco co-réus.	2 PRDs: (i) prestação de serviços à comunidade, e (ii) prestação pecuniária de 30 salários-mínimos.
ACR 97.03 .015745-9-SP	Arts. 10 e 17, Lei n. 7.492/86.	Art. 17: 3 anos de reclusão e multa; Art. 10: 2 anos e 2 meses de reclusão.	2 PRDs: prestação de serviços à comunidade e a entidades públicas.
ACR 2001.04 .01.066314 -2-SC	Art. 19, caput, e parágrafo único, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 71, CP.	3 anos e 4 meses de reclusão, e multa.	2 PRDs: (i) prestação de serviços à comunidade com duração igual à pena de reclusão, e (ii) prestação pecuniária conforme estabelecida em 1ª instância.
ACR 2001.04 .01.003993 -8-RS	Art. 16, Lei n. 7.492/86.	1 ano e 6 meses de reclusão, e multa.	2 PRDs: (i) prestação de serviços à comunidade, durante 1 hora por dia de condenação, e (ii) prestação pecuniária, no valor de 15 salários mínimos.

ACR 2000.70 .02.001210 -1-PR	Art. 22, parágrafo único, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 14, II, CP.	2 anos de reclusão, e multa.	2 PRDs: (i) prestação de serviços à comunidade, durante o prazo da condenação, e (ii) pena pecuniária fixada em ¼ do salário mínimo, mensalmente, pelo período de 2 anos, a ser entregue diretamente à instituição designada pela 1ª instância.
ACR 2001.04 .01.087637 -0-PR	Art. 20, Lei n. 7.492/86, c/c os Arts. 29, 70 e 171, §2º, III, CP.	2 anos e 4 meses, e multa.	2 PRDs: (i) prestação pecuniária, no valor de 5 salários mínimos, e (ii) prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas.
ACR 2002.04 .01.008577 -1-PR	Art. 17, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 71, CP.	2 anos e 11 meses, e multa.	2 PRDs: (i) prestação pecuniária, no valor de 45 salários mínimos, a entidade pública com destinação social, a ser parcelada pelo tempo da pena originalmente aplicada, e (ii) prestação de serviços à comunidade, pelo período de metade da pena de reclusão imposta, à razão de 1 hora de tarefas por dia de condenação.
ACR 2002.04. 01.037299 -1-RS	Art. 4º, parágrafo único, Lei n. 7.492/86.	1 ano e 4 meses de reclusão, e multa.	2 PRDs: (i) prestação de serviços a comunidade ou a entidade pública pelo tempo da condenação imposta, e (ii) prestação pecuniária no valor de 6 salários mínimos.
ACR 2004.04 .01.012619 -8-PR	Art. 22, parágrafo único, Lei n. 7.492/86.	2 anos e 3 meses de reclusão, e multa.	2 PRDs: (i) prestação de serviços à comunidade, e (ii) prestação pecuniária de 20 salários mínimos, em favor de entidade beneficente.
ACR 2000.71 .13.000264 -5-RS	Art. 16, Lei n. 7.492/86.	1 ano e 6 meses de reclusão, e multa, para um co-réu, e 10 meses de reclusão, e multa, para outro co-réu.	2 PRDs: (i) prestação de serviços à comunidade ou entidades públicas, e (ii) prestação pecuniária de 9 salários mínimos em benefício de instituição social.

			1 PRD: prestação pecuniária de 3 salários mínimos em benefício de instituição social.
ACR 99.05 .47628 -8-PE	Art. 20, Lei n. 7.492/86.	2 anos de reclusão, e multa.	1 PRD: prestação de serviços à comunidade, pelo prazo da pena de reclusão.

Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 7

RECURSO	TIPIFICAÇÃO DA CONDENAÇÃO	PENA APLICADA	ARGUMENTO CONTRA A SUBSTITUIÇÃO
ACR 2001.02 .01.032332 -6-RJ	Art. 5º, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 340, CP, na forma do Art. 69, CP.	Não há informação no acórdão.	Só fazem jus à substituição aqueles que preencham, simultaneamente, todos os requisitos elencados no Art. 44, CP. Os apelantes não os satisfazem, os requisitos do inciso III deste artigo, o que torna inviável a substituição.
ACR 2001.03 .99.031616 -8-SP	Art. 16, Lei n. 7.492/86.	3 anos de reclusão, e multa.	Descabe a substituição da pena PPL por PRD, pois ela somente é aplicável se a culpabilidade, os antecedentes, a conduta social e a personalidade do condenado, bem como os motivos e as circunstâncias indicarem que essa substituição seja suficiente, como diz o Art. 44, III, CP.
ACR 1999.04 .01.069388 -5-PR	Art. 22, parágrafo único, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 14, II, CP.	2 anos e 8 meses de reclusão, e multa.	A substituição da PPL não foi concedida devido ao alto grau de culpabilidade do réu, um dos requisitos subjetivos a serem analisados segundo o Art. 44, III, CP.

Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 8

RECURSO	TIPIFICAÇÃO DA CONDENAÇÃO	PENA APLICADA	SUSPENSÃO DA EXECUÇÃO DA PENA
ACR 98.02 .33087-6-RJ	Art. 17, Lei n. 7.492/86.	2 anos de reclusão, em regime aberto, e multa.	A suspensão condicional da pena foi concedida por idêntico período ao da condenação e, com base no Art. 78, § 2º, CP, foi determinado que, após a reparação do dano, o réu se submetesse às condições previstas no Art. 78, § 2º, “a”, “b” e “c”, ficando o juízo de execução responsável pela indicação dos locais em que ficará impossibilitado de freqüentar.
ACR 96.03 .095220-6 SP	Art. 16, Lei n. 7.492/86.	1 ano e 4 meses de reclusão.	A execução da pena foi suspensa por 2 anos, sob as seguintes condições: (i) ressalvado o direito ao trabalho, no período entre 7h e 20h, recolhimento domiciliar, estando o condenado “proibido a freqüentar casas noturnas, tais como boates, bares e estabelecimentos do gênero”; (ii) proibição de se ausentar da Comarca onde reside, por mais de 7 dias, sem autorização judicial; (iii) comparecimento pessoal obrigatório perante o juízo das execuções penais, mensalmente, para informar e justificar suas atividades.
ACR 96.03 .027089-0-SP	Art. 16, L 7492/86, c/c o Art. 71, CP.	2 anos de reclusão, e multa.	Não há no acórdão indicação das condições.
ACR 96.03 .062825-5-SP	Art. 17, Lei n. 7.492/86	2 anos de reclusão, e multa.	Foi concedida a suspensão condicional da pena pelo prazo de 2 anos, durante o qual deviam os réus prestar serviços à comunidade [Art. 77, CP].

Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 9

RECURSO	TIPIFICAÇÃO DA CONDENAÇÃO	PENA APLICADA
ACR 2003.01 .00.003245 -4-GO	Arts. 4º e 16, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 69, CP.	4 anos e 8 meses de reclusão ¹⁴⁵ , e multa, para dois co-réus e 7 anos e 5 meses de reclusão ³⁴ , e multa, para o outro.
ACR 98.02 .18659-7-RJ	Arts. 4º, 5º e 17, Lei n. 7.492/86, c/c Arts. 29 e 69, CP.	6 anos de reclusão, regime inicial semi-aberto, e multa.
ACR 2002.51 .01.501382 -6-RJ	Arts. 4º, 5º e 17, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 69, CP.	7 anos de reclusão ³⁴ , e multa.
ACR 2000.02 .01.031550 -7-RJ	Arts. 5º e 16, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 69, CP.	7 anos de reclusão, regime inicial fechado, e multa, para um co-réu, e 6 anos de reclusão, regime inicial fechado, e multa, para outro co-réu.
ACR 1999.03 .99.082734 -8-SP	Arts. 4º, 5º e 16, Lei n. 7.492/86, c/c Arts. 69 e 71, CP.	6 anos e 6 meses de reclusão ³⁴ , e multa.
ACR 2000.03 .99.064244 -4-SP	Arts. 11 e 16, Lei n. 7.492/86, c/c Arts. 69 e 71, CP.	10 anos de reclusão ³⁴ , e multa.
ACR 1999.03 .99.030642 -7-SP	Art. 4º, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 29, CP.	6 anos de reclusão ³⁴ , e multa.
ACR 1999.03 .99.039158 -3-SP	Arts. 4º, 5º, 7º, IV, e 9º, Lei n. 7.492/86, c/c Arts. 29 e 71, CP.	9 anos e 6 meses de reclusão ³⁴ , e multa, para um co-réu, 8 anos de reclusão ³⁴ , e multa, para outros quatro co-réus.
	Arts. 4º, 5º e 9º, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 71, CP.	8 anos de reclusão ³⁴ , e multa, para um co-réu.
	Arts. 4º, e 7º, IV, Lei n. 7.492/86, c/c os Arts. 29 e 71, CP.	5 anos e 10 meses de reclusão ³⁴ , e multa, para um co-réu.
ACR 2002.60 .02.002178 -8-MS	Arts. 19 e 20, Lei n. 7.492/86.	5 anos e 6 meses de reclusão ³⁴ , e multa.
ACR 1999.04 .01.115593 -7-RS	Art. 4º, Lei n. 7.492/86.	5 anos e 11 meses de reclusão ³⁴ , e multa para dois co-réus, e 5 anos, 11 meses e 20 dias de reclusão ³⁴ , e multa, para um co-réu.

ACR 2001.71 .07.001562 -1-RS	Art. 5º, Lei n. 7.492/86, c/c os Arts. 29 e 30, CP.	4 anos e 1 mês de reclusão ³⁴ , e multa.
ACR 2002.04 .01.006781 -1-RS	Art. 5º, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 288, CP.	7 anos e 1 mês de reclusão ³⁴ , e multa.
ACR 2002.04 .01.049689 -8-PR	Art. 22, Lei n. 7.492/86, c/c Art. 1º, Lei n. 8.137/90.	7 anos e 3 meses de reclusão, em regime de cumprimento semi-aberto, e multa. (A pena aplicada ao delito financeiro foi de 4 anos de reclusão, e multa).
HC 2005.04 .01.041227 -8-PR	Art. 22, parágrafo único, Lei n. 7.492/86, e Arts. 155, § 4º, II, e 297, CP.	6 anos de reclusão ³⁴ , e multa.
ACR 99.05 .439544-PE	Art. 19, Lei n. 7.492/86 c/c Art. 288, CP	7 anos e 4 meses de reclusão, em regime semi-aberto, e multa. (A pena aplicada ao delito financeiro foi de 5 anos e 10 meses de reclusão, e multa).

Fonte: Dados da pesquisa.

QUADRO 10

PRIMEIRA INSTÂNCIA	TRFS
Absolvição	Absolvição
	Extinção da punibilidade
Condenação	Absolvição
	Absolvição e Condenação
	Absolvição e Extinção da Punibilidade
Pluralidade de decisões	Absolvição
(Não houve)	Absolvição

Fonte: Dados da pesquisa.

NOTAS

1 Sobre a questão da política de alimentação dos sites dos tribunais, ver: MACHADO, Maira Rocha. Crimes Financeiros nos Tribunais Brasileiros. *Revista Brasileira de Ciências Criminais*, 76, 2009, p. 63. A mais ampla e consistente discussão do problema encontra-se em: BRAGHETTA, Adriana; GABBAY, Daniela Monteiro; PITOMBO, Eleonora Coelho; ALVES, Rafael Francisco; LEMES, Selma Ferreira (coord. geral). Arbitragem e poder judiciário: uma radiografia dos casos de arbitragem que chegam ao judiciário brasileiro. *Cadernos DIREITO GV*. São Paulo: DIREITO GV, v. 6, n. 6, nov. 2009.

2 No STJ, foram desconsiderados 14 acórdãos pelos seguintes motivos: acórdãos repetidos na amostra (02); acórdãos que utilizam a pena do Art. 5º, Lei n. 7.492/86, em sanções decorrentes da aplicação da Lei n. 8212/91 (05); acórdão sobre questão civil e liquidação de instituição financeira, em que apenas há menção ao Art. 1º, Lei n. 7.492/86 (01); acórdão sobre crime falimentar (01); acórdãos que embora tratem de matéria penal não discutem a aplicação da Lei n. 7.492/86 (06). No TRF-1, foram desconsiderados 09 acórdãos pelos seguintes motivos: acórdão repetido na amostra (01); acórdãos que utilizam a pena do Art. 5º, Lei n. 7.492/86 em sanções decorrentes da aplicação da Lei n. 8212/91 (08). No TRF-2, foram desconsiderados 06 acórdãos pelos seguintes motivos: acórdão cujos inteiros teores não estavam disponíveis na página web (01); acórdãos que utiliza a pena do Art. 5º, Lei n. 7.492/86 em sanções decorrentes da aplicação da Lei n. 8212/91 (04); acórdão repetido na amostra (01). No TRF-3, foram desconsiderados 20 acórdãos pelos seguintes motivos: acórdãos que utilizam a pena do Art. 5º, Lei n. 7.492/86 em sanções decorrentes da aplicação da Lei n. 8212/91 (16); acórdão que trata do crime de estelionato (01); acórdão que trata do crime de tráfico de drogas (01); acórdão decorrente de apelação cível (01); e acórdão que trata do crime de lavagem de dinheiro (01). No TRF-4, foram desconsiderados 05 acórdãos pelos seguintes motivos: acórdãos cujos inteiros teores não estavam disponíveis na página web (04); e acórdão sobre questão civil – hipoteca legal sobre bem de família (01). No TRF-5, foi desconsiderado (01) acórdão por tratar-se de caso em que foi utilizada a pena do Art. 5º, Lei n. 7.492/86, em sanções decorrentes da aplicação da Lei n. 8212/91. Além disso, nos Tribunais Regionais Federais, foram substituídos os acórdãos referentes a: (i) questão de ordem; (ii) embargos de declaração (a menos que fossem dados efeitos infringentes); e (iii) pedido de extensão.

3 HC 8133-RS.

4 REsp 478968-PR, REsp 633225-RS, REsp 644277-PR e HC 29327-RS.

5 REsp 78681-RJ, HC 28476-RJ, HC 33743-RJ e HC 33674-SP.

- 6 REsp 78681-RJ.
- 7 PExt no HC 7842-RJ e HC 24543-RJ.
- 8 REsp 573399-RS.
- 9 REsp 702042-PR.
- 10 REsp 215393-SP.
- 11 REsp 313452-SP e REsp 328913-SP.
- 12 HC 6764-SP.
- 13 HC 33743-RJ, REsp 313452-SP, REsp 215393-SP e REsp 328913-SP.
- 14 HC 33674-SP, REsp 573399-RS e REsp 78681-RJ.
- 15 REsp 702042-PR, REsp 644277-PR e HC 6764-SP.
- 16 REsp 633225-RS, REsp 644277-PR e HC 24543-RJ.
- 17 HC 33674-SP e REsp 573399-RS.
- 18 PExt no HC 7842-RJ.
- 19 HC 33674-SP.
- 20 HC 33674-SP.
- 21 HC 28476-RJ.
- 22 REsp 478968-PR.
- 23 HC 8133-RS.
- 24 REsp 644277-PR e PExt no HC 7842-RJ.
- 25 REsp 478968-PR e REsp 573399-RS.
- 26 HC 33674-SP e PExt no HC 7842-RJ.

27 Essas substituições foram concedidas, em parte, desde a primeira instância (REsp 478968-PR; REsp 702042-PR; REsp 644277-PR; HC

24543-RJ), em parte, somente nos TRFs (REsp 573399-RS; HC 29327-RS) e, em parte, apenas no STJ (HC 28476-RJ).

28 A pena foi recalculada com base na correção do erro material realizada pelo STJ. O juiz de 1ª instância, no momento do cálculo da pena, utilizou-se da pena-base prevista no *caput* do Art. 4º, e não a prevista no parágrafo único, pela qual o réu foi condenado. Ademais, o STJ decretou, de ofício, a extinção da punibilidade por ocorrência da prescrição retroativa decorrente da redução da pena.

29 REsp 215393-SP, REsp 313452-SP, REsp 328913-SP e HC 8133-RS.

30 REsp 654447-SC.

31 RHC 9505-MT; RHC 14629-CE; RHC 8272-MS; RHC 6606-SP; RHC 3689-SP; RHC 10852-GO; RHC 4146-SP; RHC 6264-SP; HC 24539-SP; RHC 8246-SC; RHC 7280-MA; RHC 6368-SP; e HC 13869-RS.

32 RHC 3689-SP; RHC 6368-SP; e HC 13869-RS.

33 RHC 6606-SP e RHC 4146-SP.

34 Deve ser mencionado que o pedido de trancamento do RHC 9505-MT não foi conhecido por intempestividade, mas, ainda assim, o STJ se posicionou que naquele caso seria aplicável o mesmo raciocínio ensejador do prosseguimento da investigação.

35 RHC 8272-MS.

36 Dentre estes, deve ser destacado que o HC 24539-SP restou prejudicado em razão da extinção da punibilidade decorrente do falecimento do réu.

37 RHC 6264-SP; RHC 8246-SC; RHC 7280-MA; RHC 6368-SP; e HC 13869-RS.

38 RHC 10852-GO.

39 RHC 6606-SP e RHC 4146-SP.

40 RHC 14153-RS; HC 38385-RS; RHC 1568-RJ; RHC 11786-SC; HC 12731-SR; HC 5354-SP; e HC 10329-PR.

41 RHC 14153-RS; HC 38385-RS; HC 5354-SP; e HC 10329-PR.

42 RHC 11786-SC; HC 12731-SR; e RHC 1568-RJ.

43 HC 18391-SP; HC 32710-MG; RHC 12173-SP; e RHC 8389-RJ.

44 HC 29450-PR; RHC 6265-SP; HC 18338-PR e HC 33453-PR.

45 RHC 6265-SP.

46 RHC 179-RJ.

47 RHC 6265-SP; HC 18338-PR e HC 33453-PR. E isoladamente determinou a sua devolução ao TRF de origem: O HC 29450-PR não foi julgado pelo STJ, que determinou a devolução da matéria ao TRF de origem (4ª Região), para que fosse por este Tribunal apreciada, sob pena de supressão de instância. O TRF da 4ª Região havia entendido ser incompetente para a análise do HC devido ao fato de que o HC foi impetrado paralelamente à apresentação de Apelação Criminal, após a condenação em 1ª instância, com o que entendeu que passaria a ser autoridade coatora. Porém, o STJ entendeu que o TRF da 4ª Região não era a autoridade coatora, em razão de o recurso de apelação ainda não ter sido julgado, não havendo, desta forma, qualquer manifestação por parte do TRF da 4ª Região que o transformasse em autoridade coatora.

48 Na hipótese em que houve também alegação de incompetência da Justiça Estadual, esta foi afastada pelo STJ, o qual destacou que, nos casos em que os fatos objeto da ação ocorreram antes da vigência da Lei n. 7.492/86, sua aplicação implicaria prejuízo ao réu e, portanto, infração ao princípio que veda a retroatividade da lei mais severa, pelo que deve ser confirmada a competência da Justiça Estadual para julgar o feito conforme as leis vigentes ao tempo dos fatos. (RHC 179-RJ).

49 RHC 11249-RJ e RHC 10315-RS.

50 REsp 398079-PR. O recurso restou prejudicado por perda de objeto, pois já fora impetrado HC em favor do réu, que foi julgado pelo STJ e reconheceu a ocorrência da prescrição da pretensão punitiva, decretando a extinção da punibilidade do réu.

51 RHC 11249-RJ.

52 RHC 10315-RS.

53 RHC 10453-SP e HC 5582-SP.

54 HC 4707-RJ.

55 HC 5582-SP.

56 HC 29669-MT e HC 11394-MS.

57 RHC 14878-CE.

58 RHC 1432-MT.

59 RHC 17523-PE.

60 HC 33042-PR.

61 HC 10856-RJ.

62 HC 35190-SP.

63 Aqui incluída a ação penal na qual foi pleiteada (e negada) a suspensão condicional do processo.

64 REsp 265075-SP; REsp 564950-DF; REsp 164565-SP; REsp 543300-RJ; e REsp 157604-RJ.

65 REsp 577644-RJ e REsp 674898-RJ.

66 REsp 331393-SP e REsp 219996-RS.

67 REsp 148981-CE.

68 Súmula STF 284: “É inadmissível o recurso extraordinário, quando a deficiência na sua fundamentação não permitir a exata compreensão da controvérsia”.

69 REsp 543300-RJ.

70 REsp 577644-RJ.

71 REsp 157604-RJ.

72 REsp 148981-CE.

73 Súmula STJ 7: “A pretensão de simples reexame de prova não enseja recurso especial.”

74 Respectivamente, REsp 564950-DF e REsp 164565-SP.

75 REsp 265075-SP.

76 REsp 674898-RJ.

77 Nesse caso, o MPF apresentou Recurso Especial contra decisão do TRF, que concedeu Habeas Corpus revogando a prisão preventiva do acusado no curso do processo em primeira instância. O pedido do MP voltava-se à decretação da prisão preventiva com base na magnitude da lesão (Art. 30, L 7492/86) e em ocorrência de prejuízo à instrução criminal, pelo desaparecimento de documentos probatórios e pelo fato de ser o réu pessoa influente e poderosa no meio social, que poderia continuar interferindo na instrução probatória.

Após a interposição do REsp, houve decisão condenatória em 1º grau, pelos delitos previstos no Art. 4º, caput, L 7492/86, e no Art. 288, CP, a 12 anos e 8 meses de reclusão e pagamento de 300 dias-multa. Por esse motivo, o STJ julgou prejudicado o pedido do MP, em vista do proferimento de sentença que determinou a pena em concreto. “Uma vez sentenciado o feito, resta prejudicado o presente apelo nobre em que se busca a decretação da preventiva”.

78 REsp. 571007-PR.

79 REsp. 189144-PR.

80 CC 37215-SP; CC 2640-RJ; CC 22275-SP; CC 19302-GO; CC 23116-RS; CC 20388-SP; CC 23122-SP, CC 36364-SC; CC 23118-RS, CC 16721-SP.

81 CC 15494-GO; CC 36927-SP; CC 36200-PR; CC 18164-MG; CC 20339-RO; CC 39405-SP; CC 3445-RJ.

82 CC 23118-RS; CC 25667-RS; CC 21471-DF; CC 23123-RS; CC 23584-RS; CC 19537-GO.

83 CC 31072-RJ; CC 29933-SP; CC 25519-SP.

84 CC 21358-PB; CC 18044-SP; CC 19798-PR.

85 CC 23766-SP; CC 2997-RJ.

86 CC 23481-GO.

87 CC 41915-SP.

88 CC 12819-MG.

- 89 CC 29658-SP.
- 90 CC 36513-SP.
- 91 CC 42981-SP.
- 92 CC 6076-RO.
- 93 CC 19796-SP.
- 94 CC 18093-SP.
- 95 “Compete à Justiça Federal o processo e julgamento unificado dos crimes conexos de competência federal e estadual, não se aplicando a regra do Art. 78, II, a, do Código de Processo Penal”.
- 96 HC 6777-RS.
- 97 ACR 97.03.031323-0-SP.
- 98 ACR 99.02.04045-4-RJ, ACR 93.02.18947-3-RJ, ACR 95.02.15194-1-RJ, ACR 98.02.18659-7-RJ, ACR 1999.02.01.035431-4-RJ, ACR 2001.02.01.032332-6-RJ, ACR 2002.02.01.005903-2-RJ, ACR 2002.02.01.002638-5-RJ, ACR 2000.02.01.031550-7-RJ, ACR 2000.02.01.027891-2-RJ, ACR 2002.02.01.005976-7-RJ, ACR 98.02.10928-2-SP, ACR 96.03.027089-0-SP, ACR 96.03.062825-5-SP, ACR 2001.03.99.031616-8-SP, ACR 2002.03.99.016829-9-SP, ACR 2001.04.01.087637-0-PR, ACR 1999.04.01.069388-5-PR, ACR 2005.04.01.041227-8-PR, ACR 2002.04.01.049705-2-PR, ACR 2000.04.01.019157-4-RS, ACR 2003.71.00.014820-3-RS, ACR 2000.71.13.000264-5-RS, ACR 2000.72.07.000573-0-SC, ACR 2002.04.01.007232-6-SC, ACR 2000.01.00.063868-5-MG, ACR 1998.41.00.001681-8-RO, ACR 1998.39.00.008572-7-PA, ACR 2001.01.00.045919-4-MT e ACR 2001.80.00.000246-8-AL.
- 99 ACR 2002.04.01.008568-0-PR, ACR 2002.04.01.008577-1-PR, ACR 2002.04.01.052325-7-PR e ACR 2001.71.05.006734-2-RS.
- 100 ACR 2002.04.01.005826-3-SC.
- 101 ACR 2000.70.02.001210-1-PR, ACR 2001.04.01.080429-1-PR, ACR 2002.04.01.049689-8-PR, ACR 2004.04.01.012619-8-PR, ACR 2001.04.01.003993-8-RS, ACR 2001.71.07.001562-1-RS, ACR 2003.01.00.003245-4-GO, ACR 2002.51.01.501382-6-RJ, ACR

2002.03.99.016443-9-SP, ACR 2002.60.02.002178-8-MS e ACR 2001.04.01.066314-2-SC.

102 ACR 2000.60.04.000417-9-SP, ACR 1999.03.99.082734-8-SP, ACR 1999.03.99.039158-3-SP, ACR 98.02.33087-6-RJ, ACR 98.02.31047-6-RJ, ACR 2002.04.01.002252-9-PR, ACR 2000.70.02.003533-2-PR e ACR 2002.04.01.037299-1-RS.

103 ACR 1998.33.00.004795-8-BA e ACR 2004.04.01.044275-8-SC.

104 ACR 2004.04.01.037529-0-PR.

105 ACR 1999.04.01.115593-7-RS e ACR 2000.83.00.007899-2-PE.

106 ACR 2000.03.99.073638-4-SP.

107 ACR 2001.02.01.031805-7-RJ.

108 ACR 1999.03.99.030642-7-SP, ACR 2001.03.99.033643-0-SP, ACR 97.03.015745-9-SP, ACR 1999.71.00.008479-7-RS, ACR 2001.04.01.072290-0-SC, ACR 2001.70.00.023698-1-PR e ACR 99.05.47628-8-PE.

109 ACR 2000.03.99.064244-4-SP e ACR 98.03.072474-6-SP.

110 ACR 96.03.095220-6-SP.

111 Ver Item V.A.3., abaixo: ACR 1999.03.99.036872-0-SP, ACR 98.03.031197-2-SP, ACR 2002.03.99.022479-5-SP, ACR 2003.03.99.024812-3-SP, ACR 1997.01.00.025976-9-DF, ACR 96.01.48097-8-MG, ACR 2001.04.01.008178-5-PR e ACR 2001.05.00.008164-0-RN.

112 ACR 96.03.095220-6-SP, ACR 96.03.027089-0-SP, ACR 2000.03.99.073638-4-SP, ACR 2002.03.99.021549-6-SP, ACR 2000.60.04.000417-9-SP, ACR 1999.03.99.082734-8-SP, ACR 2001.03.99.031616-8-SP, ACR 2000.03.99.064244-4-SP, ACR 2002.03.99.016443-9-SP, ACR 2002.03.99.016829-9-SP, ACR 2000.02.01.031550-7-RJ, ACR 2002.02.01.005976-7-RJ, ACR 2001.70.00.023698-1-PR, ACR 2002.04.01.052325-7-PR, ACR 2004.04.01.044275-8-SC, ACR 2002.04.01.007232-6-SC, ACR 2001.04.01.003993-8-RS, ACR 2000.71.13.000264-5-RS, ACR 2000.01.00.063868-5-MG, ACR 2003.01.00.003245-4-GO e ACR 1998.41.00.001681-8-RO.

113 ACR 98.02.18659-7-RJ, ACR 2002.51.01.501382-6-RJ, ACR 2001.02.01.032332-6-RJ, ACR 2002.02.01.005903-2-RJ, ACR 2000.02.01.031550-7-RJ, ACR 96.03.095220-6-SP, ACR 2000.03.99.073638-4-SP, ACR 1999.03.99.082734-8-SP, ACR 1999.03.99.039158-3-SP, ACR 1999.04.01.115593-7-RS, ACR 2001.71.07.001562-1-RS, ACR 2002.04.01.006781-1-RS e ACR 2002.04.01.004959-6-PR.

114 ACR 95.02.15194-1-RJ, ACR 98.02.18659-7-RJ, ACR 2002.51.01.501382-6-RJ, ACR 2001.02.01.031805-7-RJ, ACR 98.02.10928-2-RJ, ACR 1999.03.99.082734-8-SP, ACR 1999.03.99.030642-7-SP, ACR 1999.03.99.039158-3-SP, ACR 1999.04.01.115593-7-RS, ACR 2001.71.07.001562-1-RS, ACR 2002.04.01.006781-1-RS e ACR 2003.01.00.003245-4-GO.

115 ACR 98.02.33087-6-RJ, ACR 98.02.18659-7-RJ, ACR 2002.51.01.501382-6-RJ, ACR 98.02.31047-6-RJ, ACR 96.03.062825-5-SP, ACR 2001.03.99.033643-0-SP, ACR 97.03.015745-9-SP, ACR 2002.04.01.008577-1-PR e ACR 1998.33.00.004795-8-BA.

116 ACR 2000.72.07.000573-0-SC, ACR 2001.04.01.066314-2-SC, ACR 2001.04.01.072290-0-SC, ACR 2003.04.01.040621-0-SC, ACR 1999.71.00.008479-7-RS, ACR 2002.60.02.002178-8-MS, ACR 99.05.439544-PE e ACR 2001.80.00.000246-8-AL.

117 ACR 2004.04.01.012619-8-PR, ACR 2000.70.02.003533-2-PR, ACR 2003.04.01.034103-2-PR, ACR 1999.04.01.069388-5-PR, ACR 2002.04.01.002252-9-PR, HC 2005.04.01.041227-8-PR, ACR 2000.03.99.064244-4-SP e ACR 2002.02.01.002638-5-RJ.

118 ACR 2001.04.01.066314-2-SC, ACR 2002.04.01.005826-3-SC, ACR 2000.72.07.000573-0-SC, ACR 2002.04.01.008568-0-PR, ACR 2003.04.01.034103-2-PR, ACR 2004.04.01.037529-0-PR e ACR 2001.04.01.064939-0-RS.

119 ACR 2000.04.01.019157-4-RS, ACR 2001.71.05.006734-2-RS, ACR 2000.83.00.007899-2-PE, ACR 99.05.47628-8-PE, ACR 2001.04.01.087637-0-PR, ACR 2002.60.02.002178-8-MS e ACR 2001.01.00.045919-4-MT.

120 ACR 2000.70.02.001210-1-PR, ACR 2001.04.01.080429-1-PR, ACR 2002.04.01.049689-8-PR, ACR 1999.02.01.035431-4-RJ, ACR 2000.02.01.027891-2-RJ e ACR 98.03.072474-6-SP.

121 ACR 2002.04.01.049689-8-PR, ACR 2001.04.01.080429-1-PR e ACR 97.03.015745-9-SP.

122 ACR 93.02.18947-3-RJ, ACR 1999.03.99.039158-3-SP e ACR 1998.39.00.008572-7-PA.

123 ACR 2002.04.01.052325-7-PR e ACR 2002.04.01.037299-1-RS.

124 ACR 2000.03.99.064244-4-SP e ACR 2003.70.02.009829-0-PR.

125 ACR 97.03.015745-9-SP.

126 ACR 1999.03.99.039158-3-SP.

127 ACR 97.03.015745-9-SP.

128 ACR 99.02.04045-4-RJ.

129 ACR 2003.71.00.014820-3-RS.

130 ACR 98.02.18659-7-RJ e ACR 2002.51.01.501382-6-RJ.

131 ACR 2000.02.01.031550-7-RJ e ACR 2000.03.99.073638-4-SP.

132 ACR 2003.01.00.003245-4-GO.

133 ACR 1999.03.99.082734-8-SP.

134 ACR 2000.03.99.064244-4-SP.

135 ACR 97.03.015745-9-SP.

136 ACR 1999.03.99.039158-3-SP.

137 ACR 1999.03.99.039158-3-SP.

138 ACR 1999.03.99.039158-3-SP.

139 ACR 2002.60.02.002178-8-MS.

140 ACR 96.03.027089-0-SP, ACR 2000.03.99.073638-4-SP, ACR 2000.60.04.000417-9-SP, ACR 1999.03.99.082734-8-SP, ACR 2000.03.99.064244-4-SP, ACR 2002.03.99.016829-9-SP, ACR 1999.03.99.039158-3-SP, ACR 2003.71.00.014820-3-RS, ACR 2002.04.01.006781-1-RS, ACR 1999.04.01.115593-7-RS, ACR 2002.04.01.052325-7-PR, ACR 2002.04.01.008577-1-PR, ACR 2002.04.01.004959-6-PR, ACR 2001.04.01.066314-2-SC, ACR

95.02.15194-1-RJ e ACR 1998.33.00.004795-8-BA.

141 ACR 1999.04.01.115593-7-RS, ACR 2001.71.07.001562-1-RS e ACR 2002.04.01.006781-1-RS.

142 ACR 2001.04.01.080429-1-PR e ACR 2002.04.01.049689-8-PR.

143 Essas substituições foram concedidas, em parte, desde a primeira instância (REsp 478968-PR; REsp 702042-PR; REsp 644277-PR; HC 24543-RJ), em parte, somente nos TRFs (REsp 573399-RS; HC 29327-RS) e, em parte, apenas no STJ (HC 28476-RJ).

144 ACR 2000.01.00.063868-5-MG, ACR 1998.41.00.001681-8-RO, ACR 1998.39.00.008572-7-PA, ACR 99.02.04045-4-RJ, ACR 95.02.15194-1-RJ, ACR 2000.02.01.031550-7-RJ, ACR 98.02.18659-7-RJ, ACR 98.02.10928-2-RJ, ACR 2002.03.99.021549-6-SP, ACR 98.03.072474-6-SP, ACR 2000.83.00.007899-2-PE.

145 Não há informação sobre o regime de cumprimento.

146 ACR 1999.70.00.031758-3-PR, ACR 1999.70.00.028372-0-PR, ACR 2003.04.01.034103-2-PR, ACR 2003.70.02.009829-0-PR, ACR 2000.70.03.001527-5-PR, ACR 97.03.031323-0-SP, ACR 1999.61.02.001309-4-SP, ACR 94.03.090591-3-SP, ACR 1999.71.05.005294-9-RS, ACR 93.01.12613-3-AC, ACR 1997.35.00.007093-3-GO, ACR 2000.02.01.061098-0-RJ, ACR 2000.03.99.032004-0-MS, ACR 99.05.13533-2-SE e ACR 2000.05.00.00186-9-PE.

147 ACR 2003.04.01.040621-0-SC.

148 ACR 1998.01.00.014560-5-DF, ACR 2000.02.01.023938-4-RJ, ACR 96.03.098793-0-SP, ACR 2001.04.01.029974-2-SC e RVCR 99.05.63807-5-CE.

149 ACR 1998.01.00.036321-4-PA, ACR 96.01.31285-4-DF e ACR 1999.03.99.110790-6-SP.

150 ACR 2002.04.01.037299-1-RS.

151 ACR 2003.04.01.024719-2-PR e ACR 1997.35.00.012110-0-GO.

152 ACR 2003.03.99.002303-4-SP.

153 ACR 2000.03.99.032004-0-MS, ACR 1999.71.05.005294-9-RS, ACR

2000.70.03.001527-5-PR, ACR 99.05.13533-2-SE e ACR
1997.35.00.012110-0-GO.

154 ACR 1997.35.00.007093-3-GO, ACR 1997.35.00.012110-0-GO,
ACR 2001.04.01.029974-2-SC e ACR 2000.05.00.00186-9-PE.

155 ACR 1999.03.99.110790-6-SP, ACR 2003.04.01.024719-2-PR e
ACR 93.01.12613-3-AC.

156 ACR 97.03.031323-0-SP, ACR 1999.61.02.001309-4-SP e ACR
2000.02.01.023938-4-RJ.

157 ACR 1998.01.00.014560-5-DF e ACR 1999.70.00.031758-3-PR.

158 ACR 97.03.031323-0-SP e ACR 1999.70.00.031758-3-PR.

159 ACR 96.01.31285-4-DF e ACR 96.03.098793-0-SP.

160 ACR 1999.03.99.110790-6-SP, ACR 2003.70.02.009829-0-PR e AP
2003.04.01.040621-0-SC.

161 ACR 1998.01.00.036321-4-PA e ACR 94.03.090591-3-SP.

162 ACR 98.02.31047-6-RJ.

163 RVCR 99.05.63807-5-CE

164 ACR 1999.70.00.028372-0-PR.

165 ACR 2003.70.02.009829-0-PR.

166 ACR 2003.04.01.034103-2-PR.

167 ACR 1999.70.00.031758-3-PR, ACR 2000.70.03.001527-5-PR, ACR
2001.04.01.029974-2-SC, ACR 2000.02.01.061098-0-RJ, ACR 96.01.31285-
4-DF, ACR 2000.05.00.00186-9-PE e RVCR 99.05.63807-5-CE.

168 ACR 2000.02.01.061098-0-RJ.

169 ACR 1999.70.00.031758-3-PR.

170 ACR 2000.70.03.001527-5-PR.

171 RVCR 99.05.63807-5-CE.

172 ACR 1999.71.05.005294-9-RS, ACR 99.05.13533-2-SE, ACR 1998.01.00.014560-5-DF, ACR 1998.01.00.036321-4-PA e ACR 1997.35.00.012110-0-GO.

173 ACR 1998.01.00.014560-5-DF.

174 ACR 1999.71.05.005294-9-RS.

175 ACR 96.03.098793-0-SP.

176 ACR 1999.70.00.028372-0-PR, ACR 2003.04.01.024719-2-PR, ACR 2000.02.01.023938-4-RJ e ACR 97.03.031323-0-SP.

177 ACR 1999.70.00.028372-0-PR.

178 ACR 2003.04.01.024719-2-PR. Nesse caso, os réus foram condenados por alguns crimes e absolvidos da infração à Lei n. 7.492/86.

179 ACR 2003.04.01.034103-2-PR, ACR 2000.03.99.032004-0-MS, ACR 1999.61.02.001309-4-SP, ACR 2000.02.01.061098-0-RJ, ACR 1997.35.00.007093-3-GO e ACR 93.01.12613-3-AC.

180 ACR 2000.03.99.032004-0-MS.

181 ACR 1999.03.99.110790-6-SP, ACR 2003.70.02.009829-0-PR e AP 2003.04.01.040621-0-SC.

182 ACR 94.03.090591-3-SP.

183 ACR 1997.01.00.026666-4-DF, ACR 1999.37.00.005724-8-MA e ACR 2002.05.00.006895-0-PE.

184 ACR 1997.38.00.060332-3-MG e ACR 1999.01.00.088465-2-DF.

185 ACR 97.02.39676-0-RJ.

186 ACR 2003.03.99.002303-4-SP.

187 ACR 2003.05.00.006169-7-CE.

188 HC 2000.02.01.014412-9-RJ.

189 ACR 2003.03.99.002303-4-SP.

190 HC 2000.02.01.014412-9-RJ.

191 ACR 2002.03.99.021549-6-SP e ACR 99.05.439544-PE.

192 ACR 2002.04.01.006781-1-RS.

193 ACR 2002.04.01.004959-6-PR.

194 ACR 96.01.48097-8-MG, ACR 2001.04.01.008178-5-PR e ACR 2001.05.00.008164-0-RN.

195 ACR 1999.03.99.036872-0-SP e ACR 98.03.031197-2-SP.

196 ACR 2000.71.00.003286-8-RS.

197 ACR 1997.01.00.025976-9-DF.

198 ACR 2002.04.01.041638-6-PR.

199 ACR 2003.03.99.024812-3-SP.

200 ACR 2002.03.99.022479-5-SP.

201 ACR 96.01.48097-8-MG, ACR 2002.03.99.022479-5-SP, ACR 2003.03.99.024812-3-SP e ACR 2001.05.00.008164-0-RN.

202 ACR 2001.04.01.008178-5-PR, ACR 98.03.031197-2-SP, ACR 1999.03.99.036872-0-SP e ACR 1997.01.00.025976-9-DF.

203 ACR 2000.71.00.003286-8-RS – a pena originalmente aplicada era de 3 anos e 1 mês e multa.

204 ACR 2002.04.01.041638-6-PR – a pena originalmente aplicada era de 1 ano e multa.

205 HC 95.02.17807-6-RJ; HC 97.02.21685-0-RJ; HC 2002.02.01.043288-0-RJ; HC 2000.02.01.071388-4-RJ; HC 2002.02.01.004682-7-RJ; HC 97.03.066544-6-SP; HC 2002.03.00.004793-0-SP; HC 96.03.030052-7-SP; HC 94.03.100642-0-SP; HC 98.03.053160-3-SP; HC 1999.03.00.034747-9-SP; HC 96.03.090257-8-SP; HC 95.03.102201-0-SP; HC 95.03.102201-0-SP; HC 95.03.016211-4-SP; HC 92.03.64524-1-SP; HC 91.05.01749-1-CE; HC 91.05.01813-7-CE; HC 2002.05.00014822-1-CE; HC 2003.01.00.036925-1-DF; HC 1997.01.00.025274-7-DF; HC 2003.05.00.032133-6-RN; HC 2004.01.00.022768-0-PA e HC 94.01.17915-8-RO.

206 HC 97.02.21685-0-RJ; HC 2002.02.01.043288-0-RJ; HC 96.03.030052-7-SP; HC 1999.03.00.034747-9-SP e HC 2002.05.00014822-1-CE.

207 HC 95.03.016211-4-SP; HC 96.03.090257-8-SP; HC 95.03.102201-0-SP e HC 1997.01.00.025274-7-DF

208 HC 2002.03.00.004793-0-SP; HC 94.03.100642-0-SP e HC 98.03.053160-3-SP.

209 HC 94.01.17915-8-RO; HC 2004.01.00.022768-0-PA e HC 2002.02.01.004682-7-RJ.

210 HC 2002.03.00.004793-0-SP e HC 94.03.100642-0-SP.

211 HC 2002.03.00.004793-0-SP.

212 HC 2003.01.00.036925-1-DF, HC 1997.01.00.025274-7-DF, HC 2000.02.01.071388-4-RJ, HC 2002.03.00.004793-0-SP, HC 95.03.102201-0-SP, HC 96.03.090257-8-SP, HC 95.03.016211-4-SP, HC 1999.03.00.034747-9-SP, HC 91.05.01749-1-CE e HC 2003.05.00.032133-6-RN.

213 HC 94.01.17915-8-RO, HC 97.03.066544-6-SP e HC 94.03.100642-0-SP.

214 HC 2004.01.00.022768-0-PA, HC 98.03.053160-3-SP e HC 91.05.01813-7-CE.

215 HC 1999.03.00.034747-9-SP e HC 94.03.095132-0-SP.

216 HC 97.02.21685-0-RJ e HC 2002.02.01.043288-0-RJ

217 HC 2002.02.01.004682-7-RJ.

218 HC 95.02.17807-6-RJ.

219 HC 96.03.030052-7-SP.

220 HC 92.03.64524-1-SP.

221 HC 1997.01.00.025274-7-DF, HC 95.03.102201-0-SP, HC 96.03.090257-8-SP e HC 95.03.016211-4-SP.

222 HC 2004.01.00.044825-0-MG; HC 2004.01.00.027520-1-PA; HC 99.02.19807-4-RJ; HC 95.03.015778-1-SP; HC 1999.01.00.065781-8-GO, HC 98.05.39401-8-CE e HC 2004.05.00.041340-5-CE.

223 HC 99.02.19807-4-RJ; HC 95.03.015778-1-SP; HC 98.05.39401-8-CE e HC 2004.05.00.041340-5-CE.

224 HC 2004.01.00.027520-1-PA.

225 HC 2004.01.00.044825-0-MG.

226 HC 2003.02.01.016927-9-RJ, HC 98.02.38479-8-RJ, HC 96.03.020224-0-SP, HC 90.03.30717-2-SP, HC 96.03.069104-6-SP, HC 2003.03.00.044723-6-SP, HC 97.03.061736-0-SP, HC 2005.03.00.023563-1-SP e HC 2004.03.00.048826-7-SP.

227 HC 2004.03.00.048826-7-SP.

228 HC 2005.01.00.013088-9-AM e HC 98.02.18475-6-RJ.

229 HC 96.03.083844-6-SP.

230 HC 2000.01.00.137342-3-DF.

231 HC 1997.01.00.033704-8-BA, HC 96.02.10530-5-RJ, HC 2003.02.01.017711-2-RJ e HC 2005.05.00.034647-0-PE.

232 HC 1998.01.00.023965-9 -TO e HC 2001.04.01.071099-5-SC.

233 HC 2005.05.00.034647-0-PE.

234 HC 2001.04.01.071099-5-SC.

235 HC 1999.01.00.065781-8-GO e HC 96.03.083337-1-SP.

236 HC 1999.01.00.065781-8-GO.

237 HC 96.03.083337-1-SP.

238 HC 2004.03.00.055227-9-SP.

239 HC 1999.03.00.062424-4-SP, HC 94.01.21282-1-MG e HC 93.01.34783-0-BA.

240 HC 2001.02.01.046619-8-RJ.

241 HC 91.03.33971-8-SP.

242 HC 2004.02.01.005736-6-RJ.

243 RHC 94.05.35223-7-CE.

244 HC 2005.05.00.012654-8-RN.

245 RSE 2000.43.00.002198-6-TO, RSE 2005.33.00.001702-1-BA, RSE 91.01.12579-6-PA, RSE 89.02.13978-6-RJ, RSE 2002.61.05.011745-0-SP, RSE 1999.03.99.062486-3-SP, RSE 2000.61.81.001300-0-SP, RSE 98.03.099598-7-SP, RSE 96.03.045272-6-SP, RSE 2001.04.01.011338-5-PR, RSE 2002.04.01.012440-5-SC, RSE 2002.70.01.012884-0-PR, RSE 2003.04.01.050889-3-PR e RSE 2003.71.00.042201-5-RS.

246 Correição Parcial 2005.04.01.009938-2-PR.

247 ACR 96.01.30669-2-MG.

248 RSE 2000.43.00.002198-6-TO, ACR 96.01.30669-2-MG, RSE 2005.33.00.001702-1-BA, RSE 91.01.12579-6-PA, RSE 2002.61.05.011745-0-SP, RSE 98.03.099598-7-SP e Correição Parcial 2005.04.01.009938-2-PR.

249 RSE 96.03.045272-6-SP.

250 RSE 91.01.12579-6-PA, RSE 89.02.13978-6-RJ, RSE 1999.03.99.062486-3-SP, RSE 98.03.099598-7-SP, RSE 96.03.045272-6-SP, RSE 2001.04.01.011338-5-PR, RSE 2002.04.01.012440-5-SC, RSE 2003.04.01.050889-3-PR e RSE 2003.71.00.042201-5-RS.

251 RSE 2001.04.01.011338-5-PR, RSE 2002.04.01.012440-5-SC e RSE 2003.71.00.042201-5-RS.

252 RSE 2002.70.01.012884-0-PR

253 RSE 1999.03.99.062486-3-SP, RSE 2001.04.01.011338-5-PR, RSE 2002.04.01.012440-5-SC e RSE 2003.71.00.042201-5-RS.

254 RSE 2001.04.01.011338-5-PR, RSE 2002.04.01.012440-5-SC e RSE 2003.71.00.042201-5-RS.

255 RSE 89.02.13978-6-RJ.

256 RSE 2000.61.81.001300-0-SP.

257 RSE 2003.04.01.050889-3-PR.

258 RSE 2005.33.00.001702-1-BA, RSE 91.01.12579-6-PA, RSE 2002.61.05.011745-0-SP, RSE 98.03.099598-7-SP e RSE 2002.70.01.012884-0-PR.

259 RSE 2000.43.00.002198-6-TO.

260 RSE 96.03.045272-6-SP.

261 HC 2003.01.00.029545-3/DF: Antes do julgamento deste *Habeas Corpus*, a denúncia foi recebida pelo juiz de primeira instância, que então arbitrou fiança para o réu, concedendo-lhe, assim, a liberdade buscada.

262 HC 2000.03.00.055768-5/MS e HC 2003.04.01.037278-8/PR.

263 HC 2005.04.01.011614-8/PR e HC 2005.04.01.011378-0/PR.

264 HC 2003.03.00.067413-7/SP e HC 2000.03.00.020550-1/SP.

265 HC 2005.04.01.005222-5/RS.

266 HC 2005.04.01.005222-5/RS e HC 2000.03.00.020550-1/SP.

267 HC 2003.03.00.067413-7/SP.

268 HC 2003.03.00.021639-1/MS e HC 2004.04.01.033970-4/PR.

269 HC 2000.03.00.020550-1/SP e HC 2005.04.01.005222-5/RS.

270 HC 2003.03.00.067413-7/SP, HC 2003.03.00.021639-1/MS, HC 2000.03.00.055768-5/MS, HC 2000.03.00.020550-1/SP, HC 2005.04.01.005222-5/RS, HC 2004.04.01.033970-4/PR e HC 2005.04.01.011378-0/PR.

271 HC 2000.03.00.055768-5/MS, HC 2003.04.01.037278-8/PR, HC 2004.04.01.033970-4/PR e HC 2005.04.01.011378-0/PR.

272 HC 2005.04.01.011378-0/PR.

273 HC 2003.03.00.067413-7/SP, HC 2000.03.00.020550-1/SP, HC 2003.04.01.037278-8/PR e HC 2005.04.01.011614-8/PR.

274 HC 2003.03.00.021639-1/MS.

275 HC 2005.04.01.005222-5/RS.

276 HC 2005.04.01.005222-5/RS.

277 HC 2003.04.01.037278-8/PR.

278 HC 2004.04.01.033970-4/PR.

279 HC 2005.04.01.011614-8/PR e HC 2005.04.01.011378-0/PR.

280 HC 2005.04.01.005222-5/RS e HC 2004.04.01.033970-4/PR.

281 HC 2005.04.01.005222-5/RS.

282 HC 2005.04.01.005222-5/RS.

283 HC 2003.03.00.067413-7/SP, HC 2000.03.00.020550-1/SP e HC 2003.04.01.037278-8/PR.

284 HC 2003.03.00.021639-1/MS, HC 2000.03.00.020550-1/SP e HC 2003.04.01.037278-8/PR.

285 HC 2003.03.00.021639-1/MS e HC 2000.03.00.020550-1/SP.

286 HC 2000.03.00.055768-5/MS.

287 HC 2003.03.00.021639-1/MS.

288 HC 2003.03.00.021639-1/MS.

289 HC 2000.03.00.020550-1/SP.

290 HC 2003.04.01.037278-8/PR.

291 HC 98.03.089837-0/SP (11 anos de reclusão), HC 2001.04.01.075310-6/RS (10 anos e 10 meses de reclusão), HC 2002.04.01.044344-4/PR (10 anos de reclusão) e HC 2004.04.01.025593-4/PR (9 anos e 1 mês de reclusão).

292 HC 2001.04.01.075310-6/RS, HC 2002.04.01.044344-4/PR e HC 2004.04.01.025593-4/PR.

293 HC 2001.04.01.075310-6/RS e HC 2004.04.01.025593-4/PR.

294 HC 2001.04.01.075310-6/RS e HC 2002.04.01.044344-4/PR.

295 HC 98.03.089837-0/SP e HC 2001.04.01.075310-6/RS.

296 HC 2001.04.01.075310-6/RS e HC 2004.04.01.025593-4/PR.

297 HC 98.03.089837-0/SP.

298 HC 98.03.089837-0/SP e HC 2001.04.01.075310-6/RS.

299 HC 2001.04.01.075310-6/RS.

300 HC 2002.04.01.044344-4/PR e HC 2004.04.01.025593-4/PR.

301 HC 2003.01.00.029545-3/DF.

302 HC 2001.05.00034282-3/PE.

303 ACR 2001.02.01.031685-1/RJ e AMS 90.03.24761-7/SP.

304 ACR 2003.70.00.049909-5/PR.

305 AMS 90.03.24761-7/SP.

306 ACR 2001.02.01.031685-1/RJ.

307 ACR 2003.70.00.049909-5/PR.

308 HC 2003.04.01.028039-0/PR.

309 CC 97.03.052086-3/SP.

310 RSE 2003.70.01.010030-4/PR.

311 CC 97.03.052086-3/SP.

312 RSE 2001.71.10.003940-3/RS.

313 RSE 2002.71.03.003181-4/RS.

314 RSE 2003.71.00.058069-1/RS.

315 RSE 2003.71.00.062833-0/RS.

316 RSE 2003.04.01.013344-7/PR.

317 RSE 2003.61.11.001939-0/SP.

318 HC 2002.01.00.016110-4/RO.

319 Súmula STF 498: “Compete à Justiça dos Estados, em ambas as instâncias, o processo e o julgamento dos Crimes contra a Economia Popular.”

CADERNOS DIREITO GV

APONTAMENTOS SOBRE A PESQUISA EM DIREITO NO BRASIL .1

Marcos Nobre

IMPACT OF THE WTO AGREEMENT ON TEXTILES & CLOTHING ON BRAZILIAN EXPORTS .2 OF TEXTILES AND CLOTHING TO THE UNITED STATES

Guido Fernando S. Soares,
Maria Lúcia Pádua Lima,
Maria Carolina M. de Barros,
Michelle Ratton Sanchez,
Sérgio Goldbaum,
Elaini C. Silva

REFORMA DO PODER JUDICIÁRIO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E DEMOCRACIA .3

Direito GV
e Valor Econômico

O SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO, A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES E SUA UTILIZAÇÃO .4

Luciana Gross Cunha,
Alexandre dos Santos Cunha,
Flávia Scabin,
Mariana Macário,
Marcelo Issa

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DO DIREITO .5

Flávia Portella Püschel,
José Rodrigo Rodriguez

I SIMPÓSIO OAB-SP E FGV-EDESP SOBRE DIREITO EMPRESARIAL E NOVO CÓDIGO CIVIL .6

OAB-SP e Direito GV

PREMISSAS DO PROJETO DA DIREITO GV PARA DESENVOLVIMENTO DO MATERIAL DIDÁTICO .7 PARA O CURSO DE DIREITO; DISCIPLINA: ORGANIZAÇÃO DAS RELAÇÕES PRIVADAS

Mauricio P. Ribeiro

MODELOS DE ADJUDICAÇÃO/ MODELS OF ADJUDICATION .8

Owen Fiss

RELATÓRIO DA PESQUISA DE JURISPRUDÊNCIA SOBRE DIREITO SOCIETÁRIO .9 E MERCADO DE CAPITAIS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO

Viviane Muller Prado,
Vinícius C. Buranelli

PODER CONCEDENTE E MARCO REGULATÓRIO NO SANEAMENTO BÁSICO .10

Alexandre dos Santos Cunha,
André V. Nahoum,
Conrado H. Mendes,
Diogo R. Coutinho,
Fernanda M. Ferreira,
Frederico de A. Turolla

CONTANDO A JUSTIÇA: A PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO NO SISTEMA DE JUSTIÇA BRASILEIRO .11
Luciana Gross Cunha (org)

FOCOS – CONTEXTO INTERNACIONAL E SOCIEDADE CIVIL .12
Michelle Ratton Sanchez (org),
Cassio Luiz de França (org),
Elaini C. G. da Silva (org)

PROGRAMAS DE CLÍNICAS NAS ESCOLAS DE DIREITO DE UNIVERSIDADES NORTE-AMERICANAS .13
Ana Mara F. Machado,
Rafael Francisco Alves

FOCOS – FÓRUM CONTEXTO INTERNACIONAL E SOCIEDADE CIVIL .14
Cassio Luiz de França (org),
Michelle Ratton Sanchez (org)

A COOPERAÇÃO PENAL INTERNACIONAL NO BRASIL .15
Maíra Rocha Machado,
Marco Aurélio C. Braga

O MÉTODO DE LEITURA ESTRUTURAL .16
Ronaldo Porto Macedo Júnior

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL: COMÉRCIO, SAÚDE E MEIO AMBIENTE NA OMC .17
– COMUNIDADES EUROPÉIAS VS. BRASIL: O CASO DOS PNEUS
Juana Kweitel (org),
Michelle Ratton Sanchez (org)

EXPERIÊNCIAS E MATERIAIS SOBRE OS MÉTODOS DE ENSINO-APRENDIZADO DA DIREITO GV .18
Rafael Domingos F. Vanzella (org)

O NOVO DIREITO E DESENVOLVIMENTO: ENTREVISTA COM DAVID TRUBEK .19
José Rodrigo Rodriguez (coord),
Ana Mara Machado,
Luisa Ferreira,
Gisela Mation,
Rafael Andrade,
Bruno Pereira

A FORMAÇÃO DO DIREITO COMERCIAL BRASILEIRO .20
A CRIAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE COMÉRCIO DO IMPÉRIO
José Reinaldo de Lima Lopes

TRIBUTAÇÃO, RESPONSABILIDADE FISCAL E DESENVOLVIMENTO: .21
DIREITO À TRANSPARÊNCIA ESTUDO SOBRE A DESTINAÇÃO DA CPMF E DA CIDE-COMBUSTÍVEIS
Eurico Marcos Diniz de Santi (coord)
Tathiane dos Santos Piscitelli,
Andréa Mascitto

O QUE É PESQUISA EM DIREITO E ECONOMIA .22
Bruno Meyerhof Salama

LIMITES DO DIREITO PENAL .23
PRINCÍPIOS E DESAFIOS DO NOVO PROGRAMA DE PESQUISA EM DIREITO PENAL NO INSTITUTO MAX-
PLANCK DE DIREITO PENAL ESTRANGEIRO E INTERNACIONAL
Prof. Dr. Dr. h.c. Ulrich Sieber, Freiburg i. Br.

UMA ETNOGRAFIA DE CARTÓRIOS JUDICIAIS .24
EFEITOS DA ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE CARTÓRIOS JUDICIAIS SOBRE
A MOROSIDADE PROCESSUAL: ESTUDO DE CASOS EM CARTÓRIOS JUDICIAIS
DO ESTADO DE SÃO PAULO - *LEVANTAMENTO ETNOGRÁFICO*
Paulo Eduardo Alves da Silva (coord.)

PESQUISA EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO .25
DIREITO GV

MESTRADO EM DIREITO E DESENVOLVIMENTO .26
APRESENTAÇÃO - Ary Oswaldo Mattos Filho
AULA INAUGURAL - José Eduardo Campos de Oliveira Faria
APRESENTAÇÃO DO PROGRAMA - Oscar Vilhena Vieira, Ronaldo Porto
Macedo Jr., Flavia Portella Püschel e Carlos Ari Vieira Sundfeld

DRUG COUNTERFEIT AND PENAL LAW IN BRAZIL .27
Coordinator: Marta Rodriguez de Assis Machado
Authors: Marta Rodriguez de Assis Machado, Ana Carolina Alfinito Vieira,
Carolina Cutrupi Ferreira, Vivian Cristina Schorscher

UMA CONVERSA SOBRE DIREITO SOCIETÁRIO COMPARADO COM O PROFESSOR KLAUS HOPT .28
Viviane Muller Prado (coord.), Rafael de Almeida Rosa Andrade,
Gisela Mation, Jessica Winge, Luiza Vasconcelos

INTERPRETAÇÃO, DESENVOLVIMENTO E INSTITUIÇÕES .29
INTERPRETAÇÃO E OBJETIVIDADE
USOS E ABUSOS NAS INTERPRETAÇÕES JUDICIAIS
INTERPRETAÇÃO, POLÍTICA E FUNÇÃO
coordenação: Catarina Barbieri e Ronaldo Porto Macedo Jr.
colaboração especial: Luciana Reis e Marcelo Shima Luize

CRISE NO SISTEMA FINANCEIRO INTERNACIONAL .30
Ary Oswaldo Mattos Filho
e Maria Lúcia Labate Mantovanini Pádua Lima (coord.)

METODOLOGIA DE ENSINO JURÍDICO NO BRASIL: .31
ESTADO DA ARTE E PERSPECTIVAS
EXPOSIÇÕES, DEBATES E RELATOS DO WORKSHOP NACIONAL
DE METODOLOGIA DE ENSINO
José Garcez Ghirardi (coord.)
Ieda Dias de Lima, Ligia Paula P. Pinto Sica, Luciana de Oliveira Ramos

ARBITRAGEM E PODER JUDICIÁRIO: .32
UMA RADIOGRAFIA DOS CASOS DE ARBITRAGEM QUE CHEGAM AO JUDICIÁRIO BRASILEIRO
Adriana Braghetta, Daniela Monteiro Gabbay, Eleonora Coelho Pitombo, Rafael Francisco
Alves, Selma Ferreira Lemes (coord. geral)

This image shows a single sheet of white paper with horizontal ruling lines. The lines are evenly spaced and run across the width of the page. There are no margins, text, or other markings on the paper.









